



UFRPE

REVISTA CADERNOS *de* CIÊNCIAS SOCIAIS *da* UFRPE

Publicação do Departamento de
Ciências Sociais da Universidade Federal
Rural de Pernambuco

Ano VII, volume I, número 12 – Jan-Jun, 2018
ISSN: 2446-6662 – Versão Eletrônica



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)

Latindex (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br)

ASSESSORIA TÉCNICA

Projeto Gráfico: Bruna Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

Ficha catalográfica



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Reitora:

Professora Dra. Maria José de Sena

Vice-reitor:

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG

Professora Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão – PRAE

Professora Dr. Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Professor Dr. Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – Progest

Professor Dr. Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Planejamento – Proplan

Carolina Guimarães Raposo

Departamento de Ciências Sociais (DECISO)

Diretora Professora Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO EDITORIAL

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr Roberto Mauro Cortez Motta – UFRPE

Dra Renata Menasche – UFRGS

Dr^a Ellen Fensterseifer Woortmann – UNB

Dr^a Madian de Jesus Frazão Perira

Dr^a Rosane Pires Batista

COMISSÃO DE PARECERISTAS PARA EDIÇÃO 2017.2

Conceição Maria Dias de Lima – UNEAL, Sheila Maria Doula – UFV, Carolina Braz de Castilho e Silva – UFRGS, José Carlos Marçal – UFRPE, Laila Mayara Drebes – UFSM, Cristiane Sander – UNIOESTE, Maria de Assunção Lima de Paulo – UFCG, Victor Pereira de Oliveira – UAG/UFRPE, Lorena Lima de Moraes - UAST/UFRPE, Socorro Silva – UFPI, Romilson Marques Cabral – UFRPE, Rosa Maria de Aquino – UFRPE, Breno Martins Campos – PUC/Campinas, Nicole Louise Macedo Telws de Pontes – UAST/UFRPE.

EDITORES

Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

SUMÁRIO

- 6 ► **EDITORIAL**
- 8 ► **DA OJERIZA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
ATÉ A ADORAÇÃO DOS TELEVANGELISTAS: MUDANÇA
DO ETHOS MIDIÁTICO ENTRE OS PENTECOSTAIS**
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa
- 32 ► **QUANDO O ESTILO É DE MORTE E OS GOSTOS
SÃO POR TÚMULOS**
Roberto Barreto Marques Barreto Marques
- 60 ► **JUVENTUDES E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS FORMAS
E MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS
UNIVERSITÁRIOS DA GRANDE RECIFE**
Sidney Santos Oliveira
- 83 ► **ANÁLISE DOS PROCESSOS DE CRISE NAS COOPERATIVAS
AGRÍCOLAS DO NORDESTE DO BRASIL**
Luis Antônio Silva Soares
Maria Luiza Lins Silva Pires
- 111 ► **ANALISANDO O POLO DINÂMICO FRUTÍCOLA DO SUBMÉDIO
DO SÃO FRANCISCO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA À NOÇÃO
DOS APLs**
Alexandre Machado Marques de Souza

- 137 ► **A COOPERATIVA AGRÍCOLA NA REORGANIZAÇÃO
PRODUTIVA DO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA CENTRAL
DE COOPERATIVAS APÍCOLAS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**
Manuella Carolina Costa de Oliveira
- 156 ► **RESENHA:
TERRA, TRABALHO E PODER: CONFLITOS E LUTAS SOCIAIS
NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO**
Leonardo Oliveira da Silva Coelho
- 164 ► **ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS
DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE**

EDITORIAL

A revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE chega ao seu oitavo ano acumulando várias experiências, procurando melhorar sua apresentação visual, diagramação e conteúdo. Nesse tempo, ampliou-se o interesse de autores(as) de diversas regiões do Brasil em submeter seus trabalhos a nossa publicação.

A partir de 2013 acumulamos cinco dossiês (Juventudes, A questão ambiental, Movimentos sociais, Infâncias, direitos à educação: entre o passado e o presente, Estudos Pós-coloniais) explorando diferentes temáticas e perspectivas sobre os temas neles desenvolvidos. A dinâmica da revista se estabelece, portanto, publicando a cada ano um número em formato de dossiê e outro com temática aberta. Na edição 2018.1 obedecemos a essa lógica e temos o prazer de apresentar aos leitores e leitoras de nosso periódico uma edição composta de seis artigos e uma resenha.

O primeiro deles escrito por *Otávio Barduzzi* explora o tema das mudanças em relação ao uso dos meios de comunicação entre os evangélicos neopentecostais, revelando como estes eram proibidos de assistir televisão e hoje estão inseridos na cultura midiática.

Roberto Barreto Marques discute as distinções sociais em túmulos de um cemitério na cidade de Recife mostrando como o dito popular que afirma: a morte igualar a todos, ser pouco verdadeiro. Já *Sidney Santos Oliveira* realizou um mapeamento dos espaços e formas de participação política dos estudantes, resultado de uma pesquisa realizada com jovens estudantes universitários de seis instituições de ensino superior, públicas e privadas, localizadas na região metropolitana da cidade do Recife/PE.

No trabalho de *Alexandre Machado Marques de Souza* analisa-se as transformações econômicas que conduziram a consolidação do polo frutícola do Vale do São Francisco, dando particular destaque à distinção entre as noções de polos de desenvolvimento e arranjos produtivos locais (APLs).

Luis Antônio Silva Soares e *Maria Luiza Lins Silva Pires* apresentam as dificuldades vivenciadas pelo cooperativismo agrícola no Nordeste do Brasil, especialmente aquelas relacionadas com a gestão dos negócios, a inserção nos mercados e também com a participação dos associados. Explorando a temática do cooperativismo *Manuella Carolina Costa de Oliveira* analisa a estrutura organizacional da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – a Casa APIS – situada na cidade de Picos-PI, avaliando as estratégias comerciais adotadas, bem como as suas implicações socioeconômicas sobre a dinâmica local.

Por fim, *Leonardo Oliveira da Silva Coelho* elaborou a resenha do livro *Terra, Trabalho e Poder: Conflitos e Lutas Sociais no Maranhão Contemporâneo* publicado pela Annablube em 2013.

Desejamos a todos(as) que acessam nossa revista uma boa leitura! ◀

DA OJERIZA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ATÉ A ADORAÇÃO DOS TELEVANGELISTAS: MUDANÇA DO ETHOS MIDIÁTICO ENTRE OS PENTECOSTAIS

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa¹

RESUMO

Os pentecostais eram até relativamente bem pouco tempo na história proibidos de ver televisão, jornal ou outra comunicação, em meados dos anos 80, a partir da década de 1990 começaram a ficar adeptos dos meios de comunicação. Hoje estão extremamente inseridos na cultura midiática de modo a formar prosélitos e interferir em opiniões políticas. Esse trabalho quer contar a história de um modo crítico. Foi usado como metodologia a análise bibliográfica de inspiração antropológica e o resultado é que houve grande mudança no modo de tratar a mídia.

Palavras-chave: Pentecostalismo; Mídia; História cultural; Antropologia da religião.

1 Antropólogo formado pela UNESP, mestre em filosofia também pela UNESP, doutor em ciências da Religião pela Universidade Metodista, doutorando Cnpq pela UNESP em ciências sociais. Atualmente professor de antropologia da UNESP.

FROM THE HATE OF THE MEDIA TO THE ADORATION OF THE TELEVANGELISTS: CHANGE OF THE MEDIA ETHOS AMONG THE PENTECOSTALS

ABSTRACT

Pentecostals were for a short time in history forbidden to watch television, newspaper or other communication in the mid-1980s, from the 1990s began to become media adepts. Today they are deeply embedded in media culture in order to train proselytes and interfere with political opinions. This work wants to tell the story in a critical way. The bibliographic analysis was used as methodology and the result is that there was a great change in the way the media were treated. It is a mixed analysis of history and anthropology.

Keywords: Pentecostalism; Media; Cultic history; Anthropology of religion.

A contemporaneidade, caracterizada pelo mercado financeiro fetichista da mercadoria (MARCUSE, 1967), informações e globalização capitalistas, torna acessível uma diversidade cultural líquida à disposição dos sujeitos, o que rompe com antigos referenciais de vida e cria incertezas a respeito do significado das coisas.

Apesar de haver pentecostalismos, o Assembleiano, fiel pertencente a maior igreja pentecostal do mundo: as Assembleias de Deus (AD), a é um tipo em extinção, seria a construção de um tipo ideal Weberiano. É aquele que se afasta do mundo, no seu ascetismo intramundano. A imagem do senso comum, o crente de terno e gravata, em pleno calor do Rio de Janeiro com bíblia debaixo do braço, ou a Irmã de saias e cabelos

compridos ainda existem, porém isso tem mudado. Primeiramente tal identidade significava existir fora do mundo moderno, sem vaidade, sem participar do capitalismo, sem televisão, sem participar de esportes em um semi-isolamento psico-espiritual. Essa identidade tem relação com uma memória histórica que se encontra em plena extinção. Mas é essa identidade, esse tipo ideal a que me refiro nesse trabalho, o que se denomina de pentecostalismo tradicional.

Nosso tipo ideal ainda existe, porém ao lado dele, dentro das assembleias de Deus (AD's), também está o jovem com "dreads" no cabelo, a mulher de cabelo curto, a jovem toda tatuada e com piercings. Todos adorando a Deus, erguendo os braços, falando expressões como "glória a Deus", se emocionando, orando uns pelos outros, profetizando, falando em línguas estranhas e chorando, rindo e cantando ao som do mesmo louvor.

Hoje em dia se fala em pentecostalismos e assembleianismos, no plural. Em especial a pesquisa de Alencar (2013) que afirma suas "identidades irreversivelmente fracionadas em divergências internas", gerando os assembleianismos urbano, rural, difuso e autônomo, clássico, pois como deixa claro em sua introdução:

Não se trata, assim, de uma igreja, mas de diversas, distintas, concorrentes e divergentes entre si, muito parecidas com o país onde nasceram, cresceram e se consolidaram. Portanto, Assembleias Brasileiras de Deus". (idem, introdução, s/p)

Assim vai assumindo como configuração própria da cultura do Brasil uma configuração cultural que per si, já é mutante e diversa, difícil de compreender (RIBEIRO, 1996). Marcada pela pluralidade e complexidade, a história pentecostal brasileira nunca apresentou uma só matriz histórica. Sendo uma igreja fundada por suecos, extrapola o ethos europeu se torna uma igreja sueca com jeitinho Brasileiro. Esse "jeitinho" já

trabalhado por Da Matta(2008) quer dizer que tem certa facilidade para extrapolar certas regras impostas pelos seus fundadores e adaptá-las a certos gostos e maneiras já apontados por Alencar (2013).

1. Adaptação e conflitos

Os missionários suecos que antes passaram pela famosa rua Asuza em Los Angeles CA-EUA, donde já vieram carregados da influência pentecostal. Na rua Azusa. Nos Estados Unidos havia sido plantada a semente do movimento pentecostal no século XX dois lugares chamam a atenção: A escola Bíblica Betel em Topeka (Kansas), em 1901, e um antigo templo metodista em Azusa Street, Los Angeles. A localização geográfica não é ocasional. Ela revela o contexto não somente religioso, mas também mais geralmente sociocultural que marca o pentecostalismo moderno.

Charles Fox Parham (1873-1929), funda sua escola bíblica na cidade de Topeka, Kansas, onde ensinava a glossolalia – falar em línguas desconhecidas ou estrangeiras que seria o primeiro sinal da manifestação do batismo no Espírito Santo tão popular nos círculos *holiness*. Um garçom negro, que trabalhava para Parham, ouvia suas lições do lado de fora do salão, ele era William Joseph Seymour e aceitava ensinamentos que eram bem diferentes do protestantismo tradicional no que se refere a manifestações espirituais. Algum tempo depois foi convidado para visitar uma igreja batista de negros, pois era forte o segregacionismo ao sul dos EUA, em Los Angeles, nessa igreja ele conseguiu alguns adeptos da teologia pentecostal que era caracterizada com frequência manifestações físico-religiosas com lamentos, quedas no chão, glossolalia, profecias e contorções. (HOLLENWEGUER, 1976).

Não é intenção desse trabalho expressar as fontes históricas do pentecostalismo que já é bem descrita são bem descritas em vários livros indicados nas referências com muito mais competência do que o autor

poderia fazer, embora de quando em vez vá referenciar suas fontes históricas.

Apesar de ter sido fundada por estrangeiros, A AD apresenta intensa adequação à cultura brasileira (ALENCAR, 2013). Assume com facilidade os complexos jeitos de ser e de fazer do brasileiro (ALENCAR, 2013). É uma igreja que nasce sem pretensão de institucionalização e de multiformes ideários que variam de congregação para congregação.

Decididos a não se entregarem demonizavam os deuteropentecostais² e assim reforçavam os ideários de vestimenta santa mais típica do meio rural. Conservavam os costumes morais rígidos e impunham grande controle social aos seus membros.

Uma das melhores e mais sóbrias descrições, que já foram confirmadas por vários pastores, e membros da AD's está no livro de Ricardo Mariano ao entrevistar e analisar da fala do pastor Paulo Romeiro: "usos e costumes também variam, esse que é o problema. Mesmo em termos de Assembleia de Deus, depende do líder local" (MARIANO, 2010, p.205). Ou seja, cada comunidade vai ter seus próprios costumes, que estão em mutação, já não aquele visual único que existia.

Aquele visual típico de senso comum iniciou tipicamente, em uma identificação rural, pois segundo Passos (2000), reconfirmado por Alencar (2013) e Emilio Conde (2011) afirmam que a cultura rural teve tremendo impacto sobre a formação da identidade visual assembleiana.

Ao passar do rural para o urbano a mensagem tinha de ser única e o visual também, era um modo de se colocar e se defender da modernidade

2 São as igrejas que surgem já adaptadas as às diversas mudanças culturais que provêm do processo de urbanização e de certo rompimento que o tradicionalismo moral típico das igrejas pentecostais traziam desde sua influencia influência rural e puritana. A outra vertente do ramo pentecostal, que começou a surgir nas décadas de 70 e 80 é o neopentecostalismo. Sua característica principal, que a diferencia das clássicas, além dos dons de cura, falar em línguas que é tipicamente do pentecostalismo, é a ênfase na teologia da prosperidade. Ambas romperam com os laços diacríticos dos pentecostais tradicionais.

agressiva da cidade. Nesse redemoinho de transformações intensas e permanentes, a mensagem pentecostal entra em cena como estratégia de solução e significação da passagem, determinando os limites dentro do grande espaço sem limites, restabelecendo os laços de proximidade, compondo sentidos gerais e resistindo ou negociando com o novo.

Era um meio de se identificar moral e visualmente, um meio de certo modo de manter a pureza e a decência em uma urbanização moderna, uma reação à modernização que se demonstrava como turbilhão na cidade. As mudanças que ocorreram no Brasil a partir dos processos de industrialização, urbanização e, tiveram consequências radicais sobre as relações campo-cidade, em especial sobre os migrantes que encontravam novos espaços e modos de ser e fazer, resultando em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticos) e com certas incertezas. A mensagem pentecostal trazia em uma linguagem popular e simples, certas explicações e certezas de como o mundo funciona, oferecia uma base sólida em meio a um caos.

2. Do rural para o urbano

O meio rural em ao entrar em crise provocada pela industrialização no Brasil, dá lugar a migração urbana que dá novo significado a todos que mudam nesse ambiente, o pentecostal vai ser afetado *sui generis* nessa mudança. A crise do meio rural é bem apontada por Martins (2008) nesse Brasil que aceita uma desordenada, tardia e repentina modernização que culmina em uma igualmente desordenada urbanização.

As massas rurais migradas às periferias urbanas passaram por crises em suas compreensões de mundo, formas de sobrevivência, quebra dos sonhos e os abalos emocionais deixaram (deixam) os indivíduos anônimos em busca de estabilidade referencial. As balizas simbólicas das origens interioranas não mais respondem à nova situação emergente da

metrópole caótica. As crenças e significados trazidos em seu imaginário não transmitem referenciais condizentes aos riscos de identidade e sobrevivência do indivíduo e coletividade. É dentro desta erosão humana, em território estranho que o indivíduo que trouxe em si uma bagagem de crença vai recorrer ao socorro das forças sobrenaturais na esperança de alternativas ao túnel do caos amedrontante (DELUMEAU,1978).

Na instabilidade humana e social, o perfil diferenciado da igreja pentecostal com sua agregação solidária será a âncora, perante a avalanche de quebra de referenciais à existência do indivíduo. Era também um meio de se igualar dentre irmãos tendo um único padrão de vestimentas, em uma igreja que antes procurava a institucionalização (ALENCAR, 2013) e a padronização, se vestir parecido seria importante. Era um jeito estético de ser igual aos irmãos e diferente do mundo ao entorno.

As similitudes assembleianas com a cultura e moral rural são imensas, no meio rural não há, ao menos no discurso, liberdade sexual fora da monogamia, não se aceita experiência sexual, antes do casamento (lembro novamente ao menos do discurso comum); moça honrada vai para o leito nupcial virgem, assim como no discurso Assembleiano. No meio rural a pessoa que bebe não vai trabalhar direito no dia seguinte – embora o controle sobre a bebida tenha fontes desde a escravidão – ficando mal-afamada pois não contribui com o grupo, assim é mal vista. No pentecostalismo a bebida alcóolica é proibida. As vestimentas de uma mulher de bem são compridas e não podem mostrar o corpo, a de um homem de bem em público é terno e gravata. A sensualidade é mal vista. Assim esses valores são trazidos ao grupo e há uma divisão entre ser do bem e ser mundano. Apesar de serem valores que se remetem ao final do século XIX do Brasil rural, no meio pentecostal esse moralismo é constantemente evocado entre os fieis.

Na comunidade rural, o que Ribeiro (1996), chama de Brasil caipira, vão acontecer laços de solidariedade e irmandade na comunidade que vão afetar e caracterizar profundamente o modo de ser pentecostal. Essa

expressão se manifesta numa rede de amizade e ao mesmo tempo de controle sobre a vida de cada membro da comunidade de bairro rural. Assim vai ser herdado no meio pentecostal a noção de irmandade e de controle sobre o outro. Essa noção, de controle sobre o outro vai permear a vida do pentecostal de modo negativo. Qualquer um que sair do ideal de santidade³ pode sofrer consequências e, embora o discurso cristão seja de perdão dos pecados, o meio pentecostal pode excluir da comunidade aquele que transgredir seus rígidos valores morais.

Esses valores são sendo transmitidos como referenciais do que é ser bom ou ser mal, do que é ser salvo ou não, e são evocadas através da história como exemplos antigos de valor moral. Ao vir para a cidade, a sedução de rompimento com esses valores demonstrou-se sedutora especialmente aos jovens. Porém agora já havia uma instituição para melhor controle dessa moral, daí talvez o rígido controle sobre os membros como aponta Correia (2013). Esse modo de fazer controle sobre o comportamento moral/sexual de seus membros carregado de institucionalização e talvez seja uma tentativa paternalista, no sentido mais autoritário e machista de tentativa e preservação da própria identidade.

O Assembleiano muitas vezes acusado de retrógrado, estava imerso em uma irmandade coletiva, muito mais influente que a própria instituição assembleiana, em meio a uma mudança radical que o meio urbano apresenta ao modo de vida antes rural.

3 Que é o rígido padrão de comportamento moral que foi herdado do meio rural. O mundo moderno para o Assembleiano se constitui em uma crise e a rígida manutenção dos seus valores é uma reação a isso, uma forma de proteger-se contra algo desconhecido que são os valores contemporâneos. Desse modo procura uma forma de ser e agir no mundo, que por vezes pode ser retrograda, mas consistente com uma identidade em formação. Sua identidade é ligada a sua convicção religiosa de santidade, a qual entende ser separação do mundo. Seu modo de ser e sua identidade constitui-se em santidade a qual argumenta ser separação do mundo e dos desejos do mundo. É assim que se definem como separados dos desejos mundanos.

Martins se refere a à dificuldade de adaptação do trabalhador rural que vem para o meio urbano:

o caipira se reapropia - se das tradições de suas origens pré-modernas para enfrentar a privação de história e de compreensão plena que lhe impõe a modernidade que o minimiza e coisifica. Adere, resistindo, para viver e vencer a seu modo o mal-estar da sociedade da incerteza. (MARTINS, 2008, p.14).

Assim passa a ressignificar tudo, a não aceitar tudo de modo dado e assim, nesse sentido, pode começar a nascer o germe que vai culminar nas diversas e complexas mudanças e configurações pentecostais e assembleianas, na sua chegada na cidade. E assim constitui os modos de ser e de fazer das ADs Brasileiras.

Sendo um produto e uma reação à modernidade o pentecostalismo assim como outras identidades culturais não são rígidas e sim fluídas. Há sempre uma busca pelos processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de diversas configurações (SANTOS, 1997).

Vários fatores contribuíram para a expansão das ADs no Brasil, primeiramente a propagação do mito fundante, baseado na santidade e iluminação do Espírito Santo que supostamente se revelara aos dois missionários suecos. Depois uma abertura para uma teologia mais popular do que o rígido rigor católico e os meios estrangeiros das protestantes históricas.

A mensagem assembleiana oferecia algo que as igrejas históricas protestantes e católica não faziam: uma oportunidade do homem pobre iletrado e simples de um fuga dos sofrimentos desse mundo. Enquanto a mensagem católica pregava a conformação aos sofrimentos, e a

protestante pregava a salvação, a pentecostal ia além, dava a valorização de uma pessoa pobre e iletrada ter contato direto com Deus através do Espírito Santo. Tal teologia afirmava que Deus se preocupava com seu sofrimento diário e cotidiano, como por exemplo, com a falta de emprego da pessoa que ouvia, e não só da coletividade, do filho que fora preso, do marido que abandonara o lar e assim por diante.

Outro fator importante foi o crescimento da indústria ferroviária, que possibilitava o espraiamento da mensagem. Com a inauguração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, várias pessoas adeptas do pentecostalismo puderam pregar essa nova forma de religião. Conhecida como ferrovia da morte (morreram cerca de 6000 trabalhadores) a própria construção da ferrovia era um campo a ser explorado. Sem religião em meio a um campo distante, com trabalhadores iletrados, vários deles eram pentecostais e aproveitaram a falta de religiosidade e a difícil condição da construção de ferrovia para oferecer conforto espiritual as massas de trabalhadores.

Na década de 1990 a ADs dá um ambicioso passo para evangelizar o Brasil, firmes na crença de que o apocalipse iria acontecer em 2000 (sem fundamentação teológica coerente, algo típico do pentecostalismo), iniciado pela Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) o Projeto Década da Colheita. Era um projeto assim definido por Marin (2014. p. 450):

José Wellington Bezerra da Costa, como presidente da CGADB, assumiu o compromisso de viabilizar cinco metas, que abrangiam diferentes áreas e que foram previstas pelo Comitê Mundial. A primeira era criar uma rede de orações, com três milhões de brasileiros pelo êxito da Década da Colheita; a segunda, iniciar o ano de 1990 com uma ofensiva que se propunha a evangelizar o Brasil, utilizando-se de meios diversificados, tais como a televisão, o rádio, os

jornais, os folhetos, as praças, o telefone, as visitas às residências e aos hospitais e o envio de missionários para regiões onde a Igreja não estava presente. O objetivo era alcançar, até o ano 2000, 50 milhões de membros.

Esse projeto foi talvez o mais influente e responsável pelo crescimento da igreja que colhe frutos até o último CENSO-2010, é talvez uma das poucas possibilidades que a instituição influiu grandemente sobre os féis, pois lhes foi colocada uma vontade missionária, algo que antes não existia. Foi fundamental para a mudança da identidade fiel pois trouxe consigo a permissão para ver televisão e flexibilização das doutrinas e costumes em vestimentas (MARIN, 2014). Esta decisão por si possibilitou o crescimento dos membros que estava em declínio durante a década de 1980 (MARIANO, 1999).

Ainda afirma Marin que o sucesso da Década da Colheita foi projeto de alguns líderes da CGADB, que ainda sem unanimidade :

...defendiam a crença que os membros da Igreja deveriam ser felizes, saudáveis, prósperos, vitoriosos nos seus empreendimentos e rejeitavam a santidade tradicional defendida pela rigidez dos usos e costumes. Essas mudanças também procuravam romper com o ascetismo tipificado nos estereótipos pelos quais eram reconhecidos e estigmatizados pela sociedade (MARIN, 2014 p. 456).

Ser e assumir um discurso vitorioso numa sociedade que impõe derrotas aos pobres faz uma considerável diferença na psique e na construção simbólica do mundo feita pelo crente. Vitória aqui que antes era espiritual e se referia à vitória de Cristo na cruz que pode derrotar doenças, mortes, dificuldades e dar conforto, logo é transformado em vitória nos negócios e finanças.

Não é só uma absorção de um discurso, passa a ser uma linguagem, digo, o crente passa a referenciar seu mundo numa esperança e numa certeza da vitória sobre os males, mas sabe que terá aflições acreditando numa interpretação particular do que está escrito em João 16:33⁴, e que através da crença de Jesus podem vencer todas as suas dificuldades. Assim reformula o mundo através da linguagem: “A linguagem é a primeira tentativa do homem para articular o mundo. Esta tendência é uma das características fundamentais da linguagem” (CASSIRER, 1977).

A leitura pentecostal é literal e oral, não há uma teologia segundo os grandes manuais e escolas de teologia, mas sim talvez uma teologia oral e narrativa, espontânea, que passa longe da academia. É uma religião popular no sentido que Brandão (1992) estuda, que muda e se transmuta conforme o tempo.

A mídia também muda o modo de como a igreja se relaciona com o seu fiel e vice versa. Santos Correa afirma: “A relação que é criada através da mídia social, oferece exatamente a associação que se busca no espaço público (SANTOS CORREA, 2000, p.87)”, assim o fiel antes negado no espaço público pela discrepância econômica, o encontra na igreja, na mídia social em vários espaços, este começa a aparecer e a gostar disso, o sentimento de humildade cristão vai sumindo, e criando novas relações sociais dentro do grupo religioso que muda cada vez mais as igrejas.

3. O capital

A mensagem da teologia da prosperidade muda a estrutura organizacional da igreja. É o surgimento de uma comunidade religiosa, que é de consumo de bens, e de um sentido de pertença, onde há uma reunião simbólica de interesses a partir de um encurtamento da distância através da

4 João 16:33 — no mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo, eu venci o mundo

mídia em influenciar suas teologias e práticas tradicionais mesmo entre os pentecostais tradicionais. Aliado a isso, há um medo da perda de fiéis por parte da liderança dessas igrejas então permitem certas mudanças que devem ser cuidadosamente estudadas, a fim de direcionar o estudo do campo religioso brasileiro atual.

Não procura uma teologia explicativa, pois não questiona ou interpreta a vontade de Deus, simplesmente o pentecostal aceita aquilo que é sua vontade. Vontade essa infelizmente e cada vez mais pervertida por homens que se dizem santos porta-vozes de Deus.

Assim, se constrói e produz a religião da espiritualidade do mercado. Assim nasce uma corrente do pentecostalismo clássico: o neo-pentecostalismo, adepto da teologia da prosperidade encara o mercado e o luxo como bênçãos divinas muito além do que a ética calvinista apontada por Weber (2003), na ética calvinista podia-se acumular mas não podia gastar o dinheiro com futilidades, no neopentecostalismo demonstrar luxo ostensivo e riqueza são considerados sinais da bênção divina. Tal religião promete felicidade a todos os que a consomem. Essa promessa falha fragorosamente, uma vez que poucos têm o poder de ter tudo o que se apresenta para consumo.

As mercadorias têm status divinos e de bênçãos. A elas se adjudicam características salvíficas. É no contanto com o novo sagrado que surge uma nova ética de ser, a da competição e concorrência no mercado, seu semelhante passa a ser visto como concorrente. A mística que move as pessoas no capitalismo é ganhar dinheiro para ganhar mais dinheiro; comprar mais, comprar mais para consumir mais e mais. É no poder de consumo, que se mede o caráter de uma pessoa segundo essa lógica. O ser humano é medido em Ter e não em Ser.

Percebendo essa crise, sobretudo através dos novos meios de comunicação que ameaçavam seus valores rurais, retrógos e de santidade frente os beijos mostrados nos cinemas e nas telenovelas houve uma certa aversão pela televisão e pelo cinema. No início das AD, havia um

grande embate sobre o uso ou não uso de rádio e televisão. Alencar (2013) vai mostrar o embate que se segue primeiramente entre Gunnar Vingren, fundador sueco da AD e os pastores brasileiros.

Em carta ao Mensageiro da Paz (MP) jornal de grande circulação entre AD numero 18, Vingren defende o evangelismo por uso de rádio, mas os pastores brasileiros têm outra opinião, também demonstrado no MP. Dotados de uma visão moralizante, e que segundo o senso comum que o rádio e a televisão eram coisas pornográficas, os nordestinos após assumirem o poder das CGADB em 1930, decidem por proibir o rádio e a televisão. Assim a CGADB decide proibir o rádio até 1937, quando influenciados pelo missionário Anthony Wildmer, Missionário norte americano em visita ao Brasil decidem por unanimidade aceitar a evangelização pela rádio (DANIEL et al, 2004) e conseqüentemente a sua aquisição pelos membros.

Os pentecostais tradicionais demonizavam a televisão (CAMPOS JR, 2012) até ocorrer dois fatores: influência e o sucesso dos televangelistas⁵ nos anos 1970, os mais famosos são americanos⁶ tais Billy Graham, Pat Robertson e Rex Humbard. Ao ver o uso “santo” que poderia ter a televisão ela passou a ser mais ou menos aceita culturalmente e conforme o poder de compra fosse subindo a partir de 1980. Era comum os relatos de que Assembleianos tinham o aparelho televisor dentro do armário do quarto escondido das visitas e a bíblia aberta na sala. Alencar (2013) afirma também a luta que foi a liberalização da televisão, proibida desde 1967 só liberada, mas com restrições, em 1994 pela CGADB.

Há de se considerar o crescente acesso econômico para a televisão, ficava fácil demonizar algo que não tinha acesso, desde 1990 ficou

5 Televangelista é um pregador que usa a televisão, em canais que atingem um grande número de telespectadores.

6 As ADs sempre respeitaram e admiraram como mensageiros de Deus os missionários americanos.

permitted to television for as long as one avoided programs of nudity or indecent, stimulating only religious programs and news. Today, because of these phenomena, television is permitted, so much so that the following example of testimony is given: the Assemblies of God used to give testimonies⁷ from the pulpit – “brothers, Jesus saved me and I bought a television”; today the Assemblies of God give testimonies – “brothers, Jesus blessed me and I bought three televisions”.

Evidently the greater access to media, television introduced new ideas previously unthinkable for young people, such as access to fashion, ideals of beauty, which although manipulable by a cultural industry of interests, opened new choices for those belonging to the Assemblies of God in their self-image (MIRA, 2003). In addition, access to the computer and the internet, brought a tremendous possibility of informational communication to the Pentecostal world (CAMPOS JR,) in that which refers to the oppression traditionally exercised over young people of the AD's brought a freedom of exchange of ideas and conversations for young believers previously impossible and restricted to their circle of friends.

Brought various ideas previously totally impossible beyond the standard of beauty imposed by the media, brought also the idea of introduction into the labor market and ideals of financial independence brought by capitalism. Thus the aesthetic standard changes with the influence of the means of communication and access to the market. Today the Assemblies of God woman follows certain beauty customs presented in the television media, comments on the novel and how the protagonist was dressed (something before 1990 impossible). The faithful now with access to TV and newspapers, begins to develop a greater willingness to political participation.

Along with the aesthetic standard, the mentality changes, assuming the post-modernity and its characteristics, of a mentality of

7 Testimonies are opportunities for people who are not preachers to share their religious experiences.

ascetismo intra-mundano, assume uma mentalidade de estar no mundo, de uma identidade austera e de negação do luxo e consumo, passa-se a uma mentalidade de consumo, por uma proibição de passa-se à um individualismo típico da pós-modernidade (BAUMAN,2001) e assim as ADs vão mudando.

Havia certo orgulho na AD em ser pobre, iletrado, simples, pois havia a crença de que o senhor revelava ao simples os seus mistérios baseados numa interpretação do que está escrito no evangelho de Mateus 11:25⁸. Sempre houve ojeriza à riqueza, sobretudo a ostensiva, houve ojeriza à política (ROLIM, 1985), hoje há cada vez mais envolvimento. Porém isso tem mudado, o motivo principal é que igrejas neopentecostais, mas que têm o nome de assembleia de Deus na porta, têm entrado em contato com grande maquinário midiático nas igrejas pentecostais tradicionais. O discurso neopentecostal é sedutor, pois prega que o crente, antes pobre, pode e deve ficar rico. É uma consequência da contemporaneidade a sedução pelo luxo e pelo consumo (JAMESON, 1985).

O pesquisador Nanez (2007), denuncia que em nome de se autoproclamar como simples, os pentecostais especialmente na América Latina tinham aversão às riquezas e olhavam com desconfiança os ricos. A vida do fiel, nesse contexto deveria ser mais para adoração que para o trabalho, sendo às vezes o trabalho se aproximando da visão católica como uma necessidade inevitável. O controle chegava às relações conjugais na qual a mulher era proibida de trabalhar nas ADs (FONSECA; MARIN; NASCIMENTO DE FARIAS, 2010), a condição de pobre e iletrado era, e ainda é de certo modo muito valorizada.

Cada vez mais há uma recuperação do espírito capitalista, o discurso neopentecostal é aceito cada vez mais pelas igrejas tradicionais, isso faz

8 Naquele tempo, respondendo Jesus, disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, que ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos simples. Mateus 11:25

perder aquela identidade original, como não está imune às influências da pós-modernidade, sofre também certa uniformização dos gostos e de discurso comum dessa era (LIPOVETSKY, 2009).

Do orgulho de se ter um templo humilde, feito de taipa ou madeira, hoje há os “templos-shoppings” (ALENCAR, 2013). Para mostrar uma luxuosidade que já entrou por completo as igrejas neopentecostais e agora chega a uma velocidade alarmante as pentecostais.

Porém o templo humilde de periferia ainda é maioria, melhor dizer, a maioria dos fiéis não se encontra nos “templos-shoppings”, e sim ainda nos templos humildes de periferia. Em que proporção? Digamos um empate técnico, Alencar (2013) analisando os números de fiéis brasileiros das ADs, mostra que em 2010, a grande maioria dos pentecostais tradicionais ainda se localizava nas periferias, de 12,3 milhões (CENSO, 2010) de membros, 7,7 milhões se encontram espalhados nas pequenas igrejas de periferia. Lá não há o espírito do capitalismo, mas o discurso invasivo logo o ethos mudará. Junto com o aumento do poder de compra de televisão, rádio e computador das periferias brasileiras, chega pela máquina comunicacional o discurso da teologia da prosperidade. É um discurso sedutor, pois promete, como num ato metafísico acabar com o que o habitante da periferia mais teme nessa contemporaneidade consumista: a pobreza.

Na pentecostalidade das periferias ainda há um grande ascetismo, que chamamos de ascetismo comportamental brasileiro, esse afeta toda a identidade do fiel. Afeta sua fala, passa a se comunicar com palavras bíblicas e jargões como varão (se referindo aos irmãos homens), benção (para todos acontecimentos bons), prova(para acontecimento ruins), paz do Senhor (para cumprimentar). Mudam seus referenciais, crê que tudo que acontece na vida é permitido por Deus ou tentação do diabo. Não há separação da vida profissional da espiritual, o trabalho e oportunidades são dados por Deus para garantir sua sobrevivência, e assume sua identidade no trabalho.

E para o que nos interessa na presente pesquisa muda seu senso estético de vestimenta, passa a usar o que é considerado roupas decentes, mulher só pode usar saia, homem só pode usar camisa de botões e no culto o terno é obrigatório não importa o calor, homem não pode usar barba em cabelo comprido, mulher não pode depilar-se nem ter cabelos curtos, mesmo com a mudança em alguns ministérios vindo da presidência como é o caso da AD ministério Madureira, nos templos de periferia é raríssimo ver alguém fora desses trajes, para o pentecostal a crença está acima da instituição.

Sobre essa restrição:

Esse ascetismo reacionário ainda sobrevive em alguns círculos na forma de tabus comunais sobre álcool, tabaco, teatro, dança, jogos, roupas elegantes, cosméticos e itens similares. Talvez tenha havido, e haja, boas razões para tais abstinências, em se tratando de decisão pessoal, mas tabus comunais tendem a entorpecer a consciência, em vez de avivá-la... O mundanismo foi definido em termos de quebras de tabus, e identificações de consequências mais amplas com os pecados da sociedade passaram despercebidas... O pietismo pós-moderno separa o mundo em vez de estudá-lo e procurar mudá-lo; é hostil ao prazer, em vez de agradecido por ele, temeroso de que o mundo adentre nossos corações montado nas costas do prazer. (NICODEMUS, 2008, p.152)

Assim na assembleia de Deus os comportamentos mudam ou morrem, são constantemente recriados e absorvidos. Assim mudanças muito rápidas ocorrem. Se antes era proibida a Televisão, o maior mito é o maior televangelista. Ainda hoje nas ADs existe é mais reconhecido Billy Graham (um grande televangelista) como maior pregador do que qualquer fundador da AD. Se antes era profano mexer com política hoje é permitido,

tudo isso é mudado através de discursos míticos que são adaptados e reorganizados, mutáveis ao longo do tempo.

Existem reações que podem variar desde o fundamentalismo ou anacronismo ou busca de identidade única que acreditamos ser o caso da ADs, mesmo com seus defeitos e atrasos visto que podem e estão melhorando.

Assim as manutenções de suas tradições não vão ser fáceis, muito menos a perda delas. A modernidade para o Assembleiano se constitui em uma crise e a rígida manutenção dos seus valores é uma reação a isso, uma forma de proteger-se contra algo desconhecido que são os valores contemporâneos. Desse modo procura uma forma de ser e agir no mundo, que por vezes pode ser retrógrada, mas consistente com uma identidade em formação. Sua identidade é ligada a sua convicção religiosa de santidade, a qual entende ser separação do mundo. Seu modo de ser e sua identidade constituem-se em santidade a qual argumenta ser separação do mundo e dos desejos do mundo.

É certo que com acesso aos meios de educação de qualidade o povo brasileiro, assim como os Assembleianos podem a vir mudar radicalmente de ideia sobre as conquistas de direitos humanos que quiçá possam ser influenciados por alguns pastores militantes. Porém assim como esses direitos-assuntos dividem opiniões dentro da sociedade Brasileira, assim também o é entre o meio Assembleiano. A opinião nunca é, unânime e entre jovens Assembleianos, com mais acesso a estudo as opiniões já se encontram radicalmente contra o discurso apresentado na mídia.

Recebido em: 26 de abril de 2017.

Aprovado em: 05 de dezembro de 2017.

Referências

ALENCAR, G. F. de. **Pentecostalismo Hitech: uma janela aberta, algumas portas fechadas.** História Agora, São Paulo, v. 1 (Religiões e Religiosidades), p. 428-453, fev. 2009.

_____. **Assembleia de Deus: origem, implantação e militância** (1911-1946). São. Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____. Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus. 1911-2011. Novos diálogos, 2013.

_____. **Protestantismo tupiniquim: hipóteses da (não) contribuição evangélica à cultura brasileira.** São Paulo: Arte Editorial, 2005.

ALMEIDA, Joede Braga de. **O Sagrado e o profano: construção e desconstrução dos usos e costumes nas Assembléias de Deus no Brasil.** Dissertação de mestrado em ciências da religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo: Mackenzie, 2007, 119 p.

ARAUJO, Isael. **Dicionário do movimento pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

BRANDÃO, Carlo Rodrigues. **Crença e Identidade: campo religioso e mudança cultural.** In: SANCHIS, Pierre. Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultura. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a Religião popular.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPOS JR, L. C.(2012) **As relações comunicação e religião: rádio e tv como meio para a expressão do neopentecostalismo.** Anais do VII Ecclesio-com, v. 1, p. 1, 2012. disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1Ecclesio-com%202012/Trabalhos/20.As%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20entre%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Religi%C3%A3oLuis%20J%C3%BAnior.pdf> acesso em: 13/dez/2012.

CAMPOS JR, Luis de Castro (1995). **Pentecostalismo: sentido da palavra divina**. São Paulo, SP: Editora Ática.

CAMPOS MACHADO, Maria das Dores, **Carismáticos e pentecostais, Adesão Religiosa na Esfera Familiar**, Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) da ANPOCS, Rev. bras. Ci. Soc. v. 09. n. 36 São Paulo. Fev. 1996.

CAMPOS, Bernardo. **Da Reforma protestante à pentecostalidade da igreja**. São Leopoldo: Sinodal, Quito: CLAI, 2002.

CAMPOS, Leonildo Silveira (1996) **Protestantismo Histórico e Pentecostalismo no Brasil: Aproximações e Conflitos**. In: GUTIERREZ, B.; CAMPOS, L. S. (Editores) Na força do espírito: o pentecostalismo na América Latina: um desafio às igrejas históricas. SP: Associação Literária Pendão Real, 1996, p. 105.

CAMPOS, Leonildo Silveira (2002). **As mutações do campo religioso**. In: Caminhando, vol. 7, n. 1 [9], 2002, p. 97-109 [Edição on-line, 2009] disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/34368_4381.PDF acesso em 06/dez/2012.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro**: observações sobre uma relação ainda pouca avaliada. Revista USP, nº 67 (set.-nov. 2005), p. 100-115.

CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIERREZ, Benjamim. (Ed.). **Na força do espírito – os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas**. Trad. Júlio Zabetiero. São Paulo: Pendão Real, 1996.

CASSIRER, Ernst, **Antropologia Filosófica**, 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977, p. 328.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus no Brasil**, Rio de Janeiro-RJ: CPAD. 2011.

CORTEN, A., (1996). **Os pobres e o Espírito Santo; o pentecostalismo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes.

CPAD – (2011) **lições bíblicas – estudo sobre a verdadeira prosperidade**. Out-dez 2011 Comentários bíblicos de pastor Leonardo Bibiano. Autoria de lições CPAD.

CPADNews (2012) Jornal das casas publicadoras das Assembleias de Deus – números da AD. **Brasil não será mais católico**. disponível em: <http://www.cpad-news.com.br/integra.php?s=25&i=13601>- acesso em 06/dez/2012, publicado em 02/07/2012.

CUNHA, Magali do Nascimento. (), **A explosão Gospel, um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**, RJ-RJ, Mauad editora. 2007.

DANIEL, Silas. Et al. **História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 391.

DELUMEAU, Jean. **La peur e Occident**. Paris: Fayard, 1978.

FERRETI G. (1982). **Max Scheler, fenomenologia e antropologia personalística**, Vita e pensiero, Milão, 1972, Trad. EDUSP.

HINKELAMMERT, Franz J. **Hacia una crítica de la razón mítica: el labirinto de la modernidade**. México: Editorial Driada, 2008.

IBGE-2010, **Dados estatísticos sobre religião no Brasil**, ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional**. (Tradução de Giasone Rebuá). 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo, SP: Loyola. 1999.

MARIANO, Ricardo. (2004), Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados de religião**. vol.18, n. 52, pp. 121-138. ISSN 0103-4014.

MARIN, Jéri Roberto, A Assembleia de Deus nos anos de 1990: a “Década da Colheita”, **Revista Horizonte** – PUC-Minas, Dossiê: Religião, Mercado e Mídia – Artigo original, Belo Horizonte, v. 12, n. 34, p. 436-464, abr./jun. 2014.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**: origens sociais do Eu dividido no subúrbio. São Paulo: Ed. 34, 2008.

PASSOS, João Décio. **Movimentos do Espírito: Matrizes, afinidades e territórios pentecostais**. Paulinas: São Paulo, 2005.

PASSOS, João Décio. Teogonias Urbanas: os pentecostais na passagem do rural ao urbano. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 4, Oct. 2000. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400014&lng=en&nrm=i-so>. acesso em 31/08/2014.

PORTELLA, Rodrigo. **Pentecostalismo clássico e valores de autonomia: sobre o poder simbólico das representações pentecostais**. Revista Eletrônica Espaço Teológico, v. 6, p. 03-15, 2012.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIVERA, Paulo Barrera, (2002) **Desencantamento do Mundo e Declínio dos Compromissos Religiosos. A Transformação Religiosa Antes da Pós-Modernidade** Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p.87-104, out 2002.

ROLIM, Francisco C. (1987) **O Que É Pentecostalismo**, Editora Brasilense, São Paulo, SP.

ROLIM. F.C. **Pentecostais no Brasil: Uma Interpretação Sócio-Religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROMEIRO, Paulo. (1994), **Evangélicos em Crise Decadência Doutrinaria na Igreja Brasileira**, São Paulo: Ed. Mundo Cristão.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos, (2008). **Análise dos ministérios da igreja assembleia de Deus e a sua lógica de funcionamento**, Tese de doutorado em ciências da Religião, PUC-SP, orientador, Dr. João Décio Passos. data da defesa. 11/abr/2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 17. ed., Rio de Janeiro: Record, 2008.

WESTHELE, Vítor. In: **Teologia sob limite**. São Paulo, ASTE, 1992, artigo: Teologia e Pós-modernidade, pp. 143-166, organizador Jaci Maraschin.

WESTHELLE, Vitor (2008) - **Traumas e Opções: Teologia e a Crise Da Modernidade**, publicações do centro de estudos anglicanos, disponível em http://www.centroestudosanglicanos.com.br/bancodetextos/diversos/teologia_crise_modernidade_vitor.pdf, publicado em 14/out/2008, consultado em 30/mar/2013.

WESTHELLE, Vitor. **Outros saberes: Teologia e ciência na modernidade**. In: Estudos Teológicos 3(1995), 258-278. ◀

QUANDO O ESTILO É DE MORTE E OS GOSTOS SÃO POR TÚMULOS

Roberto Barreto Marques⁹

RESUMO

O presente artigo analisa os túmulos de um cemitério do Recife sob o aparato conceitual do sociólogo Pierre Bourdieu, considerando-os ícones simbólicos de distinção social de diferentes elites que viveram e morreram na capital pernambucana entre os anos de 1854 e 1930. Portanto quebra uma premissa popular corriqueira e simples que defende uma igualdade após a morte ao argumentar que, mesmo no derradeiro momento existencial, há uma busca por perenidade intimamente ligada com os estilos de vida do morto e família.

Palavras-chave: Túmulos; Estilos de vida; Distinção; Gosto; Morte.

9 Graduado em Ciências Sociais (UFRPE), Mestre em antropologia (UFPE) e doutorando em antropologia (UFPE). Atualmente estuda a sociabilidade entre mortos e vivos no município de Floresta - PE

WHEN THE STYLE IS DEATH AND THE TASTES ARE FOR TOMBS

ABSTRACT

The present article analyzes the tombs of a Recife cemetery under the conceptual apparatus of the sociologist Pierre Bourdieu, considering them symbolic icons of social distinction of different elites that lived and died in the capital of Pernambuco between the years of 1854 and 1930. Therefore it breaks a premise common and simple popular that defends an equality after death in arguing that, even in the last existential moment, there is a search for perennality closely linked with the lifestyles of the deceased and family.

Keywords: Tombs; Life Styles; Distinction; Like; Death.

Introdução

Pois então podem contá-lo a mim. Eu serei discreto como um túmulo.

Aires sabia que os túmulos não são discretos. Se não dizem nada, é porque diriam sempre a mesma história; daí a fama de discrição. Não é virtude, é falta de novidade (conselheiro Aires, personagem da obra Esaú e Jacó, de Machado de Assis).

Hábitos saudáveis, costumes sedentários, idas frequentes a museus e teatros; compras profusas de literatura; leituras e coleções de quadri-nhos; participação em leilões de antiguidade, grande apreço por música

clássica e grande capacidade em tocar piano e violino; apreço por colorido e muitas peças decorativas na sala; preferência por salas espaçosas e com poucas peças decorativas; habitações conglomeradas e próximas dos grandes centros urbanos; casas e apartamentos com áreas mais arborizadas e um pouco distantes das regiões centrais e mais movimentadas; curso superior e domínio de mais de dois idiomas; curso técnico e apreço pelo trabalho manual.

Todas essas preferências falam de estilos de vida, compostos por apreciações distintas e distintivas que costumam ser analisadas em diferentes trabalhos que tomam a teoria social de Pierre Bourdieu como base teórica, como o artigo de Castelano (2011) sobre a apreciação de entretenimento vulgar e consumo de bens depreciados; e a tese de Pulici (2010) que discorre sobre a distinção pelo gosto da chamada “velha” burguesia paulista, de consumos e práticas que vão além de uma mera posse de capital financeiro.

Na presente empreitada procuramos nos distanciar do que são comumente visualizados nos estudos sobre estilos de vida, distinção, gosto, classe social e estratificação social; distância esta que vai além do próprio objeto de análise, a saber, as preferências em matéria de túmulos, mas na própria metodologia de coleta de dados, pois os túmulos, observados por meio de fichas catalográficas¹⁰, formaram a principal fonte da pesquisa.

Dessa forma o presente artigo analisa, sob a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (no que se refere à sociologia do gosto e da distinção), os

10 Tais fichas são geralmente usadas no processo de levantamento de dados detalhados sobre os túmulos que, em seguida, são apreciados no trâmite para o tombamento de um mausoléu específico ou do cemitério como um todo. No desenvolvimento desta pesquisa a pretensão foi menor, sendo a ficha uma técnica para coleta de dados e ordenamento de informações. Na construção desta ficha, foram consultadas as seguintes obras: Steyer (2010), Borges (2002) e Borges (2008).

túmulos da elite¹¹recifense (que morreu e viveu entre 1854 e 1930) sepultada no cemitério popularmente conhecido como Santo Amaro, localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade do Recife, Pernambuco.

Partindo da pergunta “o que há no túmulo que reflete a distinção?”, observamos as sepulturas buscando identificar nelas os vários objetos e espacialidades conectoras de sinais de diferenciação social, sinais distintivos, sinais que separam as classes sociais, sinais presentes nos estilos de vida e, por sua vez, nos estilos de morte.

O cerne do texto é apresentar um estilo de vida, ou melhor, uma prática que compõe um estilo de vida, a saber, o estilo de morte, mais precisamente o estilo de túmulo, indicando certas características tumulares que podem ser tidas como ligadas a uma prática comum, a um gosto comum, gosto este que distingue, diferencia. E essa diferença não se limita aos indivíduos e patriarcas que mandaram edificar seus túmulos antes mesmo de manifestarem alguma doença ou “sentirem a morte chegar”, mas a seus descendentes, aqueles que, mais novos e vigorosos, desfrutariam do prestígio, do poder e dos sinais distintivos do bem simbólico e herança tumular que era o túmulo oitocentista¹².

11 Conforme a definição de Mills: “[...] um conjunto de altas rodas cujos membros são selecionados, preparados e comprovados, e aos quais se permite acesso íntimo aos que comandam as hierarquias institucionais impessoais da sociedade moderna” (MILLS.1981, p.24). Na análise do sociólogo, foram consideradas elites pessoas dos altos escalões corporativos, militares e políticos, cujas ações repercutem de forma massiva sobre uma grande quantidade de pessoas. Este pequeno círculo olha “de cima” os atos cotidianos das pessoas que estão sujeitas às suas decisões. Na presente pesquisa tal elite é composta por donos de engenho de açúcar, empresários, intelectuais, militares, funcionários públicos do alto escalão e políticos.

12 O recorte temporal do artigo segue para duas décadas além do oitocentos, compreendendo os anos 1930 mas, no caso específico do Cemitério de Santo Amaro, o que há é um desdobramento do estilo tumular empregado no final do oitocentos, que presencia nos primeiros decênios do século XX uma diminuição no apuro e cuidado com a arte e arquitetura tumular, aparentemente seguindo uma decadência econômica e política em Pernambuco, que deixa de inovar na arte e arquitetura funerária. Por isso, no presente artigo, as três primeiras décadas do século XX ficam subsumidas no termo “oitocentista”.

2. *Habitus*, estilos de vida, gosto e distinção

Antes de falarmos propriamente sobre a questão do cemitério e dos túmulos como construções ícones simbólicos de distinção ou mesmo abordarmos as atitudes perante a morte, temos de nos situar teoricamente, esclarecer o sentido dos conceitos de *habitus*, estilo de vida e gosto presentes na teoria social de Pierre Bourdieu. Começemos com o conceito de *habitus* que, conseqüentemente, trará os demais.

O conceito de *habitus* está presente no conjunto da obra de Pierre Bourdieu, sendo uma alternativa às abordagens baseadas no individualismo metodológico e no estruturalismo, tratando-se de um conceito prático que procura dar conta tanto dos agentes quanto das agências, tanto da ação do indivíduo quanto da dimensão estrutural. Dentre as definições encontradas, temos a presente na obra *Razões Práticas*, que diz ser o *habitus* um “sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categoriais de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação” (BOURDIEU. 1996, p. 26).

Este *habitus*, que produz práticas individuais e coletivas, sendo produto da história, está presente também no nível intermental e inconsciente, estando nos comportamentos mais cotidianos e rotineiros, tidos mesmo como naturais. Nas palavras do pesquisador, em *A economia das trocas simbólicas*, o *habitus* é: “O princípio unificador e gerador de todas as

Em contrapartida, cemitérios de São Paulo (Consolação) e Rio de Janeiro (São João Batista) apresentam uma ruptura temporal no gosto fúnebre na medida em que seus túmulos do século XX sofrem uma clara dissociação do estilo do túmulo da segunda metade do oitocentos, tomando assim contornos da arte moderna e do distanciamento do gosto monárquico. Nos cemitérios públicos das duas capitais mencionadas justificaria uma diferenciação entre séculos quando aplicada ao gosto fúnebre; no caso do Recife não. Para um aprofundamento no assunto ver: Motta (2009), Timpanaro (2006) e Valladares (1972). Destes três, Motta (op.cit) é o que ressalta mais claramente esta distinção temporal que remete a uma mudança política (passagem da Monarquia e consolidação da República).

práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como ‘escolhas’ da ‘vocação’, e muitas vezes consideradas efeitos da ‘tomada de consciência’” (BOURDIEU. 2007, p. 201).

Continuando com a sua relação entre *habitus* e escolhas, bem como práticas, o sociólogo relaciona o conceito aos gostos, a diferenciação social e aos estilos de vida:

princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*princípio divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (BOURDIEU. 2008, p. 162).

O gosto, definido como “propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes” (BOURDIEU, 2008, p. 165) define o *habitus* juntamente com a capacidade de produzir obras e práticas classificáveis.

O gosto também se apresenta como um operador prático, capaz de transmutar coisas em sinais de diferenciação social, sinais distintivos: “ele faz com que as diferenças inscritas na ordem física dos corpos tenham acesso à ordem simbólica das distinções significantes.” (BOURDIEU, 2008, p. 166). E tal distinção nada mais é do que “diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades” (BOURDIEU, 1996, p. 18).

Estas diferenças, traços distintivos propiciados pelos gostos, “é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida (...), pois o estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas” (BOURDIEU, 1983, p. 83), ou seja, o estilo de vida é forjado por gostos diversos, tanto

relacionados a determinadas práticas como a determinados objetos, tais como em matéria de esportes, entretenimento, alimentação, mobília, decoração, vestimenta e morte.

Neste sentido as classes se diferenciam por meio dos diferentes estilos de vida, pelas preferências verificadas em várias esferas, mas isso não quer dizer que há uma oposição radical em relação a todos os estratos (como se um apreciase o futebol e outro detestasse, um encontrasse o belo em uma fotografia que apresentasse carros amassados e outro considerasse isso horrendo), pois a grande oposição entre diferentes classes se concentra na distância do que é fator de sobrevivência e urgência. Por isso Bourdieu fala de gostos de liberdade¹³ (ou luxo) e gosto de necessidade.

Pierre Bourdieu diz que a mais importante das diferenças na ordem do estilo de vida, especialmente da “estilização da vida” – conforme Weber (2004) –, se encontra nas variações da distância com o mundo, da distância com as coisas mais urgentes e imediatas da vida. Desta forma a classe dominante se opõe, em suas preferências, aos estilos de vida mais populares, ligados ao gosto de necessidade, gosto este que “só pode engendrar um estilo de vida em si que é definido como tal apenas de forma negativa, por falta, pela relação de privação que mantém com os outros estilos de vida” (BOURDIEU, 2008, p. 170).

Bourdieu, em pesquisa realizada na França dos anos 1970, diz que os operários costumam ter preferências por interiores aseados e fáceis de manter, de roupas de corte clássico, sem riscos da moda. Já as classes médias, mais livres das necessidades mais urgentes, reivindicam um interior quente, íntimo, confortável e um vestuário na moda e original.

13 O termo “liberdade”, relacionado aos ricos e as elites também é utilizado pelo sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, que leva isso às últimas consequências ao dizer que os muito ricos são os realmente livres. Para ele “o dinheiro dá o poder, e este a liberdade” (1981, p. 196).

Olhando desta maneira, percebemos que a relação entre gosto de liberdade e gosto de necessidade é pautada, sobretudo, pelo capital econômico, pelo que alguém dispõe de dinheiro, mas na medida em que há uma distância destas necessidades, bem como uma naturalização de práticas e consumos de objetos, encontramos contrastes entre classes que estão acima dos consumos mais urgentes da vida, como entre a classe média e superior (e entre os mais providos de capital econômico e os que possuem mais capital cultural). Isso ocorre porque os “gostos de liberdade só podem se afirmar enquanto tais com relação aos gostos de necessidade e, passando por aí para a ordem da estética, construídos como vulgares.” (BOURDIEU, 1983, p. 88).

Entretanto, ainda não basta o suprimento das necessidades básicas e o conhecimento necessário para apreciar uma obra de arte (derivado principalmente do que foi aprendido na escola), mas é preciso também uma distância, uma diferenciação em termos de como se consomem produtos e se realizam dadas práticas de ordem primária, como a escolha de uma carne ou o modo de andar e posicionar o corpo, pois “o privilégio mais classificador tem, assim, o privilégio de aparecer como o mais fundado na natureza” (BOURDIEU, 1983, p.88) e

nada determina mais a classe e é mais distintivo, mais distinto, que a capacidade de constituir, esteticamente, objetos quaisquer ou, até mesmo, ‘vulgares’ (por serem apropriados, sobretudo, para fins estéticos, pelo ‘vulgar’) ou a aptidão para aplicar os princípios de uma estética ‘pura’ nas escolhas mais comuns da existência comum – por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa – por uma completa inversão da disposição popular que anexa a estética à ética (BOURDIEU, 2008, p. 13).

No interior das classes superiores, assim como “no interior de todas as ‘classes’, estabelecem-se oposições entre as frações mais ricas em capital cultural e mais pobres em capital econômico” (PULICI, 2010, p.60-61). No interior da classe superior, os mais providos de capital cultural herdado no seio da família se diferenciam daqueles cujo capital cultural proveio da educação formal e daqueles com pouco capital cultural e muito capital econômico.

Portanto, o próprio tipo de educação recebida molda as ações e os gostos dos mais providos de capital econômico, podendo estes se diferenciarem entre si pelas atitudes corporais, preferências em matéria de alimento, leitura, lazer, moradia, decoração e mesmo morte. É neste sentido que, como veremos, as formas tumulares das diferentes elites tendem a variar esteticamente conforme a origem social de quem mandou edificar o túmulo, concedendo sinais distintivos aos seus descendentes e futuros corpos sepultáveis.

3. A emergência de um gosto fúnebre

O Cemitério Senhor Bom Jesus de Santo Amaro das Salinas, mais conhecido como cemitério de Santo Amaro, localizado na cidade do Recife, Pernambuco, foi inaugurado, ainda restando pôr o portão principal e construir a capela central, no ano de 1851¹⁴. A maior motivação para sua

14 Em 1841 uma lei já proibia o sepultamento no interior das igrejas e os médicos higienistas pressionavam pela criação de um cemitério público na província, alegando a insalubridade do sepultamento *ad sanctus*, que faziam com que os vivos saudáveis ficassem sujeitos aos males da decomposição cadavérica. Os políticos, sobretudo o governador da província, Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista), temiam a impopularidade de efetivamente proibir o sepultamento no interior dos templos e erigir um cemitério. Precisou de uma grande epidemia para que o projeto do cemitério fosse efetivado. A necrópole pernambucana acabou por ser inaugurada às pressas. Sobre a transição do sepultamento no interior das igrejas e o surgimento do cemitério de Santo Amaro ver:

inauguração antecipada foi o surto de febre amarela que assolou grande parte do Brasil e chegou à Pernambuco causando grande mortandade.

Apesar de inacabado em sua inauguração, devido às necessidades, em anos posteriores foi cumprido o que havia sido planejado pelos médicos e o primeiro engenheiro responsável pelo cemitério, o francês Louis Léger Vauthier (também responsável pelo teatro Santa Isabel), altamente elogiado por Freyre (1968) devido sua grande inteligência e capacidade, mas que não permaneceu tempo suficiente no país para finalizar o projeto e ver o Cemitério de Santo Amaro pronto.

Por isso no Santo Amaro atual podem ser observadas formas harmônicas e simétricas na distribuição dos espaços, onde as ruas estão interligadas, formando quadras poligonais e triangulares, onde em suas orlas se encontram os túmulos perpétuos e nas áreas centrais (por trás dos terrenos perpétuos) as sepulturas temporárias.

O terreno é plano, sem declives ou grandes irregularidades geográficas, o que é uma raridade entre os cemitérios ao redor do Brasil, assim como é diferente por não estar localizado em um local alto ou originalmente muito distante da cidade. O Santo Amaro ainda dispõe de uma boa arborização, com árvores centenárias locais e importadas, havendo destaque para as palmeiras imperiais, localizadas na rua principal e em rua que flanqueia a capela (em estilo gótico ao centro do cemitério, inaugurada em 1853, melhorada e restaurada em 1899 e 1930).

Sobre os espaços destinados aos mortos no interior do cemitério de Santo Amaro, já em 1851 ele dispunha de um regulamento que limitava a aquisição de lotes em, no máximo, o equivalente a quatro sepulturas de corpo estendido e, desde o primeiro ano do Cemitério Público, os espaços em seu interior foram disputados, como defende Castro (2007). Tal regulamento contrasta com a realidade brasileira do período e até dos

CASTRO, Vanessa de. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: FCCR, 2007.

dias atuais, que não dispõe de um regulamento que limita a aquisição de terras. Ainda hoje basta ter dinheiro para adquirir as terras disponíveis.

Assim, se no ano de 1850 o Império estabeleceu uma lei pífia que apenas dizia que as terras nacionais pertenciam ao Estado, devendo os interessados adquiri-las da instituição pública, os cemitérios brasileiros, especificamente o cemitério de Santo Amaro, no primeiro ano de inauguração, dispunha de normas mais rígidas de aquisição de lotes em seu interior.

O regulamento de 25 de fevereiro de 1851 determinou que um terreno custasse vinte mil réis, dois custariam duzentos mil réis, três custariam novecentos mil réis e quatro custariam um conto e quatrocentos mil réis¹⁵. Os espaços temporários custariam cinquenta mil réis (catacumba) e três mil réis (sepultura comum). Com receio de revolta pelos altos preços, ainda mais em um espaço destinado a abolir uma tradição antiga de sepultar nas igrejas, a Assembleia provincial solicitou a reformulação dos preços e o presidente da província acrescentou algumas normas ao regulamento para o cemitério Público do Recife (em 25 de novembro de 1852).

O regulamento de 1852 baixou pela metade o preço da catacumba (tipo de sepultura típica das irmandades religiosas), o que era bem mais baixo do que o cobrado por sepultura no interior das igrejas. Era uma medida para não gerar insatisfações entre as agremiações religiosas que, como fala Castro (2007), poderiam reivindicar o retorno ao sepultamento

15 Até hoje os valores dos lotes de terras, nos cemitérios oitocentistas, são altíssimos. Até 2010, quando fotografei o interior da administração do Cemitério de Santo Amaro, não havia disponibilidade de espaço para o sepultamento perpétuo. O que havia era uma espécie de acordo informal entre donos de jazigo e familiar que desejava guardar os ossos ou corpo perpetuamente. Mas no Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, Minas Gerais, anotei as informações de uma tabela com alguns preços de produtos e serviços ofertados pelo cemitério. Em um dos espaços constava um valor superior a R\$11.000,00 (onze mil reais) por uma sepultura perpétua reutilizada, “não virgem” nas palavras de um dos funcionários.

em igreja. A sepultura comum, temporária, manteve o custo de três mil réis e os valores das concessões perpétuas permaneceram os mesmos¹⁶.

A grande novidade deste regulamento se referia à quantidade de lotes que se poderia adquirir. Ficou estabelecido o máximo de quatro lotes a serem comprados, mas com a ressalva de que o presidente da província poderia conceder mais lotes conforme as necessidades do solicitante. Se a baixa nos valores das catacumbas beneficiou as agremiações religiosas, a possibilidade de adquirir mais do que quatro lotes favoreceram a elite política e econômica do Recife, que poderiam usar seu capital econômico e social junto ao presidente da província para conseguirem mais do que quatro lotes de terras e edificarem seus altos e extensos túmulos. Foi um modo do presidente da província ganhar individualmente com as concessões de lotes no Cemitério Público, usando seu poder para adquirir e quitar favores e obter dinheiro.

Este cenário do loteamento no interior do cemitério mostra um pouco das tramas do poder e a valorização de um bem cuja importância é simbólica, tal como uma origem social de prestígio e gerações de indivíduo que se diferenciam de novos ricos, como mencionada por Bourdieu (2008b). A compra de diferentes lotes então serve ao prestígio de uma elite que almeja se reconhecer na compra de um bem escasso e que possibilita a edificação de verdadeiros monumentos à memória da família, forjando assim uma dinastia que, em geral, apresenta no túmulo uma continuidade

16 Os valores dos lotes perpétuos do Cemitério de Santo Amaro mostraram-se caros mesmo quando comparados com os custos dos terrenos permanentes de outras necrópoles oitocentistas. No Cemitério do Bonfim, em belo Horizonte, Minas Gerais, de que fala Almeida (2007), quatro lotes perpétuos custavam (em 1900) um conto de réis, ao passo que em Santo Amaro a mesma quantidade era adquirida por um conto e quatrocentos mil réis (no ano de 1852). Tais valores são superiores a uma casa de médio porte e de um sítio no Recife do período e, segundo Timpanaro (2006), mais altos do que, em meados do século XIX, três meses de salário de um cirurgião do serviço público paulista.

de riqueza, prestígio e poder quiméricas, desconexa com a realidade de encobrimento de uma origem social humilde, de novos ricos¹⁷.

Os grandes donos de engenho, os políticos, as altas patentes militares e os comerciantes bem-sucedidos buscaram logo adquirir seus lotes perpétuos no interior do Cemitério de Santo Amaro, almejando uma distinção social por meio do tamanho de seus lotes, o que traria ainda mais visibilidade para suas sepulturas altas, algumas dispendo de mais de quatro metros de altura. No entanto, a lógica da distinção fúnebre por meio do espaço não terminava na compra de quatro, cinco ou seis lotes de terras, mas ainda havia a localização destes lotes nos diferentes espaços da necrópole, pois a própria arquitetura do cemitério público favorecia a distinção fúnebre por meio do espaço cemiterial.

como na cidade dos vivos, a desigualdade tornara-se ainda mais flagrante no espaço póstumo. Havia os bons e os maus lugares. Os mais caros e cobiçados, situados nas grandes alamedas ou avenidas centrais, cuja presença era notada e admirada por todos os que chegavam ao local, eram destinados àqueles que podiam pagar mais para ter o privilégio de um lugar especial e também de uma concessão perpétua, isto é, um patrimônio material transmissível como qualquer outro. (MOTTA, 2009, p.74).

Semelhante a sepultura no interior dos templos, havia os locais específicos mais disputados pelas elites, e estes espaços eram aqueles de maior visualização e os próximos da capela central. Não à toa que, em Santo Amaro, as áreas mais nobres, com os túmulos de famílias mais antigas,

17 O tema “trabalho duro” e ascensão social por meio da labuta são ausentes no Santo Amaro do período recortado. Em contraste a este cenário temos alguns cemitérios paulistas de túmulos do século XX que retratam a ascensão social pelo trabalho como um valor tipicamente burguês. Nesta perspectiva é emblemático o túmulo do imigrante italiano Antonio Lerario, localizado no Cemitério do Araçá, na cidade de São Paulo.

tituladas e endinheiradas, são sombreadas por palmeiras imperiais, ao passo que os lotes perpétuos menos distintivos estão sob a sombra de mangueiras e oitizeiros e os espaços temporários, destinados a corpos que, após dois anos, são retirados, não dispõem de árvore alguma e estão localizados ao centro dos lotes perpétuos.

Vemos então que a maior visualização da sepultura individual ou familiar era buscada pelas diferentes elites, não apenas por fins de ordem religiosa, para que os visitantes do cemitério pudessem realizar uma prece em prol do morto, mas para que o nome imponente da família e do indivíduo ilustre fosse facilmente visualizado e reconhecido, concedendo prestígio para a família viva e para o morto quando ainda em vida mandara edificar sua sepultura.

4. A falta de discrição dos túmulos

Como defende Motta (2009), o espaço cemiterial, a partir de meados do século XIX, passou a ser um lugar de lazer e visitação profusa, especialmente nas datas especiais, como finados. Isso se deu por conta do culto aos mortos, incentivado por positivistas e católicos, que viam a lembrança do ente querido de grandes feitos como um ato moralizante. Assim “[...] o culto dos mortos tornava-se prática familiar, ao mesmo tempo que efetivada e reputada como de boa conduta moral” (MOTTA, 2009, p.90).

Os cemitérios oitocentistas, sobretudo no dia de finados, data de aniversário e de falecimento de parentes e amigos, efervesciam de gente que, procurando passar o dia naquele espaço, levavam mantimentos para tanto, transformando a necrópole em um espaço de lazer e sociabilidade. Parentes e amigos podiam conversar, trocar ideias sobre os amigos e parentes ali sepultados e aqueles que em breve lá estariam também, bem como observar e comentar sobre as sepulturas ao seu redor, afinal a boa conservação do túmulo familiar e a própria visitação a este era um indício

de moralidade e amabilidade para com o familiar morto. Mesmo jornais e manuais de etiqueta importados da França afirmavam que o túmulo familiar deveria ser visitado e conservado, pois quem não o fizesse seria taxado como possuidor de um problema moral. (MOTTA, 2009; 2010).

Nestes espaços altamente visitados, onde a sociabilidade era marcante e a contemplação dos túmulos e seus epitáfios um costume, as elites, assim como faziam com suas casas-grandes rurais e sobradões urbanos, procuravam confeccionar túmulos condizentes com o estilo europeu divulgado no Brasil, mesmo que tal estilo estivesse defasado e que tal peça já estivesse démodé em Portugal, França e Itália, como no caso *do art nouveau*¹⁸, que chegou já ultrapassada ao Brasil, tanto na arte funerária quanto nas estruturas das casas-grandes e em seu mobiliário.

Portanto, nestes espaços extremamente visitados que eram as necrópoles oitocentistas, os diferentes membros das elites procuraram edificar túmulos chamativos, imponentes, com epitáfios elaborados e reflexivos e brasões em baixo relevo localizados em locais visíveis. Muitos destes túmulos procuraram reproduzir um antigo local de habitação dos cadáveres, a saber, as igrejas e outros, segundo Motta (2009), intentaram representar suas habitações, expondo um gosto fúnebre mais laicizado, voltado para a racionalidade e não para a religiosidade.

Eles também seguiram estilos arquitetônicos específicos, como o gótico e o clássico, predominando o ecletismo, além de preferirem apresentar o nome do patriarca em destaque no túmulo, deixando em segundo plano o nome da família e de seus membros, ou consideraram mais relevante pôr o nome de algum membro mais reconhecido socialmente e bem sucedido do que o próprio chefe da família, tomando deste o poder simbólico que serviria a toda uma estirpe.

18 Segundo Valladares (1972) o *art nouveau* é um estilo que tem por fundamento a sensualidade. No cemitério de Santo Amaro as peças neste estilo são raras, pois as figuras aparecem com pouca sensualidade, não expondo roupas coladas ao corpo ou esvoaçantes, muito menos peças do corpo descobertas.

A questão é que a sepultura passou a fazer muito mais do que ocultar o cadáver decomposto, mas atestar o gosto fúnebre dos donos de túmulos ainda vivos, bem como distinguir a construção de outras mais simples e diferentes, atraindo o olhar contemplativo dos visitantes que passeavam pelas ruas das necrópoles observando a forma do túmulo, o autor, o nome ou os nomes em destaque; as inscrições e os epitáfios; as estatuárias, as dimensões, os materiais empregados e a conservação da campa.

Alguns túmulos chegavam mesmo a estabelecer uma comunicação direta com o visitante, através de pedidos de oração e preces, outros olhavam de cima para os transeuntes, indicando sua ostentação por meio de seus vários ícones distintivos, como a altura e a localização em uma área privilegiada, como é o caso do túmulo do barão D'Ouricury, presente no cemitério de Santo Amaro, em uma das ruas sombreadas por palmeiras imperiais ao lado da capela central.

O jazigo-capela do barão D'Ouricury foi completamente importado de Portugal, mais precisamente de Lisboa e confeccionado por Antonio Augusto Xavier. Todo o túmulo, dos degraus na entrada até a imagem feminina no topo da capela, é composto por um dos mármore mais nobres, a pedra de lioz. A sepultura também dispõe de um estilo gótico flamejante, havendo diversas tochas sobre pilares que rodeiam a capela. Um gradil bem conservado, com detalhes de liras – comum nas campas do século XIX – separam o lote dos transeuntes. Cabe ao visitante estranho contemplar de longe a imponente sepultura e avistar quase de imediato as armas do titulado, indicando que ele foi um dos poucos brasileiros a receber um título nobiliárquico¹⁹.

19 Comparando com o número e não com a nobreza de outros países, pois, de fato, a concessão de títulos no Brasil foi generosa e Pernambuco foi uma das províncias com o maior número de titulados, conforme Schwarcz (1997).

Outro imponente túmulo de nobre, também bem localizado, é o mausoléu do barão e baronesa de Mecejana, considerado um dos túmulos mais belos do país e um anunciador do tipo de túmulo individual, típico do início do século XX e ligado a uma tradição burguesa comum em outras capitais. Ele se encontra próximo a entrada principal da necrópole e seu tamanho é tão grande que a última escala dele pode ser vista de vários pontos do cemitério. Seu material predominante é o mais nobre dos mármore, o mármore de carrara e, apesar de ter sido feito para pôr os corpos da filha e do genro, apresenta as imagens em tamanho natural de Antonio Candido Antunes D'Oliveira e sua esposa Colomba Maria Vidal D'Oliveira, barão e baronesa de Mecejana. Os próprios compradores da sepultura estão representados realisticamente nela, concedendo ao bem e a eles mesmos, ainda vivos quando a edificação ficou pronta, um valor distintivo considerável, anunciando um gosto peculiar, que uni o tipo de sepultura familiar ao túmulo tipicamente individual.

Tanto o túmulo do barão D'Ouricury quanto dos Macejana apresentam materialmente uma "propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes" (BOURDIEU, 2008, p. 165). Os túmulos denunciam um *habitus* marcado por um gosto de liberdade, que lhes permitem se apropriar do que é considerado de melhor qualidade e durabilidade (pedra de lioz e mármore de carrara), importados de locais de prestígio cultural e artísticos (Portugal e Itália). Refletem em pedra uma apreciação artística e um apuro arquitetônico provados em vida, expondo o desejo de continuidade deste *habitus* após a morte.

Segundo Valladares (1972), o túmulo grandioso de Manuel Inácio de Oliveira, o barão d'Ouricury e o dos barões de Mecejana, constituem uma exceção aos brasonados e titulados, pois, em Santo Amaro, os maiores gastos com sepulturas sofisticadas foram feitos por indivíduos que dispunham de títulos menos relevantes, como o de comendador, caso do comendador Manoel Bernardo da Silva, que importou seu túmulo de

Lisboa, encomendado dos estatuários Salles, mesma empresa responsável pelo túmulo de Gonçalves Dias, no Maranhão e a do comendador Henrique Bernardes de Oliveira, com base de alvenaria e restante dos túmulos em pedra de lioz.

Contudo, pelo que observamos na pesquisa de campo no Cemitério de Santo Amaro, os túmulos de barões ainda apresentam uma sofisticação, não sendo bem exceção os túmulos grandiosos do barão d'Ouricury e do barão e baronesa de Mecejana²⁰. Entrementes, os titulados que tinham acesso à corte, como os barões com grandeza, viscondes e condes, não se preocupavam tanto com uma sepultura grande e extensa, confeccionada completamente por materiais como o mármore de carara e a pedra de lioz ou portando grande número de signos decorativos e estatuárias. Suas armas e a inscrição tumular indicando a honraria elevada, seu passaporte para a corte, eram signos distintivos suficientes para a família ainda viva e o nobre.

Em geral eram pessoas com pouco capital econômico, muito capital social e um legítimo e elevado capital cultural herdado da família. Eles geralmente eram senhores de engenho já decadentes, e empresários sem grandes recursos, porém descendentes de ricos senhores de engenho e dispendo de uma linhagem mais sofisticada, com pais, avós e tios diretamente ligados à corte, geralmente grandes donos de terras e com alguma patente militar ou honraria nobiliárquica menor do que a de seus descendentes. Um exemplo deste tipo de gosto fúnebre é verificado na sepultura de Joaquim de Souza Leão.

20 O túmulo do barão d'Ouricury e do barão e baronesa de Mecejana realmente são os mais sofisticados entre as sepulturas de barões, tanto pelo tamanho de seus lotes, quanto pelos materiais empregados. Outros túmulos de barões não chegam nem perto destes, como é o caso do barão da Victoria, barão de Benfica, barão de Capibaribe e barão de Souza Leão, mas ainda apresentam uma sofisticação maior do que outros tipos de sepulturas.

Joaquim de Souza Leão, o barão e visconde de Monte Alegre, ao contrário do que a percepção popular possa pensar e diferente de outros titulados sepultados em cemitérios como o Catumbi, no Rio de Janeiro, não procurou uma sepultura grandiosa, extensa, rica em detalhes e importada. Seu túmulo de porte médio não apresenta epitáfio longo e elaborado, muito menos a predominância de um material nobre, mas é predominantemente de alvenaria, havendo apenas algumas peças de mármore de carrara, como as suas armas e a guirlanda onde está contido o seu título nobiliárquico de visconde.

Para este titulado, como para muitos outros sepultados no cemitério de Santo Amaro, bastou expor seu título nobiliárquico na inscrição presente logo acima das armas, dentro de uma guirlanda, bem como apresentar suas armas, contendo uma coroa de barão, tendo logo abaixo o brasão com escudos e dois leões, ladeados por pés de cana-de-açúcar, símbolo dos muitos engenhos que herdou. Para seu gosto bastou as armas, símbolo distintivo mais do que suficiente para diferenciá-lo após a morte.

Neste sentido, em Santo Amaro, aqueles que dispunham de pouco capital social, pouca ligação com a corte e o rei, portando honrarias inferiores ao de barão com grandeza, visconde ou conde, mas com um capital econômico elevado, e pouco capital cultural, apresentavam túmulos um pouco mais sofisticados do que os maiores titulados. Em geral encomendavam jazigos-capela medianos e túmulos monumentais e de porte médio sem nenhuma estatuária e poucos signos decorativos. Suas sepulturas procuravam suprir a ausência de um título mais elevado, que realmente os habilitava à corte, e de uma origem familiar de linhagem mais pura, mas seu esforço não era maior do que a de outro grupo da elite recifense, a dos comerciantes.

Provindos em geral de uma origem humilde e dispondo de conhecimentos básicos ou mesmo advindos de uma origem abastada, mas

considerado filho de pouca capacidade intelectual²¹, os comerciantes edificavam sepulturas mais sofisticadas. Na verdade, mesmo os comerciantes e empresários bem sucedidos, mas esquecidos pelo rei, sem título algum, se viravam como podiam e não titubeavam em pôr no túmulo a inscrição “comerciante”, seguida do nome ou mesmo expunham apenas seu nome. Contudo, se não eram titulados, faziam questão de edificar sepulturas altas, sem epítáfio longo, mas localizadas em grandiosos lotes de terras, pagando até um conto e quatrocentos mil réis pelo terreno destinado ao túmulo. Um destes túmulos muito altos e apresentando signos decorativos é o túmulo monumental de D’Amorim.

Este túmulo bastante alto e extenso não pertence a um titulado, mas a um indivíduo com capital econômico suficiente pra procurar uma eternização na pedra. De modo algum deixou seu nome ser esquecido e trouxe logo de encomendar um túmulo completamente erigido em pedra de lioz, importado de Portugal. Nele vemos um gradil circundando a peça em sua base e outro acima da primeira escala. Encontramos ainda detalhes de pequenas guirlandas e uma mulher recostada em uma árvore (um carvalho ou oliveira). Vemos ainda uma cruz em baixo relevo e um vaso com panejamento no topo do túmulo.

O túmulo de D’Amorim chama a atenção, trazendo para si os olhares dos visitantes e atestando um gosto pautado no exagero, distinguindo-o de outras sepulturas, como a dos barões e a dos titulados com acesso à corte, assemelhando-se aos túmulos de comendadores. Na falta de um título, armas, brasões, as campas de pessoas ricas em capital econômico, mas de pouco capital cultural e social procuravam preencher esta lacuna, distinguindo-se de outras maneiras e, por isso mesmo, denunciando sua origem social distante da elite legítima, de linhagem mais apurada de

21 Freyre (1977) fala deste costume difundido entre os senhores de engenho pernambucanos. Eles destinavam ao menos um de seus numerosos filhos ao comércio, em geral aqueles tidos como mais incapazes, ao paço que outros, melhor providos de intelecto, eram destinados aos cursos de direito e medicina.

senhores de terras que em tudo poupava esforço físico, sendo o trabalho um estigma do negro.

Outros túmulos que atestam o exagero tumular, um gosto fúnebre preocupado com os túmulos grandiosos e ricos em detalhes como compensação à ausência de títulos nobiliárquicos são o de Ernesto de Medeiros e sua esposa. Este é um jazigo-capela confeccionado em mármore branco, de altura e extensão considerável, localizado em local privilegiado, na quadra 23, uma das próximas da entrada principal, contendo guirlandas próximas à porta e um gradil prateado bem conservado rodeando o pátio da sepultura.

Outro túmulo de mesmo tipo, pertencente a um não titulado, edificado no início do século XX, é o de Bernardes de Oliveira e de sua esposa e filhos. O mausoléu na forma de capela e confeccionado em alvenaria apresenta uma arquitetura eclética, com caracteres clássicos e góticos, expondo uma altura impressionante e palmas, panos e flor-de-lis em baixo relevo.

Como defende Bourdieu (2008b; 2009), o desejo de proximidade de classes inferiores, tal como os novos ricos, acaba por revelar sua própria distância de outras camadas mais estabelecidas, que conservam em si um capital cultural construído no seio da família e conservado por gerações. Os túmulos copiados por muitos comerciantes, inspirados em outras camadas sociais mais dotadas de capital cultural terminam por não compor um elemento de proximidade e equiparação, mas de diferença pela cópia tosca e exagerada. Elias (1993) aponta algo análogo nas cortes europeias, onde as regras de etiqueta geridas pela nobreza tentavam ser copiadas pela burguesia ascendente que, por não disporem do mesmo capital cultural e ócio repetiam tardia e erroneamente o *habitus* da nobreza.

Outra elite, de estilo de vida próprio é a dos militares sem título nobiliárquico. Os túmulos destes militares procuravam expor sua patente elevada e, em alguns casos, seus feitos mais significativos e as batalhas

mais relevantes. Curiosamente os que mencionam os feitos não apresentam uma sepultura de construção imponente, mas simples, geralmente um túmulo simples ou um ossuário vertical. Aqueles que ostentam uma sepultura alta e extensa costumam expor apenas a patente.

A patente elevada assemelha-se ao título nobiliárquico, contudo, entre as sepulturas de major, tenente coronel e coronel não foram verificadas grandes diferenças de gosto. Não eram sepulturas com grandes detalhes e apuro estético, mas comum na altura elevada e extensão. A patente mais alta, como a de Marechal ou Coronel, não influenciava no tamanho do túmulo, não fazia diferir dos túmulos de Major e Tenente Coronel, mas sim a presença ou não do epitáfio elaborado.

Como exemplo de túmulo de alta patente militar há a do Marechal capitão de fragata Vital D'Oliveira, morto em combate na Guerra do Paraguai no ano de 1867. Seu túmulo é um ossuário vertical, sem grande altura ou extensão, feito para depositar ossos e não o corpo morto estendido. Sua pequenez é compensada pela grandiosidade do homem ali sepultado: um marechal morto em combate!

Apesar de haver, no topo da construção, uma cruz de mármore esculpida como tronco, tendo uma base de pedra, o grande destaque do túmulo é seu epitáfio, que fala do nobre ofício do falecido, de sua distinta patente e da honra em ter morrido em combate. Há destaque também para duas figuras em baixo relevo: uma âncora entrecruzada com uma espada. A âncora em outros túmulos simboliza a fé cristã e a esperança, mas nesse ela remete à embarcação propriamente dita, veículo conduzido pelo defunto quando em vida, já a espada é peça comum em túmulos militares.

Diferindo de todos os túmulos mencionados anteriormente, as sepulturas da elite intelectual denunciavam um gosto fúnebre mais ligado à inscrição do que a construção, não procurando túmulos altos ou que ocupavam mais do que um lote de terra. São sepulturas mais simples, geralmente um ossuário vertical ou um túmulo simples, de alvenaria ou

mármore branco, sem detalhes além de ramos e folhas em relevo gravado ou algum símbolo relacionado com o ofício do morto. É de uma elite intelectualizada, com pouco capital econômico e bastante capital cultural, mas muito próximos do gosto de necessidade. São jornalistas, professores e alguns bacharéis.

Um exemplo deste tipo de túmulo está localizado na quadra 22, próximo ao portão de entrada, em uma rua secundária, praticamente encoberto pela sombra do túmulo do barão e baronesa de Mecejana. Trata-se da sepultura do jornalista Maciel Pinheiro, um ossuário vertical de altura inferior a outros do mesmo tipo, mas repleto de inscrições tumulares em quase todas as suas quatro faces.

O personagem presenciou a guerra do Paraguai e fundou e dirigiu o jornal “O Norte”. A referência a sua grandiosidade intelectual começa antes mesmo do ossuário, nas escadas que conduzem o visitante até a altura do depósito mortuário da personalidade. Um personagem tão distinto merecia estar acima de outras pessoas mais comuns, mesmo que simbolicamente, afinal seu túmulo não é alto. O ossuário ainda apresenta figuras em baixo relevo em sua face voltada para a rua: uma pena cruzada com uma espada, tendo acima destas um gorro, havendo também duas estrelas ladeando a figura. Contudo o que há de maior destaque no túmulo e mais distinto para uma sepultura de intelectual são as inscrições, sendo a principal e mais extensa a localizada atrás do túmulo, que diz:

AQUELLE QUE AQUI ESTA NA SOMBRA ETERNA
IMMERSO OLHOS SEM LUZ VAZIO O CRANEO
FOI ATE POUCO UM LUTADOR TITANEO
CHEIO DE FE DA GRANDE FE MODERNA
BELLO EXEMPLAR DA RODA DOS VALENTES
QUE SE BATEM SOMENTE À LUZ DA IDEIA
ELLE FEZ DA EXISTENCIA UMA ODYSSEIA
HYPERHUMANA E DE ECHOS ESTRIDENTES

POR ARMAS TEVE APENAS O TALENTO
O AMOR DA PATRIA O VIVO SENTIMENTO
DA HONRA E A PENNA A PENA CORUSCANTE
E SO A MORTE A GRANDE VENCEDORA
POUDE VENCELO EM MEIO A EXTENUADORA
LUTA RESPEITO A COVA DO GIGANTE

Como lemos, a louvação tumular exalta a grandiosidade do morto, expõe seu talento e, apesar de não mencionar, na verdade fala de sua atuação no jornalismo, sendo o defunto um homem letrado, combatente da verdade e incentivador dos avanços de ideias modernas. Dispondo de pouco capital econômico, porém muito capital cultural formal, como os professores superiores mencionados por Bourdieu (1983;2008a), Maciel Pinheiro e seus familiares e colegas, como outros intelectuais, tais como os “imortais” da Academia Pernambucana de Letras, procuraram uma forma de perenidade relacionada com o epitáfio, deixando para segundo plano a construção em si.

Por outro lado, outra elite, a política, que comumente recebia títulos nobiliárquicos, apresentando um estilo de vida semelhante aos dos donos de terras e um pouco mais distantes dos comerciantes, diferiam em seu gosto fúnebre tanto dos titulados (tanto barões quanto viscondes e condes) quanto dos comerciantes e intelectuais. Eles, principalmente os governadores (durante o Império e a República), reuniam em suas edificações símbolos distintivos típicos dos intelectuais, dos comerciantes e dos nobres sem acesso à corte, mas com pontuais diferenças.

Procuravam edificar construções que ocupavam mais de um lote de terra, com altura considerável, que ultrapassavam facilmente os três metros de altura e, além disso, prezavam pelo epitáfio elaborado, geralmente biográfico e curricular – conforme tipologia de epitáfios engendrada por Steyer (2010), que mencionava sua atuação na política.

Um dos túmulos de políticos encontrados em Santo Amaro é o das famílias Bezerra Cavalcante e Bezerra de Melo. Estes túmulos ocupam um grandioso espaço, pois há lápides além da própria construção principal. O túmulo principal é edificado no início do século XX, confeccionado em mármore ou granito negro, com grades pintadas de branco na entrada e nas janelas encontradas atrás do mausoléu.

No interior do túmulo vemos em destaque um epitáfio de tipo biográfico do político José Rufino Bezerra Cavalcanti: “NASCEU EM VICTORIA AOS 16 DE AGOSTO DE 1865 FALLECEU EM TEGIPIO AOS 28 DE MARÇO DE 1922 EMPOSSADO EM 24 DE DEZEMBRO DE 1919 GOVERNOU SEU ESTADO DURANTE 824 DIAS DEPUTADO SENADOR E GOVERNADOR”. Além da diferenciação social pela sepultura em si, o senador, deputado e governador e sua família procuraram edificar uma sepultura de altura considerável, mais alta do que muitas casas populares localizadas no bairro onde o cemitério está. Ainda prezou pelo tamanho do lote e pelo epitáfio que expõe sua atuação política.

Epitáfio

Como alguém que chama por atenção e faz questão de se diferenciar, as sepulturas perpétuas, localizadas nos locais mais privilegiados buscam uma distinção, uma diferenciação, uma distância dos túmulos mais simples, pertencentes a pessoas e famílias quase que desprovida de qualquer capital simbólico. Procuram apresentar um gosto pautado no luxo e na liberdade e não na necessidade. Por isso encomendam túmulos inteiros e peças de outros países e regiões do país, mandam expor suas armas e brasões e fazem questão de indicar seu título nobiliárquico, bem como elaborar inscrições sofisticadas de autoexaltação e glorificação do parente. Assim seus túmulos são como o interior de suas residências, que:

[...] exprime, em sua linguagem, o estado presente e, até mesmo, passado, daqueles que o ocupam, revelando a segurança sem ostentação da riqueza herdada, a arrogância espalhafatosa dos novos-ricos,

a miséria discreta dos pobres ou a miséria dourada dos 'primos pobres' que pretendem viver acima de seus recursos [...]. (BOURDIEU, 2008a, p. 75).

Como o interior das residências de que fala Bourdieu, os túmulos são passíveis de leitura, revelam a ostentação dos muito ricos, mas quase desprovidos de capital cultural, a segurança e credibilidade do próprio nome daqueles de longa linhagem nobre bem provido de capital social, mas de riqueza herdada já decadente, a instrução daqueles que dispõem de pouco capital econômico, mas muito capital cultural, a pobreza dos que não podem se dá ao luxo de comprar um punhado de terra, mas são sepultados a poucos palmos do chão e sem construção acima da sepultura ou uma edificação muito simples.

Mas uma coisa todos os túmulos têm em comum, mesmo aqueles cujos familiares fizeram um esforço para pôr ao menos uma pedra com breves inscrições contendo a data de nascimento e falecimento; todos desejam a perenidade, mesmo que esta seja restrita à memória.

Recebido em: 25 de março de 2018.

Aprovado em: 04 de abril de 2018.

Referências

BORGES, Déborah Rodrigues. **Registro de memória em imagens: usos e funções da fotografia mortuária em contexto familiar na cidade de Bela Vista de Goiás (1920-1960)**. 169p. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, p. 82-121,1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CASTELLANO, Mayka. Distinção pelo mau gosto e estética trash: quando adorar o lixo confere status. **Comunicação e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 55.p. 153-174. 2011.

CASTRO, Vanessa de. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: FCCR, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 13.ed. Petrópoles: Vozes, 2007. v.1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Rio de Janeiro; Recife: Artenova: IJNPS, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2006.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOTTA, Antonio. **À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: Massangana, 2009.

MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitério brasileiros oitocentistas. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n 33, p. 55-80. 2010.

PULICI, Carolina Martins. **O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo**. 328f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Vida de corte: a boa sociedade. In: _____. **As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 101-124, 1998a.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Como ser nobre no Brasil. In: _____. **As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 159-205, 1998b.

SANTOS, Alcineia Rodrigues do. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 300.f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

STEYER, Fábio Augusto. Morte, subjetividade e memória: levantamento tipológico dos epitáfios no Cemitério São José – Ponta Grossa – Paraná – Brasil. In: **Evento da associação brasileira de estudos cemiteriais**, 4, 2010, Piracicaba (São Paulo). Anais Piracicaba, 2010.

TIMPANARO. Mirtes. **A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás**. 246f. Dissertação. (mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 2.v.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. ◀

JUVENTUDES E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS FORMAS E MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA GRANDE RECIFE

Sidney Santos Oliveira²²

RESUMO

O presente artigo traz os resultados de uma pesquisa realizada com jovens estudantes universitários de seis instituições de ensino superior, públicas e privadas, localizadas na região metropolitana da cidade do Recife/PE. Através da análise de entrevistas semiestruturadas, foi possível realizar um mapeamento dos espaços e formas de participação política dos estudantes. Com isso, identificou-se quais os espaços utilizados pelos jovens universitários e as suas formas de participação política.

Palavras-chave: Juventudes; Política; Participação; Universidade.

22 Mestrado em Ciências Sociais pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS - UFRN). Atualmente é Doutorando em Ciências Sociais pelo mesmo programa de pós-graduação (PPGCS - UFRN). E-mail: sidneyoliveira210@gmail.com

YOUTH AND POLITICS: AN ANALYSIS OF THE WAYS AND MODALITIES OF PARTICIPATION OF THE YOUNG PEOPLE OF THE GRANDE RECIFE

ABSTRACT

This article presents the results of a research carried out with young university students from six public and private higher education institutions located in the metropolitan area of the city of Recife / PE. Through the analysis of semi-structured interviews, it was possible to map the spaces and forms of political participation of the students. With this, it was identified the spaces used by university students and their forms of political participation.

Keywords: Youth; Policy; Participation; University.

Introdução

A participação política das juventudes tem se constituído como um importante objeto de investigação teórica e empírica no campo das ciências sociais. No Brasil, em especial, desde 2013, alguns acontecimentos de ordem social e política, fizeram com que essa questão passasse a ser discutida com certa frequência nas esferas acadêmicas, nos meios de comunicação, afetando e reavivando certos imaginários sociais construídos em torno da ideia de juventudes. As manifestações de junho de 2013, os protestos contra a realização da copa das confederações, nesse mesmo ano, e a copa do mundo de futebol realizada em 2014, foram manifestações sociais que contribuíram para que a temática da participação política das juventudes se fizesse presente nessas discussões.

Buscando delimitar um campo de estudo concreto e plural para a realização deste estudo, escolhemos a Universidade como campo e, conseqüentemente, as juventudes universitárias como atores políticos para essa investigação. Selecionamos as instituições de ensino superior por compreender a importância desses espaços na vida política das juventudes. Assim, concordo com Lipset (1968) ao compreender que as universidades favorecem a atividade política, pois funcionam como focos de ideologia, agitação e demonstração. Nelas estão presentes tanto os órgãos de representação do movimento estudantil, os sindicatos, as entidades de classe, espaços convencionais de participação, quanto os grupos alternativos de arte, cultura, música, meio ambiente, os movimentos de identidades, movimentos anarquistas, movimento étnico, dentre outros.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa que deu subsídio ao presente texto foi: identificar quais os espaços e as formas de participação política dos jovens universitários da Grande Recife/PE. Como objetivos específicos, elegeu-se: a) verificar quais os espaços presentes nas instituições de ensino superior que possibilitam a participação política dos jovens estudantes; b) compreender a relação dos jovens com esses espaços; c) identificar quais as modalidades e repertórios de participação escolhidas pelas juventudes. Para conseguir alcançar tais objetivos, inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura que tem se debruçado sobre temáticas como juventudes, política, participação política juvenil, participação política convencional, participação política não convencional. Após isso, construímos um quadro teórico capaz de dialogar com os resultados obtidos com a pesquisa empírica, possibilitando, assim, um movimento de análise sociológica dos dados obtidos.

No que se refere à coleta de dados, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas em profundidade. A escolha dessa técnica se justifica pelo fato da entrevista qualitativa possibilitar explorar as opiniões, os detalhes, as representações particulares de cada entrevistado sobre o assunto em questão. No caso deste estudo, as formas de participação

política utilizadas pelas juventudes universitárias da Grande Recife. Foram entrevistados jovens estudantes das seguintes instituições de ensino: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade de Pernambuco (UPE); Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Faculdade Boa Viagem (FBV); Faculdade Estácio do Recife (FIR) e Faculdade Maurício de Nassau (NASSAU). Todos os campi dessas instituições estão localizados na Região Metropolitana da Cidade do Recife, também chamada de Grande Recife. Como requisitos para participação no estudo, estabelecemos que o jovem estivesse devidamente matriculado em um dos cursos presenciais oferecidos por uma das seis instituições de ensino superior, tanto as públicas quanto as privadas. Além disso, os jovens precisavam se encaixar no recorte etário dos 15 aos 29 anos, utilizado pelo Estatuto da Juventude (2013).

1. Juventudes, Política e Universidades

O processo de construção de identidade juvenil também se dá a partir das relações constituídas entre os sujeitos jovens e as instituições sociais presentes na sociedade moderna. Assim, a família, a escola, a igreja, os grupos e coletivos de jovens, a universidade, são espaços que possuem inferência no processo de construção dos projetos de vida das juventudes. No caso da relação entre os jovens e as universidades, é importante destacar que esse processo de construção de sentidos também se constitui como algo múltiplo, mutável e diverso, na medida em que para cada jovem estudante, a universidade, seus espaços, grupos e atores políticos, possuem um significado e representação particular.

Pensando a partir dessa multiplicidade de sentidos Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1968), analisam a relação dos jovens estudantes franceses com a universidade, e passam a questionar as concepções de rebeldia revolucionária, engajamento e militância dos estudantes

franceses, representações sociais que alimentavam o mito da “ideologia estudantil” ou “ideologia universitária” exponenciarem práticas políticas entre os jovens universitários franceses.

A partir da distinção entre Ideologia e Prática estudantil, Bourdieu e Passeron contestaram a ideia de unidade de classe entre os estudantes, afirmando que, o que existe na realidade, é a capacidade de constituições de grupos e coletivos juvenis em torno de um projeto que é construído e compartilhado não pela totalidade dos jovens estudantes, mas por frações de estudantes, grupos que conseguem se agregar em torno de pautas e lutas comuns a vida juvenil. Ainda segundo os autores, esse movimento de agregação juvenil é mediado pelas relações de tempo e espaço no mundo estudantil, construindo assim, sentidos, vivências e sociabilidades entre os sujeitos jovens dentro das universidades.

Bourdieu e Passeron (1968) também se dispuseram a destacar que a relação entre as juventudes e a política nas universidades não são necessariamente construídas e direcionadas a uma prática política das juventudes. Isto porque, “não é o espaço, mas o uso do espaço, regulado e ritmado no tempo, que dá a um grupo um quadro de integração” (BOURDIEU; PASSERON, 1968, p. 64). Assim, as contribuições dos autores nos ajudam a pensar sobre a multiplicidade de sentidos construídos na relação entre as juventudes e a política nas universidades.

Em *Alternativas para as Atividades Estudantis* (1968), Seymour Martin Lipset analisa como se dá o processo de vivência e sociabilidade dos estudantes dentro da universidade. Lipset demonstra algumas questões que potencializam a atividade política das juventudes, a localização da instituição, a forma de ocupação dos cargos administrativos dos quadros da administração universitária, se são realizados através de eleições ou indicações, a forma de divisão e organização dos centros e departamentos no campus, os cursos ofertados pelas instituições de ensino, o tempo de permanência dos alunos nas dependências das universidades.

Segundo Lipset (1968), quanto maior o tempo em que o jovem passa na universidade, maior é a probabilidade de ocorrência da atividade política, pois tende-se a desenvolver mais redes de amizade e interação social entre os jovens estudantes. Quanto a questão da estadia, Lipset (1968) disserta que os graus de participação política dos estudantes estão ligados ao fato destes morarem com os pais e/ou familiares, ou residirem em repúblicas e casas de estudantes. Onde no segundo caso, segundo o autor, o envolvimento político se torna mais propenso, devido a uma maior convivência entre os estudantes, vivências que vão além das salas de aula. Uma forma de minimizar a saudade e solidão dos familiares, constituindo assim, novos núcleos de amizade.

No caso do Brasil, a fundação e consolidação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, possibilitou uma organização política das juventudes até o momento inexistente no país. Foi através da consolidação da UNE que o movimento estudantil começou a ganhar corpo no país, tendo nessa organização a centralização necessária para as lutas políticas juvenis, bem como a luta pela valorização do estudante brasileiro.

Já em 1937 a UNE realizou seu primeiro Congresso, conseguindo através de muito esforço e mobilização reunir jovens delegados de várias universidades brasileiras na escola de belas artes, no Rio de Janeiro. A partir daquela primeira reunião consolidava-se aquela que viria a se tornar a maior entidade de organização, mobilização e luta do movimento estudantil brasileiro.

Até os dias atuais, a UNE assume o papel de maior órgão de representação estudantil, completando nesse ano de 2018, 81 anos de existência da organização. O movimento estudantil organizado, seja nas esferas secundaristas ou universitárias, ainda é o movimento social mais influente e organizativo das juventudes no país, possibilitando sobretudo aos jovens que passam a ocupar as vagas de cursos de graduação, vivências e experiências políticas dentro das universidades brasileiras. Como bem destacou Maria Alice Foracchi ao falar sobre a abertura de leques e

possibilidades de vivências propiciadas pelos movimentos estudantis nas universidades brasileiras:

Abrem-se horizontes de participação que são novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham dos seus problemas, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem. (FORACCHI, 1972, 74-75)

No Brasil, é a disputa pelos quadros de gerência e gestão da UNE que movimentam as práticas políticas de uma considerável quantidade de jovens que constroem o movimento estudantil. E, todas as outras entidades de representação estudantil, sejam estaduais, municipais, de universidades públicas e particulares, como os diretórios acadêmicos e Centrais de estudantes, estão de alguma forma atreladas a UNE.

Contudo, assim como discutido por Bourdieu e Passeron, não podemos falar de uma unidade de classe, pensar que todos os estudantes estão engajados e discutindo política dentro das universidades, isto porque, para parte considerável dos estudantes brasileiros, a UNE pouco ou nada representa. As falas dos entrevistados que serão apresentadas na próxima seção demonstram algumas questões referentes a essa problemática.

2. A participação política universitária no Grande Recife

Os órgãos e entidades de representação estudantil também se constituem como espaços convencionais de participação política. É importante destacar que

a expressiva participação juvenil no movimento estudantil em diversos momentos da nossa história, resultou em uma representação desta forma e lugar de atuação política como o principal espaço político da juventude (SILVA FILHO; COSTA, 2016, p.81).

A história da participação política dos jovens brasileiros, por vezes, se confunde com a história da atuação política dos movimentos e entidades de representação estudantil, de forma que “o movimento estudantil se tornou o barômetro da vida política do país” (POERNER, 2004, p.47). Partes consideráveis das históricas participações políticas das juventudes foram concretizadas nos convencionais espaços de atuação dos movimentos estudantis, os diretórios acadêmicos, os diretórios centrais, as organizações estaduais e nacionais de representação dos estudantes.

Neste tópico, apresentamos as análises das falas dos entrevistados quando indagados sobre aspectos como atuação, participação, e vontade de atuação em algum espaço ligado às entidades e movimentos estudantis. A partir das respostas dos estudantes, buscou-se compreender a relação dos mesmos com os órgãos de representação estudantil. Dentre as questões que chamaram atenção, primeiramente, destacamos o fato de poucos entrevistados afirmarem participar de algum grupo ou espaço ligado ao movimento estudantil. A baixa participação em grupos e/ou movimentos dentro das Universidades e Faculdades também se colocou como uma questão presente nas falas de grande parte dos entrevistados.

No entanto, ao serem questionados sobre o porquê da não participação, vários pontos interessantes foram expostos, possibilitando assim a compreensão de alguns problemas que para eles se constituem como alguns “entraves” que dificultam uma efetiva participação de grande parte dos entrevistados nos movimentos estudantis. Além disso, explicitamos que os diretórios acadêmicos e os diretórios Centrais foram alvos

de críticas, de modo que grande parte dos depoimentos alerta para a falta de interlocução desses espaços com os estudantes que não estão engajados nos movimentos. Esta problemática é exposta na fala de Eduarda, 22 anos, aluna do curso de Engenharia Civil da Universidade de Pernambuco.

Eu acho que aqui na faculdade a gente é limitado, não diria limitado, mas a participação política da gente é quase nula. Quando chega perto das eleições, botam duas bancas aqui na frente para as únicas duas chapas que existem. A gente não sabe nada sobre elas, talvez uma delas entre nas salas para falar “vote em mim, essa é minha chapa e minha proposta”, mas a gente não vê nada acontecendo durante esse período. A gente só vê as chapas na época das eleições, e, sinceramente, eu nem conheço as propostas deles.

Esse problema também foi levantado por Catarine, 21 anos, aluna do curso de Administração na UPE.

Aqui na UPE, as entidades que tem não são tão fortes. Nos primeiros períodos, a gente não conhecia nada direito e não tinha interesse. Depois que mudou a gestão, o DA está cada vez mais distante dos estudantes. O DCE também não convida os alunos que estão entrando na UPE para participar, aí também junta com a falta de interesse de algumas pessoas, que é o meu caso (risos), e até hoje em dia assim como eu, muita gente não sabe direito como funciona o DCE, e nem nada daqui.

Segundo estas duas estudantes, de dois cursos distintos da Universidade de Pernambuco, os órgãos de representação estudantil dos

cursos de Engenharia Civil e Administração da UPE não têm conseguido estabelecer um diálogo com os estudantes que não estão engajados no movimento estudantil. No entanto, é importante destacar que as próprias estudantes afirmam não ocupar os espaços de representação estudantil nas instituições, e que participam da vida política na Universidade esporadicamente, quando acontecem as atividades para a eleição das chapas que serão responsáveis pelas gestões dos diretórios acadêmicos e do diretório central.

Críticas referentes à falta de interlocução entre os estudantes e os órgãos de representação estudantil também se fizeram presente no relato de Denilson, 23 anos, aluno do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No caso de Denilson, ele disse ter sido convidado por outro jovem que já fazia parte do diretório acadêmico, no entanto, o estudante não se engajou ao movimento, e durante seu relato justificou os motivos que o levaram a não se envolver com o órgão.

Não entrei porque eu também era um dos que criticavam o DA, porque para mim, só servia para fazer campeonato de futebol, não havia representatividade junto ao corpo discente e aos coordenadores da universidade. Era um grupo que normalmente aparecia em época de eleição, mas diariamente eram poucos os informativos importantes que eles nos passavam. Durante toda a minha faculdade, todo esse período na faculdade, isso não mudou. Em contatos com outros cursos dentro do CCSA – Centro de ciências sociais aplicadas da UFPE –, administração e economia não mudavam muito. Os DA's eram pessoas que entravam, faziam um certo papel político jovem entre os estudantes, mas que não tinham uma razão efetiva de existir, a gente não entendia o porque que eles estavam

agindo. O movimento estudantil aqui no CCSA não funciona, acho que todos os cursos não tem um DA eficiente.

Como se pode perceber, Denilson faz duras críticas ao funcionamento do diretório acadêmico do curso de ciências contábeis da UFPE. No entanto, no fim de sua fala, mais especificamente nas últimas três linhas, o estudante faz uma afirmação um tanto quanto generalizante ao proferir a seguinte frase: “O movimento estudantil aqui no CCSA não funciona, acho que todos os cursos não têm um DA eficiente”.

Levantamos dados para discutir essa última afirmação tão contundente do estudante. Em uma pesquisa no site oficial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE, descobrimos que o referido Centro é responsável por formar os alunos dos cursos de Ciências Contábeis, Administração, Ciências Atuariais, Ciências Econômicas, Hotelaria, Secretariado, Serviço social e Turismo. Ainda segundo os dados disponibilizados pelo site oficial da instituição, atualmente o CCSA é formado por um corpo docente de 135 professores e 4 mil alunos.

A partir desses dados, percebemos que dos oito cursos de graduação que formam o CCSA, Denilson teve contato com estudantes de apenas dois cursos. E desses dois estudantes, apenas um atua no diretório acadêmico. Além disso, ao afirmar que “o movimento estudantil aqui no CCSA não funciona, acho que todos os cursos não têm um DA eficiente”, Denilson não leva em consideração sua limitação de acesso às atividades desenvolvidas durante todo o dia no Centro, sobretudo pelo fato do mesmo trabalhar em uma empresa privada localizada na região do Cabo de Santo Agostinho, de segunda a sexta-feira, durante os horários matutino e vespertino. Ou seja, o estudante não vivencia o Centro nos horários da manhã e da tarde, período no qual acontecem as atividades acadêmicas de outros cursos que formam o Centro de Ciências Sociais aplicadas da UFPE.

Outro ponto que pode ser discutido a partir da fala de Denilson é a divisão das universidades em Centros. Esse tipo de divisão produz resultados positivos, uma vez que através dessa divisão é possível aproximar os cursos pertencentes à mesma área de conhecimento, geralmente divididas como exatas, humanas, tecnológicas e saúde. Ao fazer esse agrupamento, os departamentos passam a funcionar em setores e espaços físicos comuns da instituição superior.

Com isso, potencializa-se o desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisa, ensino e extensão, possibilitando, assim, uma maior aproximação de alunos e professores de diferentes cursos. Entretanto, essa divisão também pode produzir a limitação de experiências dos jovens estudantes com outros espaços das universidades e faculdades, uma vez que, pelo fato de muitas das atividades serem desenvolvidas única e exclusivamente naquele determinado espaço, muitos estudantes terminam por não ocupar outros importantes espaços das instituições.

No caso da experiência de Denilson, grande parte das referências sobre as atuações políticas dos movimentos estudantis na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é construída a partir de sua vivência no CCSA. Ou seja, os Centros acadêmicos podem funcionar como bolhas, em que muitos jovens constroem suas referências sobre educação, segurança, alimentação, política, cultura, arte, meio ambiente, única e exclusivamente a partir da sua vivência naquele determinado espaço. Além disso, é importante salientar que a construção do significado do espaço na vida do indivíduo se dá a partir das relações socioculturais estabelecidas com o ambiente físico. São essas relações socioculturais que por vezes estabelecem vínculos afetivos do indivíduo com o espaço.

Segundo Tuan (1980), a diferença de significados do homem com o ambiente físico se dá pelo fato do homem poder desenvolver uma relação de topofilia com o ambiente. Topofilia consiste em uma representação de um determinado ambiente, construída através de significados, valores e, sobretudo, um importante sentimento afetivo que faz com que o

ambiente seja reconhecido de forma subjetiva e interpessoal, de maneira que o indivíduo se perceba como parte integrante daquele espaço.

Essa relação de topofilia é percebida a partir da análise da fala de Cassandra, 24 anos, estudante do curso de Cinema e Audiovisual da UFPE. Cassandra estuda no Centro de Artes e Comunicação (CAC) e atualmente está cursando o 6º período. Quando perguntada se a mesma atuava em alguma entidade ou movimento estudantil, a estudante respondeu da seguinte maneira:

Eu sou do diretório acadêmico do Curso de Cinema e Audiovisual aqui da UFPE, e estou nele a mais o menos.. deixa eu ver.. acho que sete meses. O diretório acadêmico do curso de Cinema e Audiovisual é bastante atuante. Toda semana acontece uma reunião aberta com os estudantes aqui no salão, inclusive vem muitos estudantes de jornalismo e outro cursos da área de comunicação não só aqui da Federal, como também da Católica e outras faculdades particulares. O DA da gente também é bem atuante politicamente, a gente está sempre atuando aqui pela Federal, fazendo algumas performances ou até mesmo protestos sobre temas ligados a política. Eu acho que aqui é bem assim, a galera engajada, porque o CAC permite que a gente faça essas coisas, sabe? E isso independe de curso, tem a galera de artes, de cinema, jornalismo, sociologia, filosofia. O CAC é amor, a qualquer momento que você chegar aqui vai estar rolando um filme, um debate, uma palestra, uma performance, vai ter alguma apresentação cultural, alguém tocando um violão, tem a galera que vende as artes, aqui tem de tudo. A gente costuma falar que o CAC não dorme, diferente dos outros Centros, aqui tem gente 24 horas por dia.

A relação estabelecida por Cassandra com o Centro de Artes e Comunicação é produto de uma construção social, política e cultural da estudante com o espaço físico, de modo que o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento com o Centro também produz as ações políticas práticas da estudante naquele determinado espaço. Segundo Gohn (2013), essa relação de apego e resgate do sentido dos espaços públicos é uma das características dos movimentos sociais contemporâneos, em que a valorização dos espaços e ambientes é orientada por questões de ordem social, cultural e política.

O problema da falta de representatividade dos diretórios acadêmicos também foi observado pelos jovens estudantes das instituições privadas, a saber: Faculdade Boa Viagem, Faculdade Pernambucana de Saúde, Faculdade Estácio do Recife, Faculdade Maurício de Nassau. Vários jovens estudantes dessas instituições alertaram para a não existência, ou quando existentes, para o número reduzido de espaços, nos quais seja possível a atuação política dos estudantes. Além disso, muitas das falas que relataram esse problema tomaram algumas instituições públicas como exemplos de instituições acadêmicas que possuem uma maior variedade de espaços, grupos e/ou coletivos jovens que possibilitem a atuação dos estudantes. Segundo Pedro, 19 anos, aluno do curso de Direito da Faculdade Boa Viagem:

Eu não participo, mas tenho vontade de participar em alguns movimentos estudantis. Na faculdade Boa viagem infelizmente não tem grandes movimentos estudantis onde você possa entrar e participar. Eu mesmo não conheço nenhum DA ou DCE. E até agora não foi chegado ao meu ouvido nenhum desses. A universidade Federal, por exemplo, você vê eles bastante dispostos por terem espaços, eles pegam ideias políticas e você vai naquela que mais lhe couber ou mais lhe interessar. Aqui na faculdade Boa Viagem você também fica muito restrito,

a gente não se articula e eu também acho que um movimento estudantil em uma faculdade menor, que só está aí para formar a galera pro mercado, não sei se também seria uma coisa que a faculdade olhasse com bons olhos.

Com observações semelhantes a Pedro, Diego, 20 anos, aluno do curso de Administração na Faculdade Boa Viagem relatou o seguinte:

Eu acredito que não há um espaço tão amplo, há um espaço mais na área de Marketing, mais espaço para área do pessoal que é mais ligada a política e economia. Mas, não é um espaço tão amplo, a gente tem mais aulas mesmo, muito difícil ter uma atividade assim, de política, da galera participar, protestar, eu acho que é uma coisa meio parada, não é tão agitada quanto a Universidade.. sei lá.. eu acho que a Federal, a UPE, que são universidades que são mais abertas para isso.

Ana, 23 anos, aluna do curso de Engenharia de Produção, se baseia em uma experiência de estudo em uma universidade pública federal, antes de se transferir para a Faculdade Boa Viagem.

Bem, eu vim transferida de outra Universidade, a Universidade Federal do Vale do São Francisco. Lá a gente tinha DCE, os alunos podiam participar das reuniões do colegiado e votarem, ter poder de voto. Aqui, até o momento, eu não vi nenhum espaço relacionado a isso, eu não tomei conhecimento de grupos estudantis, nem de nenhuma representação dos estudantes que influenciem em alguma coisa dentro da faculdade.

A falta de espaços que permitam a atuação política dos estudantes também foi exposta pelos estudantes da Faculdade Estácio do Recife. Assim como as falas anteriores, as falas dos entrevistados versam sobre a existência de poucos espaços que possibilitam a participação política estudantil. Tal como observado nas falas anteriores, grande parte dos entrevistados fazem comparações entre a Faculdade Estácio do Recife e algumas universidades públicas de Recife. No entanto, o jovem Kelvin de 21 anos de idade, aluno do curso de Direito da Faculdade Estácio do Recife também fez referência a Universidade Católica de Pernambuco, uma instituição particular, mas que, segundo o estudante, possui espaços que possibilitam atuações políticas estudantis.

Sinto muito lhe informar, mas aqui na Estácio não existe movimento estudantil, pelo que eu sei cada turma tem um representante, e esse representante fica responsável por passar os informes da turma para o coordenador do curso. Agora assim, é algo ruim para nós estudantes né, porque eu tenho certeza que se eu estudasse em uma universidade federal ou então na Católica que tem opções e movimentos, eu acho que estaria muito engajado em algum movimento estudantil.

Ou seja, ao mesmo tempo em que Kelvin alerta para o fato de não existir espaços que possibilitem a atuação política dos estudantes, ele demonstra um desejo em participar. A representação por meio de um representante de turma também é citada na fala de Jacimara, 25 anos, aluna do curso de Farmácia da Faculdade Estácio do Recife.

Eu não sei o que é DCE. Eu sei que tem representante de turma, a representante da minha turma é muito responsável e sempre fica indo na coordenação do curso para nos passar os informes. Ela é também bastante, como posso dizer... prestativa. Sempre

que têm os eventos de Farmácia, ela posta no nosso grupo da turma no Facebook. Ontem mesmo ela postou um evento que vai ter na faculdade Federal.

Após perceber tantos depoimentos dos estudantes com relação à falta de existência de do Diretório Central dos estudantes (DCE) ou alguma outra entidade estudantil de representação coletiva dentro da faculdade, realizamos uma pesquisa no site oficial da instituição. Encontramos um *Hiperlink* que dá acesso à página do DCE da Estácio do Recife. A página do Diretório Central dos estudantes traz informações a respeito das atividades desenvolvidas pela organização, muitas delas sendo palestras, divulgação de eventos e confecções de carteiras de estudante junto a União Nacional dos Estudantes (UNE). No rodapé da página virtual, existe uma informação de título “Caso a porta esteja fechada..”²³. Nessa informação, consta o seguinte depoimento da atual gestão: “Infelizmente somos apenas 8 integrantes para resolver os problemas de mais de 5 mil estudantes da Faculdade Estácio do Recife (FIR)”²⁴.

A inexistência de um movimento estudantil atuante também foi exposta por Felipe, 25 anos, aluno do curso de Relações públicas da Faculdade Maurício de Nassau.

A faculdade Maurício de Nassau não tem um movimento estudantil forte, porque na verdade ela parece mais um colégio particular, essa é a verdade. Eu acho muito interessante a faculdade ofertar um leque considerável de cursos e vagas, mas também acho que são muitos alunos que se concentram nos

23 Informação encontrada em uma notícia cadastrada na página virtual do DCE da Faculdade Estácio do Recife. Atualmente, a página se encontra fora do ar. Essas observações foram coletadas no site da agremiação no mês de Setembro do ano de 2016, período em que foram realizadas as entrevistas.

24 Idem.

pólos. Só quem estuda aqui sabe o que eu estou falando. São muitos alunos nas salas de aula. A faculdade ao mesmo tempo que consegue absorver uma boa quantidade de estudantes, também não oferece uma estrutura que possa dar a possibilidade dos estudantes se envolverem no movimento estudantil. Tá vendo esse corredor, né? É assim quase que o dia todo. Só diminui o fluxo na parte da noite. Eu acho que se a faculdade desse uma maior estrutura aos estudantes, a Nassau teria um movimento estudantil muito grande e atuante por conta da quantidade de alunos que ela tem.

A lamentação pela não existência de movimentos estudantis atuantes em suas instituições de ensino se coloca como um dado relevante, obtido com a realização deste estudo. No entanto, nos chama a atenção a fala de Clara, 22 anos, aluna do curso de psicologia na Faculdade Maurício de Nassau, pelo fato da jovem estudante demonstrar certo alívio ao afirmar que sua faculdade não possui um movimento estudantil atuante.

Eu não participo do movimento estudantil. E também não tenho desejo de participar. Ainda bem que aqui na Nassau não tem essas coisas. Você vê muitos estudantes sem se dedicar a faculdade, sem querer estudar, fica indo pra faculdade só pra fazer tumulto e protesto, atrapalhando quem realmente quer utilizar aquele espaço para estudar.

Analisando a fala de Carla, percebe-se uma negação da política por parte da estudante. Essa negação da política, e mais especificamente da participação dos movimentos sociais, é reflexo de um intenso processo de criminalização dessas organizações. Além disso, destaca-se que as duras críticas ao movimento estudantil não se limitam a criminalizar apenas o

movimento estudantil da Faculdade Maurício de Nassau, onde segundo a entrevistada não existe, mas aos movimentos estudantis em geral.

Apresentando outra visão sobre os movimentos estudantis. Marine, 26 anos, aluna do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, afirma fazer parte da atual gestão do DCE UNICAP Dom Hélder Câmara, um dos movimentos estudantis mais fortes e representativos na cidade do Recife. Quando indagada sobre sua participação no movimento estudantil a estudante respondeu da seguinte maneira:

O movimento estudantil é um espaço muito importante para os jovens atuarem politicamente. É um espaço forte, um espaço que luta pelos direitos dos estudantes. Desde que entrei aqui na UNICAP, tive contato com o movimento estudantil, porque eu acredito que ele seja bastante atuante, assim como os movimentos estudantis da UFPE e da UFRPE. Termina que a galera se conhece por inteira, e a gente sempre está dando aquele apoio para os estudantes das outras instituições. Eu não me vejo longe do movimento estudantil daqui a uns anos, inclusive, cada vez mais tomo ele como um espaço importante na minha formação pessoal e intelectual.

Pelo fato de Marine vivenciar e construir cotidianamente o movimento estudantil da Universidade Católica de Pernambuco, buscou-se colher mais informações sobre a atuação do movimento dentro e fora da Universidade. Além disso, a estudante foi indagada sobre a existência de outros espaços para além dos diretórios acadêmicos e do diretório Central, que possibilitam a atuação política dos estudantes. Marine respondeu a essas indagações com o seguinte depoimento:

Existem vários espaços aqui na UNICAP, o movimento estudantil é apenas um deles. Eu acredito que os jovens têm se movimentado, muitos grupos

de estudos aqui da Universidade que trabalham com temáticas sociais tem feito com que os jovens se interessem mais pela política. Também tem espaços relacionados às políticas públicas para a cultura, projetos da UNICAP que buscam diminuir a desigualdade social, inserindo a sociedade e a comunidade do entorno nas mudanças sociais. Também existe o movimento de juventude pelo feminismo, o movimento de juventude pela igualdade racial, então existem vários espaços que os jovens podem se movimentar. Eu acho que o que só não vale é ficar parado.

Ou seja, para além dos espaços convencionais de atuação política dos estudantes, os diretórios acadêmicos e o diretório Central de estudantes, os jovens estudantes da UNICAP também são contemplados com grupos de estudos, projetos de assistência social as comunidades carentes localizadas no entorno da instituição, grupos de juventudes que lutam pelas causas feministas e também pelas causas do movimento de igualdade racial. Tais agrupamentos possibilitam a ampliação das práticas políticas juvenis, potencializando outras formas de participação política das juventudes.

Considerações Finais

A partir da análise dos relatos dos jovens entrevistados, foram organizadas de algumas questões relevantes que foram destacadas pelos universitários. Em primeiro lugar, destacamos a baixa atuação dos entrevistados nos partidos políticos, sindicatos ou entidades de classes. Seguida dessa baixa atuação, também chama atenção a associação dos partidos políticos com problema da corrupção. O processo de crise

de representatividade política das instituições políticas convencionais, observada por alguns pesquisadores (LAVALLE, 2011; MELUCCI, 2001; PUTNAM,1996; BAQUERO,2003; CARVALHO, 2011), parece ter influência sobre a credibilidade dessas instituições, perante os jovens universitários que participaram deste estudo.

Não obstante, a baixa participação em movimentos e entidades estudantis também tem associação com o processo de crise de representatividade política que atinge os espaços convencionais de participação política estudantil, os diretórios acadêmicos e os diretórios centrais de estudantes. A falta de conhecimento sobre as atividades realizadas por essas organizações, a limitação de espaços para a atuação dos jovens estudantes em algumas Universidades/faculdades, assim como a não existência de órgãos de representação estudantil em algumas instituições podem, de certa forma, explicar os baixos níveis de participação dos entrevistados. Contudo, fica o alerta sobre o pouco conhecimento em relação ao funcionamento dessas organizações, responsáveis pela representação dos estudantes perante as instâncias acadêmicas.

A baixa participação política das juventudes entrevistadas também foi percebida nos espaços do movimento estudantil. Assim, fica um alerta para as críticas feitas pelos estudantes às organizações do movimento estudantil universitário, sendo denunciados pelos entrevistados problemas referentes às dificuldades de interlocução desses convencionais espaços de participação política com as juventudes que não estão engajadas no movimento estudantil.

Por fim, destacamos o processo de aparelhamento do movimento estudantil realizado por alguns partidos políticos. Tal movimento, como já mencionado em parágrafos anteriores, pode normatizar as atuações das juventudes, uma vez que as lutas, necessidades e demandas do indivíduo como estudante universitário pode ser colocada em segundo plano, sendo priorizadas as pautas partidárias. Esse movimento também pode ser explicado pelo fato de, em muitos casos, não existir uma lacuna

entre as pautas do movimento estudantil e das juventudes dos partidos políticos. Diante disso, por vezes, as mesmas juventudes que ocupam os espaços convencionais de atuação política estudantil (os diretórios acadêmicos e os diretórios centrais) também compõem as juventudes dos partidos políticos.

Diante de tudo que já foi exposto, acreditamos que os objetivos propostos pelo estudo foram alcançados. O estudo das formas de participação política das juventudes na contemporaneidade foi realizado a partir da investigação, análise e reflexão das juventudes que foram entrevistadas. A universidade, entendida como um espaço de prática e agitação política, tem sim despertado em alguns jovens o desejo de engajamento e prática. No entanto, problemas referentes a como mobilizar e articular essa juventude foram expostos nas falas dos entrevistados. Cabendo aos órgãos de representação estudantil, sobretudo os diretórios acadêmicos e os diretórios centrais dos estudantes, tentar diminuir essas lacunas e problemáticas expostas pelos jovens entrevistados.

Recebido em: 31 de março de 2018.

Aprovado em: 06 de junho de 2018.

Referências

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, 2003, p. 83-108. 21.

BRASIL. Congresso. Senado. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Coordenação de edições técnicas, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1> Acesso em 13/01/2017.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. O tempo e o espaço no mundo estudantil. Tradução esperança L. de Franco Netto. In: Brito, S. de (org.) **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro, Zahar, v.4, 1968, p. 61-86.

CARVALHO, Isabel Cristina. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, Regina; VANUCHI; Paulo. (Org). **Juventude e Sociedade Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Graphium Editora, 2011.

FORACCHI, Marialice. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LAVALLE, A. G. **Após a participação: nota introdutória**. Lua Nova, São Paulo, 84: 13-23, 2011.

LIPSET, Seymour M. Alternativas para as atividades estudantis. Tradução esperança L. de Franco Netto. In: Brito, S. de (org.). **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro, Zahar, v. 4, 1968, p.47-59.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro, Booklink, 2004.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SILVA FILHO, S. O. S.; COSTA, J. B. A. Juventude e Participação: as novas formas de Atuação Política Juvenil. In: José Antônio Spinelli Lindoso; João Bosco Araújo da Costa; Angelo Giroto Neto. (Org.). **Democracia e política: leituras sociológicas**. 1ed. Natal: EDUFRN, 2016, v. 1, p. 83-106.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980. ◀

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE CRISE NAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DO NORDESTE DO BRASIL

Luis Antônio Silva Soares²⁵

Maria Luiza Lins Silva Pires²⁶

RESUMO

Este trabalho analisa as dificuldades vivenciadas pelo cooperativismo agrícola no nordeste do Brasil, especialmente aquelas relacionadas com a gestão dos negócios, a inserção nos mercados e também com a participação dos associados. Reunindo pesquisas realizadas com sete cooperativas, foi possível constatar que a crise das cooperativas agrícolas se dá pela baixa capacidade de absorção da sua produção pelo mercado, ausência de assessoria técnica, e também pela falta de profissionais com *expertise* no campo da gestão de negócios compondo as equipes.

Palavras-chave: Cooperativismo Agrícola. Crise. Gestão. Governança.

25 Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) e Graduado em Ciências Sociais, ambos pela UFRPE. Na graduação e mestrado, foi Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

26 Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

ANALYSIS OF CRISIS PROCESSES IN AGRICULTURAL COOPERATIVES IN NORTHEAST OF BRAZIL

ABSTRACT

The present work analysis of the difficulties lived by the agricultural co-operatives in the Northeast of Brazil, considering its business management, integration into the market and the participation of associates. Bringing together researches conducted with seven cooperatives located in the Northeast of Brazil, it was possible to observe that the crisis in the agricultural cooperatives is given to the low absorption capacity of the production of members, lack of technical assistance, and lack of professionals with expertise in the section of business management.

Keywords: Agricultural Co-operatives. Crisys. Management. Governance.

Introdução

Num contexto de forte competitividade dos mercados de produção e venda de produtos agrícolas, a presença de associações e cooperativas ganha particular relevância, dadas as possibilidades que oferecem aos agricultores em termos de uma maior inserção nos mercados (PIRES, 2004).

No entanto, estas cooperativas em geral tem uma estrutura organizacional deficitária: pouca participação nos mercados; baixa participação dos associados na dinâmica da cooperativa e também pouco comprometimento dos cooperados em inovações organizacionais e tecnológicas. Estas limitações tornam as cooperativas incapazes de cumprir os objetivos para os quais foram criadas, deixando de atender às necessidades

dos seus associados, comprometendo também o fortalecimento de um tecido socioeconômico local.

Esta estrutura organizacional deficitária é resultado de gestores pouco qualificados, de endividamento da empresa, de associados pouco participativos, de ausência de um planejamento mercadológico e de inexistência de capital de giro (RECH, 2000). Outras razões são frequentemente apontadas na literatura, tais como: dificuldades na contabilidade; falta de controle eficiente do fluxo de entrada e saída de recursos; rotatividade dos membros em consequência da demora nos resultados econômicos; carência de controle de qualidade dos produtos; dificuldades no processo produtivo; na comercialização dos produtos e dependência de ajuda externa (SOUZA; VASCONCELOS, 2004). Tais elementos se traduzem em falta de governança, que resultam em situações de crise.

Com efeito, os problemas que se abatem sobre as cooperativas agrícolas assumem as mais variadas dimensões. Ainda para Rech (2000), o desconhecimento dos associados da necessidade de uma rentabilidade financeira capaz de assegurar a sustentabilidade econômica da empresa gera, muitas vezes, condutas oportunistas na aspiração de uma distribuição imediata e equitativa do excedente gerado. Trata-se, pois, de uma questão, segundo este autor, que deve ser tratada de forma democrática nas assembleias, pois as consequências, como prejuízos econômicos futuros, devem ser assumidas como uma responsabilidade coletiva. Como também é de responsabilidade coletiva reconhecer os momentos de dificuldades pelos quais a cooperativa é capaz de passar e enfrentá-los com determinação.

Sobre essa questão, Rios (1979, p. 94) admite que os “problemas internos” do cooperativismo agrícola só ganham importância na medida em que são coletivamente formulados e socialmente reconhecidos pelos cooperados. Nesta medida, “[...] a tomada de consciência crítica e condenações de aspectos parciais ou globais do sistema econômico-social [...]” são essenciais para o bom funcionamento de uma empresa coletiva. Já

os “problemas externos” estão relacionados, para este autor, à ausência de um projeto político vinculado à luta pela reforma agrária e por questões estruturais que viabilizem a superação das dificuldades empresas cooperativas.

Quais as principais dificuldades vivenciadas pelas cooperativas agrícolas? Quais os fatores determinantes das crises? Como estão sendo gerenciadas essas crises? E quais os projetos vinculados à superação dessas crises?

Com base nessas questões, essa pesquisa centra a sua atenção nas singularidades que revestem os processos de crise das cooperativas agrícolas, tomando como referência sete estudos de caso de cooperativas agrícolas situadas no nordeste do Brasil, analisados ao longo dos últimos 15 anos, no âmbito do Projeto de Pesquisa “Cooperativismo e dinâmicas territoriais”²⁷. São elas: Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Sapucarana (COOPLASA); Cooperativas dos Produtores de Leite de Sanharó (COOPLESA); Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (COPAG); Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis), Cooperativa Agrícola Nova Aliança no Vale do São Francisco (COANA), Cooperativa dos Exportadores de Fruta do Vale São Francisco (COPEXFRUIT) e a Cooperativa dos Exportadores do Vale São Francisco (COOPERXVALE).

A partir desses casos pretendeu-se identificar as dificuldades vivenciadas no dia a dia dessas empresas coletivas, focalizando, em algumas delas, os fatores determinantes para desencadeamento de crises sucessivas na condução dos negócios. Isso implica considerar que, enquanto uma prática social, a cooperativa expressa seus limites e seu poder de alcance; além disso, enquanto uma atividade econômica, o sucesso ou insucesso da atividade revela-se na forma eficaz ou ineficaz de lidar com as dificuldades e de buscar formas de enfrentá-las. O recorte

27 Esta pesquisa contou com financiamento da FACEPE e do CNPq, e foi coordenada pela Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Lins e Silva Pires.

metodológico aqui definido exigiu uma recuperação dos estudos realizados sobre esses casos, a partir de um esforço comparativo. A partir disso, procurou-se, à luz de uma literatura especializada, analisar o processo sócio histórico das cooperativas selecionadas, ressaltando os principais motivos de sua criação, as dificuldades vivenciadas no dia a dia da empresa, bem como os processos de crise que se abateram sobre algumas delas. Dessa maneira, põem-se em evidência os fatores que determinaram a sua falta de dinamismo, as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia da gestão em termos de contabilidade, de prestação de contas e de mercados, chamando a atenção para um conjunto de dificuldades vivenciado pelo cooperativismo agrícola no nordeste do Brasil. E, finalmente, ao fazer isso, permite que se vislumbre possíveis soluções, minimizando, assim, as implicações sobre a vida dos agricultores e sobre a dinâmica local.

De todo modo, a análise das dificuldades vivenciadas pelas cooperativas selecionadas neste projeto pode se constituir como um importante laboratório para situar os limites destas organizações coletivas, especialmente no que diz respeito à gestão e a governança.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira discute a governança corporativa e sua gestão, sinalizando as principais dificuldades apresentadas pelo cooperativismo agrícola. A segunda apresenta um breve perfil das cooperativas selecionadas para o estudo de caso, ressaltando as principais dificuldades vivenciadas pelos seus gestores. Em seguida, na terceira parte, a partir de um esforço comparativo, destacam-se alguns elementos que se sobressaíram na análise como responsáveis pelo desencadeamento das crises vivenciadas pelas cooperativas estudadas. Finalmente, nas considerações finais, são extraídos os elementos que se destacam na pesquisa, bem como são pontuadas algumas reflexões em torno da problemática vivenciada pelas cooperativas do nordeste brasileiro.

1. Governança corporativa e dificuldades na gestão das cooperativas agrícolas

Nos últimos vinte anos o debate sobre governança corporativa vem ganhando destaque nas instituições públicas, empresas e cooperativas de diversos ramos. Este fato se deve à urgência de se disciplinar as relações entre o mercado, investidores e empresas. Baseando-se nos valores da transparência, democracia e autonomia, a governança possibilita a fomentação da saúde financeira do empreendimento e fortalece a boa imagem da empresa perante os mercados e clientes (SOBRINHO, 2009).

Particularmente em relação às cooperativas, Rech (2011) admite que, no Brasil, o debate teórico sobre gestão e governança ainda está começando. O autor verifica que as cooperativas que mais avançaram foram as de crédito – devido à regulamentação e ao controle do Banco Central.

Sobrinho (2009), referindo-se também ao segmento de crédito, define a governança cooperativa como o processo de interferência dos investidores nos rumos estratégicos da empresa. Segundo admite, pode-se a partir dela estabelecer um maior controle e monitoramento no conselho administrativo, diretoria e conselho fiscal, garantindo, dessa forma, uma maior rentabilidade e perenidade dos investimentos. Sobrinho (2009) afirma ainda que os mecanismos da governança corporativa buscam separar os interesses individuais dos gestores da empresa da propriedade empresarial. No caso específico das cooperativas, a governança tem o objetivo de proporcionar um ambiente de auto-organização no fortalecimento das assembleias e dos conselhos, garantindo as decisões coletivas.

Referindo-se à governança corporativa nas cooperativas agrícolas, Bialoskorski Neto (2003) chama a atenção para o fato de que essas cooperativas pautam-se na participação democrática de todos os associados, diferentemente das empresas privadas. No entanto, pondera que, dentre os obstáculos vivenciados pelos gestores, está a separação dos interesses

individuais dos interesses da propriedade coletiva, agravado pelo fato de que os associados são, ao mesmo tempo, usuários dos serviços da cooperativa, ocasionando um desequilíbrio comercial. Ainda para este autor, as cooperativas são consideradas organizações com elevado grau de complexidade, pois, na sua essência, existe uma dificuldade primária de separação entre a propriedade e o controle da corporação. Sobre esse assunto, alguns autores admitem que, se esta separação não é feita, há por consequência uma ineficiência no crescimento da empresa e perda do seu dinamismo econômico (ZYLBERSZTAJN, 2002). Por este motivo, segundo Bialoskorski Neto (2006), as cooperativas agrícolas devem se basear em dois eixos de ação: um voltado para profissionalização da gestão e o outro voltado à ligação entre propriedade e controle.

A perspectiva de Bialoskorski aqui colocada é criticada pelo notável especialista em cooperativismo, professor Gilvando Rios. Admite este professor que, da forma como está colocada por Bialoskorski, haveria uma “incompatibilidade estrutural” entre boa governança e modelo cooperativo, como se as cooperativas fossem, por natureza, refratárias à boa governança (RIOS, 2007). Em sua opinião, tal perspectiva contraria a percepção de Lamming (1973, p. 283), na qual uma cooperativa “pode ser concebida como parte integral ou extensão das empresas individuais de seus associados”. Para ele

[...] há uma conexão direta entre as necessidades dos sócios, de um lado, e as operações da cooperativa, de outro; e entre a participação dos associados nas atividades da cooperativa, de um lado, e o funcionamento da cooperativa, de outro lado (RIOS, 2007, p. 285).

Portanto, para Rios, a dificuldade presente na separação entre a propriedade e controle da corporação ressaltada por Bialoskorski mereceria ser repensada.

De todo modo, Bialoskorski Neto (2006) reconhece que o controle gerencial de cada cooperativa deve estar adaptado às necessidades dos seus membros. Brito (2008) reafirma este ponto de vista, ao admitir que o controle gerencial deva caminhar de acordo com o atendimento das decisões e ações de interesses próprios dos diversos grupos de uma cooperativa. Dessa forma, não desconhece a necessidade de haver uma gerência para garantir relações de poder equilibradas e diminuição das assimetrias de informações e conhecimento dos cooperados, alargando a esfera de decisões democráticas diretas (BRITO, 2008).

Obedecendo essa linha de raciocínio, Lima (2011) admite que uma boa gestão e governança deve manter o foco na satisfação dos associados. O que implica, para essa autora, levar em consideração os limites naturais, tecnológicos e legais para realizar os objetivos coletivos. O que implica também que os direitos e deveres dos associados devam estar claramente definidos.

Estabelecer objetivos comuns, definir critérios de condução da empresa, introduzir políticas de qualidade, administrar conflitos, estimular a participação dos associados, são alguns dos elementos essenciais a uma boa governança. Entretanto, discute-se na literatura sobre a dificuldade de se encontrar gestores que incorporem essas qualidades. Sobre esse assunto, Rech (2011) chama a atenção para a necessidade de que cargos da diretoria sejam ocupados por profissionais que dominem os mecanismos de gestão e desenvolvimento de negócios. Pois, como sublinha, a boa condução dos negócios, via uma governança eficiente, gera estratégias vinculadas à estrutura democrática das cooperativas e à valorização da participação dos seus sócios. Ao que Lima (2011) complementa, enfatizando que a boa governança é capaz de desenvolver estratégias autônomas e democráticas e também de construir redes locais e globais. Esta autora aponta ainda para uma tendência frequentemente observada na condução das práticas cooperativas: a chegada de um

grupo no poder, que garante assim seus interesses e se vale da burocracia para manter-se na gestão.

Por conta disso, como sublinhado por essa autora, as assembleias gerais acabam sendo uma instância meramente formal, desprovida do seu caráter democrático e de participação.

2. Perfil das cooperativas analisadas

2.1 Cooperativa dos produtores de leite de Sanharó (COOPLESA)

A Cooperativa dos Produtores de Leite de Sanharó (COOPLESA), fundada no ano de 2004, no município de Sanharó, região do agreste central pernambucano, é especializada na produção e comercialização de queijo coalho e de queijo manteiga, duas iguarias tipicamente pernambucanas. A criação dessa cooperativa se deu como um desdobramento da Associação dos Produtores de Leite de Sanharó (APLESA). Esta foi criada em 2001 pela necessidade dos associados emitirem notas fiscais, a fim de garantir a comercialização dos seus produtos lácteos com o Programa de Governo do Estado de Pernambuco “Leite para Todos” (SOARES, 2013).

Para Soares (2013), os cooperados da COOPLESA se ressentiam da falta de políticas públicas de crédito ao pequeno produtor rural; esta ausência, juntamente com a carência de assessoria técnica e de capital de giro, se constitui nos principais entraves para o êxito da produção. Constatou-se que os produtores locais de leite não eram estimulados a agregar valor às mercadorias, tendo como único objetivo a venda rápida do produto, mesmo com um valor reduzido. O débito crescente com o pagamento dos funcionários também se constitui como um grave problema vivenciado pelos cooperados (SOARES, 2013).

Diante de um contexto de dificuldades e forte crise financeira, a cooperativa foi arrendada em agosto de 2011, a um dos seus antigos

associados, por um período de cinco anos. Tal arrendamento foi feito em caráter de urgência, para frear as dificuldades administrativas que se acumulavam, especialmente no âmbito do pagamento de fornecedores e empregados. O arrendamento não implicou na mudança do nome de fantasia, que continuou sendo COOPLESA (SOARES, 2013).

Entretanto, o novo formato da COOPLESA contrariava a gestão democrática de uma empresa que era propriedade de todos, passando a operar na defesa de um único empresário da região. Assim, só sobrava da cooperativa o seu formato legal, desconsiderando os princípios e valores que imprimem ao cooperativismo uma dimensão democrática particular. (SOARES, 2013).

2.2 Cooperativa dos produtores agrícolas de Sapucarana (COOPLASA)

A Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Sapucarana (COOPLASA) foi fundada em 14 de dezembro de 2003, no município de Bezerros, estado de Pernambuco, região do agreste central. Dispondo de 138 cooperados, a Cooplasa só conta com a participação de 40 integrantes do seu corpo social, mostrando a baixa incidência de participação dos seus associados.

A COOPLASA é especializada na produção de tomate, repolho e milho para os mercados locais e institucionais, tendo sua fundação relacionada com o desejo de pequenos produtores de comercializar os seus produtos longe da presença dos atravessadores e poderem contar com uma assistência técnica sistemática. Contrariando tais desejos, esta cooperativa não tem sido capaz de afastar a presença dos atravessadores, nem de contar com os serviços de uma assistência técnica permanente.

A Cooplasa vem se lançando no esforço de estabelecer parcerias com diversas instituições; o objetivo, segundo a atual gestão, é construir um projeto que garanta a distribuição de renda e a melhoria da qualidade de

vida dos associados. Este projeto estaria ligado especialmente à possibilidade de introduzir uma produção livre de agrotóxicos e de permitir uma maior inserção dos associados nas políticas de comercialização instituídas pelo governo estadual e federal. Em relação a este último aspecto, foi constatado que a COOPLASA participou, de forma intermitente, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PENAE), desejando retomar essa via de comercialização, hoje inativa.

As oficinas e palestras realizadas com o intuito de sensibilizar os agricultores para o risco dos agrotóxicos para saúde humana e dos animais ainda encontram muita resistência entre os agricultores, segundo os gestores. Mesmo assim, um grupo de associados conseguiu desenvolver um biofertilizante seguindo recomendações do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que, segundo a atual gestão, tem trazido benefícios aos produtores, em termos do aumento da produção. Dentro de uma política de diminuição do uso de agrotóxico, encontra-se em andamento um projeto de instalação de estufas em parceria com o IPA. O referido projeto foi, ao longo de três anos, interrompido por diversas vezes devido a problemas de falta de recursos e de pessoal desta instituição.

Todos esses esforços não têm sido capazes de aumentar a oferta dos produtos, por conta da seca prolongada que se abateu na região nos últimos anos. Situação que se agrava pela ausência de reservatórios de água capazes de garantir um sistema maior de irrigação. Ao lado disso, segundo informações da atual gestão, 80% dos associados trabalham em terras arrendadas. Assim, é possível constatar que a incipiente assistência técnica, a falta de profissionais capacitados e a inexistência de inovação tecnológica, além de uma participação restrita a poucos associados, ampliam o quadro das dificuldades relatadas, repercutindo na baixa comercialização da COOPLASA.

2.3 Central de cooperativas apícolas do semiárido brasileiro – A Casa APIS

Diferentemente das cooperativas singulares analisadas neste trabalho, a Casa APIS caracteriza-se por ser uma Central de Cooperativas, apresentando-se, portanto, como uma cooperativa de segundo grau por reunir 8 cooperativas no seu quadro social. Esta Central foi criada com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva do mel no município de Picos, através do beneficiamento, de agregação de valor ao mel e de conquistas de certificação, de modo a torná-la competitiva nos mercados locais e globais (OLIVEIRA, 2014).

A Casa APIS tem a capacidade de processar 2.000 toneladas/ano de mel, com uma área de 42.000 colméias em 39 casas de mel das suas cooperativas, o que garante a comercialização de 32 tipos de produtos no mercado nacional, além do mercado norte americano e europeu. Desses, o mercado nacional é considerado pelos gestores como o principal canal de comercialização, no qual se destaca a participação em mercados institucionais, a exemplo do PAA (OLIVEIRA, 2014). A sua atuação no mercado externo começou no ano de 2008, e já em 2009 obteve-se a certificação do *Fair Trade* para algumas de suas cooperativas coligadas²⁸.

Para Oliveira (2014), a inserção no comércio de mercados de orgânicos foi mais uma conquista da Casa Apis. Essa autora identifica, a partir da fala dos entrevistados, várias dificuldades vivenciadas pela Casa Apis, tanto a nível interno como a nível externo. A nível interno, estaria a impossibilidade de contratação de gestores qualificados a um custo reduzido no âmbito da receita da cooperativa. Os conflitos e disputas de

28 Certificação *Fair Trade* é um sistema de certificação de produtos em que os aspectos sociais, econômicos e ambientais da produção são certificados perante os Estândares Fairtrade para Produtores e Comerciantes.

interesse travados com outra cooperativa de mel importante da região – a Cooperativa Apícola da Microregião de Picos (CAMPIL) – de onde o atual gestor da Casa Apis já fora presidente, também se constitui como um entrave ao crescimento da oferta de produtos (OLIVEIRA, 2014). A nível externo, a crise econômica mundial de 2008 e a seca prolongada na região também impactaram negativamente os negócios da empresa.

2.4 Cooperativa dos produtores rurais do Agreste Pernambucano (COPAG)

A Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (COPAG) foi fundada em junho de 2004 com 20 sócios, chegando ao número de 93 cooperados em 2014. Para Albuquerque (2014), o objetivo dos pequenos agricultores de Bonito ao criar esta cooperativa agrícola a valorização da produção do inhame, cará de São Tomé e batata doce e na eliminação do atravessador, considerados pelos associados como uma figura predatória. Ao lado disso, havia também o desejo dos produtores em conquistar os melhores preços nos mercados e, especialmente, de acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de conseguir a inserção dos seus produtos nos mercados institucionais, a exemplo do PAA e PNAE. Tais objetivos foram conquistados, uma vez que 90% dos associados da COPAG conseguiram acessar o crédito rural para ampliar a sua produção e que garantiram, para o conjunto dos associados, uma inserção de toda a sua produção nos mercados institucionais, a exemplo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Entretanto, como afirmado por Albuquerque (2014), a total dependência da comercialização aos mercados institucionais tornou-se o maior problema enfrentado pela COPAG.

2.5 Cooperativas do Vale do São Francisco

A literatura especializada chama a atenção para uma Nova Onda de Cooperativas no Vale do São Francisco surgida na segunda metade dos anos 2000. São consideradas de Nova Onda pelas suas semelhanças no que diz respeito a) aos motivos que levaram a criação, b) à estrutura de gestão e estruturas físicas, c) às estratégias comerciais e d) à dinâmica de participação e perfil dos associados (PIRES; CAVALCANTI, 2009).

Fazem parte desse novo perfil as seguintes cooperativas: Cooperativa Agrícola Nova Aliança no Vale do São Francisco (COOANA), a Cooperativa dos Exportadores de Fruta do Vale São Francisco (COPEXFRUIT) e a Cooperativa dos Exportadores do Vale São Francisco (COOPERXVALE), todas especializadas na comercialização de uvas de mesa, com uma inserção importante nos principais mercados globais de frutas frescas (PIRES; CAVALCANTI, 2009).

A criação destas empresas está vinculada à possibilidade de potencializar a capacidade produtiva, reduzir os custos para exportação e ao desenvolvimento de estratégias comerciais coletivas. Assim, estas cooperativas conseguem atender às exigências dos mercados altamente competitivos e manter a saúde financeira dos empreendimentos. Outro elemento essencial para a fundação destas cooperativas, segundo estas autoras, foi a construção de câmeras frias, que possibilitou a redução dos custos na produção e atendimento das exigências de qualidade para a exportação. Nesta medida, este investimento se constituiu, para os gestores, numa estratégia de fundamental importância para o êxito dos negócios (PIRES; CAVALCANTI, 2009).

Essas cooperativas do Vale comercializam com os principais mercados importadores de fruta: Europa Continental, Inglaterra e Estados Unidos, reservando uma pequena porcentagem, em torno de 10%, para o mercado interno. Essa situação foi alterada com a crise global de 2008, quando o mercado nacional tornou-se particularmente atrativo para

escoar a produção, implicando, assim, na alteração do montante de produtos distribuído nos mercados (PIRES; CAVALCANTI, 2009).

Para que ocorra a comercialização com estes mercados, os produtos devem atender às exigências das certificações internacionais e às preferências quanto ao tamanho, sabor e demais especificações dos consumidores de cada localidade. No entanto, embora os associados destas cooperativas do Vale sejam produtores experientes no campo da exportação de uva, ainda assim se deparam com o alto nível de exigência dos mercados consumidores e das reguladoras das certificações internacionais, além dos altos custos relacionados às certificações (PIRES; CAVALCANTI, 2012).

Outra grave preocupação dos produtores da região do Vale está relacionada à diminuição do nível da principal bacia hídrica da região, o Rio São Francisco, que pode comprometer toda a produção local caso as medidas de construção de reservatórios não sejam imediatamente resolvidas. A gravidade da estiagem prolongada vem comprometendo o conjunto das atividades agropastoris do Nordeste. Organizações governamentais, como a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Ministério da Integração Nacional, reconheceram a emergência social gerada pela seca na região Nordeste e decretaram calamidade pública em 296 municípios no ano de 2015 (NOGUEIRA, 2015).

3. Fatores que contribuíram para a deflagração de processos de crise

Na análise sobre os processos de crise vivenciados pelas cooperativas elencadas nesta pesquisa, os elementos que mais se sobressaíram estavam relacionados aos seguintes pontos: Participação; Mercados e comercialização; Gestão e Governança; Crise econômica mundial; e Assistência técnica. Veremos a seguir os seus desdobramentos.

3.1 Participação

Bialoskorski Neto (2007) observa que as cooperativas agrícolas brasileiras apresentam uma estrutura burocrática pouco definida e priorizam os resultados econômicos imediatos, dificultando assim a participação efetiva dos associados. Este autor pontua ainda a dificuldade de empresas coletivas apresentarem resultados econômicos que sejam facilmente perceptíveis aos cooperados.

O problema da baixa participação dos associados apontado por Bialoskorski Neto (2007) é um dado presente na grande maioria dos casos analisados, destacando-se na COOPLASA, onde menos de 30% participam efetivamente da gestão da empresa. Também se revelou como um dado de extrema gravidade na situação da COOPLESA, significativo para o seu processo de arrendamento. Neste caso, como já discutido, o desinteresse dos associados na gestão do empreendimento coletivo foi o grande responsável por esse desfecho. De todo modo, a participação efetiva nas cooperativas é um elemento fundamental na governança e gestão das cooperativas (BIALOSKORSKI, 2007).

Para Rios (1979), as cooperativas agrícolas nordestinas apresentam no seu quadro social uma estratificação social diversificada, onde prevalece a reprodução do coronelismo das elites locais. Nesse sentido, a participação do conjunto dos sócios acaba sendo lesada, pois as estruturas das cooperativas não respeitam as características do modelo cooperativo de propriedade coletiva, gestão democrática e repartição comum. Desta forma, segundo o mesmo autor, a maioria das cooperativas agrícolas nordestinas é organizada numa estrutura de classes, onde as posições estratégicas das empresas são ocupadas pelos proprietários de renda alta e pelas lideranças políticas locais. Consequentemente, as políticas públicas, os empréstimos e as assistências técnicas trazem benefícios exclusivamente para esses atores, sendo muito comum existir o “dono da cooperativa”, ou seja, pessoas físicas que são identificadas como seus

proprietários. Assim, o fracasso das cooperativas agrícolas nordestinas está associado justamente à ausência de participação do conjunto dos associados nos mecanismos de decisão socioeconômicos (RIOS, 1987).

3.2 Mercados e comercialização

A falta de dinamismo econômico está quase sempre relacionada à ausência de um projeto de comercialização para os mercados locais e globais. É o que se observa, por exemplo, no caso da COOPLASA, COOPLESA e COOPAG. No caso da COOPLASA, cuja comercialização se circunscreve basicamente a compradores da região, percebe-se, uma dependência muito forte de atravessadores. Isto porque esta organização coletiva, formada por pequenos agricultores muito pouco capitalizados, não conseguiu definir estratégias de vendas e nem foi capaz de investir na qualificação dos seus associados. Não sem razão, Sepulcri (2010) afirma que os pequenos produtores rurais são o elo mais fraco das relações comerciais nos diversos mercados agrícolas. Eis a razão pela qual, em tais circunstâncias, a cooperativa não é capaz de cumprir um dos seus principais papéis que é, como observa Rech (2000), a possibilidade de comercialização dos produtos sem a intermediação de atravessadores no processo de comercialização.

A COOPLESA, por sua vez, não soube aproveitar as potencialidades dos mercados de laticínios, por exemplo, ampliando a produção e comercialização de queijos de grande aceitação no mercado regional, como sublinhado por Soares (2013). Ao contrário, a sua baixa comercialização, aliada ao endividamento crescente, culminou no seu arrendamento a um ex-associado, representando a sua dissolução enquanto empresa cooperativa.

No caso da COOPAG, desencadeou-se um processo de forte dependência aos programas governamentais, em função desses programas

absorverem a quase totalidade (90%) dos seus produtos. Este processo foi identificado pelos associados como um dos principais entraves da sustentabilidade econômica desta empresa coletiva. Sobre esse assunto, Wanquil (2010) pondera que os produtores deveriam levar em consideração, para atingir vantagens competitivas nos negócios, a diversificação e a diferenciação dos seus produtos, além da segmentação de mercados. Se assim tivesse procedido a COOPAG, os produtores teriam assegurado maior autonomia nos mercados. Todas essas dificuldades elencadas no âmbito da comercialização fazem com que essas cooperativas restrinjam sua comercialização apenas aos mercados locais e institucionais.

Situação diferente é encontrada na COOPEXVALE, COPEXFRUIT e na COANA – cooperativas do Vale do São Francisco – e na Casa APIS, na região de Picos. As primeiras estão voltadas para a exportação de frutas (de uvas, em sua maioria), para os Estados Unidos, Inglaterra e União Europeia, reservando um percentual reduzido para a comercialização no mercado nacional. A Casa APIS, ao contrário, tem no mercado nacional a sua maior fonte de comercialização, embora também comercialize com os Estados Unidos e com a União Europeia. Além disso, encontrou no *Fair Trade* e no mercado de orgânicos um campo promissor para escoamento de seus produtos.

Entretanto, é importante frisar que mesmo quando essas organizações coletivas conseguem suprir as exigências de qualidade dos principais mercados internacionais, têm dificuldade de mantê-las. É o que acontece, por exemplo, com a introdução e renovação, a cada ano, dos selos internacionais, em função de seus altos custos. Via de regra, a adoção de programas de qualidade na cadeia de produção das cooperativas agrícolas, tão necessários à adoção de selos de certificação, como sublinha Assis (2012), requerem alto custo para implementá-la.

3.3 Gestão e Governança

As cooperativas agrícolas sempre estão diante de desafios relacionados à sua sustentabilidade econômica e social, pois os mercados impõem um ritmo acelerado de produção e concorrência (LIMA, 2011). Dessa maneira, os cooperados acabam sendo expostos a um alto nível de profissionalização. Assim, elementos básicos da administração, como a contabilidade e o controle da produção, devem ser executados com eficiência, principalmente em períodos de crise econômica.

O caso das cooperativas do Vale que integram a chamada Nova Onda são como já vimos, exemplos de cooperativas dinâmicas com gestores e associados com elevado grau de especialização. A gestão da COANA, COPEXFRUTI e COOPEXVALE se enquadra nos moldes de uma estrutura enxuta, cujo objetivo é o de reduzir custos de produção. Essas cooperativas se limitam a disponibilizar para os seus cooperados apenas os serviços tidos como essenciais, a exemplo da disponibilização da câmara fria e do processo de comercialização das frutas. O que, por conseguinte, implica numa maior participação dos associados nos rumos dos negócios e a uma proximidade com a filosofia da empresa (PIRES; CAVALCANTI, 2009). Estruturas burocratizadas, decisões lentas, falta de autonomia para as equipes de trabalho, práticas heterogêneas, dissociadas e até oportunistas dos associados são responsáveis pelo engessamento das cooperativas agrícolas (SIMIONI, 2009). Além disso, gestores não capacitados e pouco sensíveis às complexidades gerenciais de uma cooperativa agrícola são fatores que podem influenciar na inoperância e possível dissolução das empresas cooperativas, é o que se pode observar nas cooperativas agrícolas COOPLESA, COOPLASA e COOPAG.

Singer (2013) afirma que o investimento em educação realizado pelas Cooperativas de Mondragón vem trazendo resultados positivos, garantindo, assim, o pleno emprego e uma melhoria significativa na renda dos associados das cooperativas. A negligência no investimento

em educação vem contribuindo, de um modo geral, para o insucesso no campo da gestão e da governança das cooperativas do Nordeste. O que, por sua vez, traz reflexos para a saúde financeira do empreendimento. No caso da COOPLESA, por exemplo, o débito e a falta de recursos próprios foram apontados como os fatores mais significativos. Neste sentido, como já sublinhado, a ausência de uma contabilidade e controle do fluxo de entrada e saída dos recursos levou a um quadro de inevitável arrendamento para um dos seus sócios.

Para as cooperativas COOLESA e COOPLASA, a falta de políticas públicas de crédito agrícola e a ausência de capital de giro para movimentar os seus negócios foram apontadas como as principais dificuldades financeiras enfrentadas.

3.4 A crise econômica mundial

O início do século XXI vem sendo marcado por graves crises financeiras, que impactam principalmente os mercados emergentes do México, do Sudeste Asiático, da Rússia, do Brasil e da Argentina, dentre outros. No ano de 2008, a crise desencadeada pelo crédito de risco no setor financeiro imobiliário dos Estados Unidos vem se tornando a mais profunda crise da economia mundial, desde a grande depressão dos anos de 1930 (VITAL, 2011). A crise de 2008 no setor financeiro acabou atingindo inevitavelmente os setores reais da economia global. Isso gerou recessão, aumento do desemprego e queda na comercialização dos produtos nos mercados internacionais. No caso do Brasil, Vital (2011) afirma que as quedas dos investimentos privados, do volume de exportação e dos preços dos produtos e desemprego vêm fragilizando a economia nacional.

No caso das cooperativas analisadas, a crise econômica mundial trouxe efeitos negativos especialmente para aquelas empresas com forte

dependência do mercado internacional, como é o caso da COOPEXVALE, COANA e COPEXFRUIT, do Vale do São Francisco. A menos afetada com esses impactos, dado o reduzido montante de negócios efetuados com o exterior, é a Casa Apis.

Referindo-se ao Vale do São Francisco, Pires e Cavalcanti (2012, p. 227) admitiram que a crise global foi responsável por um “panorama de incertezas quanto aos destinos da produção, conservação dos empregos e manutenção da sustentabilidade econômica dos empreendimentos coletivos da região”.

Para essas autoras, a retração dos mercados internacionais, a redução dos preços dos produtos, o cancelamento de pedidos, o desemprego e o endividamento dos produtores impactaram a dinâmica da exportação das cooperativas agrícolas dessa região. No entanto, como ainda observam essas autoras, embora a crise tenha atingido todos os produtores do Vale do São Francisco, a capacidade organizativa das cooperativas agrícolas foi capaz de amenizar os seus impactos, permitindo-lhes lidar melhor com as adversidades impostas pelos mercados (PIRES; CAVALCANTI, 2012).

A implementação de créditos exclusivos com renegociação das dívidas por parte dos bancos governamentais, a possibilidade de diversificar os produtos e de canalizá-los também para os mercados internos e o fortalecimento das estratégias coletivas (VITAL, 2011; PIRES; CAVALCANTI, 2012) são algumas das saídas pensadas para que as empresas de fruticultura do Vale estejam menos vulneráveis aos impactos da crise econômica.

A Casa APIS, que comercializa o mel nos mercados internacionais e que tem os preços definidos por esses mercados, na situação da crise global passou a ter esses preços profundamente afetados, além de ter sido vítima de cancelamento de pedidos (OLIVEIRA, 2014).

3.5 Assistência Técnica

Para Ribeiro (2001), na maioria das vezes, a assistência técnica prestada nas cooperativas agrícolas no Brasil está dissociada das necessidades mais imediatas dos cooperados, fazendo com que elementos como os circuitos de comercialização, oportunidades dos mercados e preços estejam ausentes dos conteúdos por ela abordados.

Na COOPLESA, por exemplo, conforme constatado por Soares (2013) e discutido nesse trabalho, a ausência de uma assistência técnica foi identificada como um das principais dificuldades para que os associados tenham condições de ofertar produtos beneficiados, capazes de concorrer de forma competitiva nos mercados.

No caso da COOPLASA foi possível constatar que a falta de continuidade da assistência técnica do IPA levou os associados a terem o projeto de implementação da produção de tomate orgânico interrompido diversas vezes, num período de 3 anos.

Ribeiro (2001) pontua a necessidade de se reconhecer os limites da assistência técnica e da extensão rural na tentativa de conseguir melhores resultados nas cooperativas agrícolas. Dentre as principais dificuldades, o autor elenca como a mais importante a falta de capacitação dos técnicos agrícolas. Admite também esse autor que a presença permanente do técnico tende a estimular os produtores agrícolas nos seus sistemas produtivos.

4. Considerações finais

Procurando compreender os aspectos das crises do cooperativismo agrícola no nordeste brasileiro, esta pesquisa trouxe ao debate a discussão sobre gestão e governança, mercados e comercializações, assistência técnica e participação. Os casos analisados foram elucidativos no

sentido de se compreender que as cooperativas de menor porte, que envolvem no seu quadro social agricultores pouco capitalizados são mais suscetíveis às crises; essa constatação reforça a perspectiva de Sepulcri (2010), já comentada neste trabalho, segundo a qual os pequenos produtores rurais constituem o elo mais fraco das relações comerciais nos mercados agrícolas.

Por outro lado, obedecendo a essa mesma lógica de raciocínio, as cooperativas integradas por agricultores experientes, conhecedores das exigências impostas pelos mercados, são mais capazes de introduzir boas práticas de governança, permitindo-lhes uma inserção mais competitiva nos mercados globais. Cooperativas com este perfil estão, portanto, mais aptas a adotarem estratégias capazes de lhes permitir uma boa performance produtiva e comercial. Isso nos autoriza afirmar que, embora todas as cooperativas vivenciem dificuldades no curso das suas atividades econômicas, algumas estão mais preparadas – em termos de gestão e governança, de inserção nos mercados, de envolvimento dos sócios – do que outras para o enfrentamento dessas crises. Não obstante, sobre todas elas recaem as restrições e os limites impostos pelos mercados.

Tal perspectiva nos leva a considerar que, embora as cooperativas estudadas neste trabalho tenham manifestado, no discurso dos seus gestores e associados, um forte desejo de investir em novas tecnologias, de desenvolver novos produtos, de ampliar a produção e de conquistar novos mercados, poucas são capazes de implementar tais mudanças. Estas transformações que, conforme evidenciado por vários autores aqui comentados, poderiam garantir a sustentabilidade econômica dos empreendimentos, nem sempre são realidade plausível para o conjunto das cooperativas agrícolas estudadas. A ausência de assistência técnica, a baixa participação dos associados, a inexistência de capital de giro, aliadas à falta de profissionais com expertise no campo de gestão de

negócios agrícolas inviabiliza a consolidação do negócio, indicando as fragilidades na gestão do empreendimento coletivo.

Tais observações também nos levam a considerar que essas cooperativas, na sua grande maioria, estão mais movidas pelas boas intenções, e mais ainda acompanhadas de muito trabalho e dedicação, do que por instrumentos capazes de superar a atual situação em que se encontram. Esse contexto se agrava quando entram em jogo questões de ordem externa ao negócio coletivo, como a crise hídrica e a crise econômica, ampliando, sensivelmente, as dificuldades em traçar estratégias coletivas de superação destas adversidades.

De todo modo, duas questões se somam à análise: a primeira é que a responsabilidade pelo insucesso na gestão não deve recair apenas sobre os gestores; isso implica em considerar que uma política de vendas mal sucedida, um processo de endividamento da cooperativa e de seus associados, a falta de capitalização do negócio, as diversas crises – sejam econômicas ou decorrentes de uma estiagem prolongada – devem ser assumidas pelo conjunto dos associados, reafirmando a perspectiva de Rech (2000), de que tais questões não são um problema exclusivo da administração.

Outra questão a considerar é que, mesmo aquelas cooperativas que não apresentam um bom desempenho no campo da gestão e da governança, constituem, ainda assim, um importante instrumento dos pequenos agricultores rurais no nordeste brasileiro na superação das dificuldades impostas no dia a dia de sua atividade. Tal perspectiva reafirma a prática cooperativa como um *locus* de organização da produção, dos produtores e de participação democrática, capaz de propiciar um maior empoderamento dos associados e de introduzir um maior dinamismo local, conforme descrito por Pires (2004). Sinaliza-se também que as cooperativas representam uma possibilidade de subverter a lógica de alta competição do mercado globalizado, como já discutido por Santos (2002),

ao redistribuir a propriedade econômica da cooperativa, diminuindo as desigualdades sociais nas realidades locais em que estão inseridas.

Recebido em: 03 de dezembro de 2017.

Aprovado em: 07 de março de 2018.

Referências

ALBUQUERQUE, P. A. T. S. **Cooperativismo e a criação de comunidades: a experiência da Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco.**

2014. 83 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Governança e Perspectiva do Cooperativismo.** São Paulo: USP, 2003.

_____. Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. **BBR - Brazilian Business Review**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 72-92, 2006.

_____. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45 n. 1, p. 119-138, 2007.

BRITO, V. G. P. A Dinâmica Política de Espaço Organizacional: Um Estudo de Relação de Poder em Organizações Cooperativas. **Rac-eletrônica**, Florianópolis v. 2, n. 3, p. 141-154, 2008.

LAMMING, G. N. Eficiência em administração de cooperativas. In: UWE, J. (Coord.) **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico.** São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1973, p. 40-61.

LIMA, C. D. **Cooperativismo e Desenvolvimento Territorial: O Caso da Cooperativa Pindorama – Alagoas.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

NOGUEIRA, E. Seca leva governo a reconhecer emergência em 296 municípios do Nordeste. **AGÊNCIA BRASIL/EBC**, Fortaleza, 21 ago. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/por-causa-da-seca-situacao-de-emergencia-atinge-296-municipios-em-3-estados>>. Acesso em 24 fev. 2016.

OLIVEIRA, M. C. C. **Centrais de Cooperativas Agrícolas e Desenvolvimento Local: a experiência da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – Casa APIS**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

PIRES, M. L. **O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá**. Recife: Massangana, 2004.

PIRES, M. L.; CAVALCANTI, J. S. B. Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009.

PIRES, M. L.; CAVALCANTI, J.S.B. . **Imagens da fruticultura do Vale do São Francisco: Cooperativa, reinvenção de estratégias e criação de oportunidades em tempos de enfrentamentos da crise global**. In: CRAVIOTTI, Clara (coord.) *Tramas Productivas y Agentes Sociales en la fruticultura globalizada*. Buenos Aires, Editora Miño y Dávila, p. 223-246, 2012.

RECH, D. **Cooperativas: Uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DeA, 2000.

_____. **Cooperativismo e Associativismo**. Brasília: Instituto Novas Fronteiras da Cooperação, 2011.

RIBEIRO, M.F.S. et al. A busca de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado do Paraná através de uma rede de propriedades. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de

Produção, 9., 2001, Belém. **Anais...** Belém: Sociedade Brasileira de Sistemas de produção, 2001.

RIOS, G. S. L. **Cooperativismo Agrícola no Nordeste Brasileiro e Mudança Social.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1979.

_____. **O que é cooperativismo?**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEPULCRI, O. **O Mercado e a Comercialização de Produtos Agrícolas.** Curitiba: Instituto Emater, 2010

SIMIONI, F. J. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n.3, p. 739-765, 2009.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária.** São Paulo: Editora fundação Perseu Abrão, 2013.

SOARES, L. A. S. **Cooperativismo e Agricultura Familiar: análise do arrendamento da cooperativa dos produtores de leite de Sanharó-PE.** 2013. 65 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

SOBRINHO, A. D. M. **Governança Corporativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito.** Brasília: BCB, 2009.

SOUZA, G. L.; VASCONCELOS, N. Desafios e Sobrevivência das Cooperativas Populares - Estudo de Caso de Quatro Empreendimentos em Salvador. **Revista Educação, Tecnologia e Cultura do CEFET-BA**, Salvador, v. 02, 2004.

VITAL, T. W. A fruticultura de exportação do vale do são Francisco e a crise econômica: efeitos sobre a convenção coletiva de trabalho 2009-2010. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, Natal, v.4, n.3, p. 365-390, 2011.

WANQUIL, P. D. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas.** Rio Grande do Sul: Editora de Educação a Distância, 2010.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de Cooperativas: Desafios e Tendências. Revista de Administração, São Paulo, v. 29, n 3, p. 29- 33, 2002. ◀

ANALISANDO O POLO DINÂMICO FRUTÍCOLA DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA À NOÇÃO DOS APLs

Alexandre Machado Marques de Souza²⁹

RESUMO

Esse trabalho analisa as transformações econômicas que conduziram a consolidação do polo frutícola do Vale do São Francisco, dando particular destaque à distinção entre as noções de polos de desenvolvimento e arranjos produtivos locais (APLs). Não há evidências de quaisquer tipos de vínculos entre as organizações locais no sentido de desenvolver a inclusão entre todos seus segmentos, prevalecendo o individualismo entre os atores, o que não nos autoriza a identificar a fruticultura da região enquanto um APL.

Palavras-Chave: Globalização. Mercados. Desigualdades.
Polo de Desenvolvimento. Arranjos Produtivos Locais.

29 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - PPGS/UFPE. Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco - POSMEX/UFRPE. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: Alexandreemachado@gmail.com

ANALYSIS OF THE FRENCH DYNAMIC POLICY OF THE SÃO FRANCISCO SUBMEDIATE: A CRITICAL APPROACH TO THE NOTION OF APLs

ABSTRACT

This work analyzes the economic transformations which conducted to the consolidation of the fruit pole in the São Francisco Valley region, giving particular highlight between the notions development poles and the productive local arrangements (APLs). There is no evidence of any kind of linkages between local organizations in order to develop inclusion among all their segments, with individualism prevailing among the actors, which does not allow us to identify the region's fruit production as an APL.

Keywords: Globalization. Markets. Inequalities. Development Poles. Productive Local Arrangements.

Introdução

O Vale do São Francisco se consolidou ao longo desses últimos anos enquanto uma região de grande potencial econômico no Brasil, especialmente em função do aproveitamento de suas riquezas hídricas e dos investimentos infraestruturais uma vez financiados pelo Estado e iniciativa privada. Tais investimentos contribuíram para a ampliação de um "polo produtivo dinâmico" (CAVALCANTI, 1995; SANTOS et al., 2004; SILVA, 2001), o que vem permitindo a região disputar no competitivo mercado de frutas frescas, comercializando seus produtos a partir de estratégias

empresariais criadas no âmbito local, mas articuladas com o propósito de atuar nos mercados globais.

Dentre as empresas especializadas na produção e comercialização de frutas frescas, faz-se importante destacar a presença das cooperativas agrícolas da região. A inserção das frutas brasileiras no mercado global via empresas cooperativas é alicerçada por trocas comerciais estabelecidas junto a representantes de grandes redes de supermercados estrangeiros. Com diferentes consumidores espalhados pelo mundo, as cooperativas do Submédio do São Francisco orientam suas produções com o objetivo de satisfazer às exigências dos seus diversos clientes no mundo, como EUA, continente europeu e a Inglaterra, assim como os seus consumidores internos, especialmente situados nas regiões Nordeste e Sudeste.

Há um reconhecimento de que, no bojo das mudanças observadas em meio às transformações ocorridas no Vale do São Francisco, as políticas de desenvolvimento sedimentadas pelos projetos de irrigação, ofereceram boas condições de abertura aos mercados internacionais, mobilizando importantes fluxos de força de trabalho que dinamizaram economicamente a região. Entretanto, estudos recentes denunciam o caráter excludente do modelo de desenvolvimento aplicado, na medida em que se tornou incapaz de incluir, na complexa engrenagem produtiva, as populações locais menos abastadas (CAVALCANTI, 2014; FABREAU, 2016; MORAES, 2016; PIRES, 2016).

Tendo em vista o conjunto de iniciativas que alicerçou a construção do polo fruticultor do Vale do São Francisco, este trabalho tem como objetivo elencar os principais atores sociais envolvidos neste processo, compreendendo como estes estabeleceram práticas organizativas que têm permitido, cada vez mais, uma maior inserção da região nos mercados frutícolas, ainda que tal inserção não tenha atenuado suficientemente os problemas sociais que afligem as camadas sociais mais vulneráveis da região. Nesse sentido, o trabalho também aponta para os desníveis ocasionados pela reconfiguração dos territórios agrários

a partir da Revolução Verde. Nesse ensejo, o trabalho busca construir uma crítica analítica sobre a abordagem dos arranjos produtivos locais – APLs, identificando a perspectiva de polos de desenvolvimento à realidade da região estudada.

Para tanto, foi necessário aprofundar alguns conceitos fundamentais ao esclarecimento dos objetivos em questão, tais como: globalização, mercados, desenvolvimento, cooperação, desigualdades sociais e arranjos produtivos locais. Além das análises bibliográficas, o trabalho respalda-se em algumas entrevistas (semiestruturadas) junto a organizações locais que atuam na região – instituições públicas, órgãos de incentivo à pesquisa e tecnologia, empresas agrícolas e universidades –, realizadas durante o segundo semestre de 2016.

A discussão que orienta este trabalho faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, iniciada no ano de 2015.

Este trabalho, portanto, está dividido em três partes. Na primeira, serão esboçados alguns dos acontecimentos históricos mais importantes à construção do polo frutícola do Vale do São Francisco. Neste ensejo, serão apresentadas algumas das principais entidades públicas e privadas envolvidas neste processo, revelando como as mesmas concorreram para propiciar as condições infraestruturais necessárias ao desenvolvimento econômico da região. Em seguida, numa segunda seção, discute-se em que medida os novos atores econômicos da região passaram a operar após o arrefecimento do Estado, integrando uma rede de agentes transnacionais permanentemente implicados com o destino da fruta brasileira nos mercados globais. Ainda neste tópico, serão abordados os efeitos de uma reestruturação produtiva aplicada na região em questão, especialmente no que diz respeito às reconfigurações culturais, sociais e econômicas enfrentadas pelas classes sociais menos abastadas. A terceira e última parte busca construir uma análise crítica à abordagem dos APLs

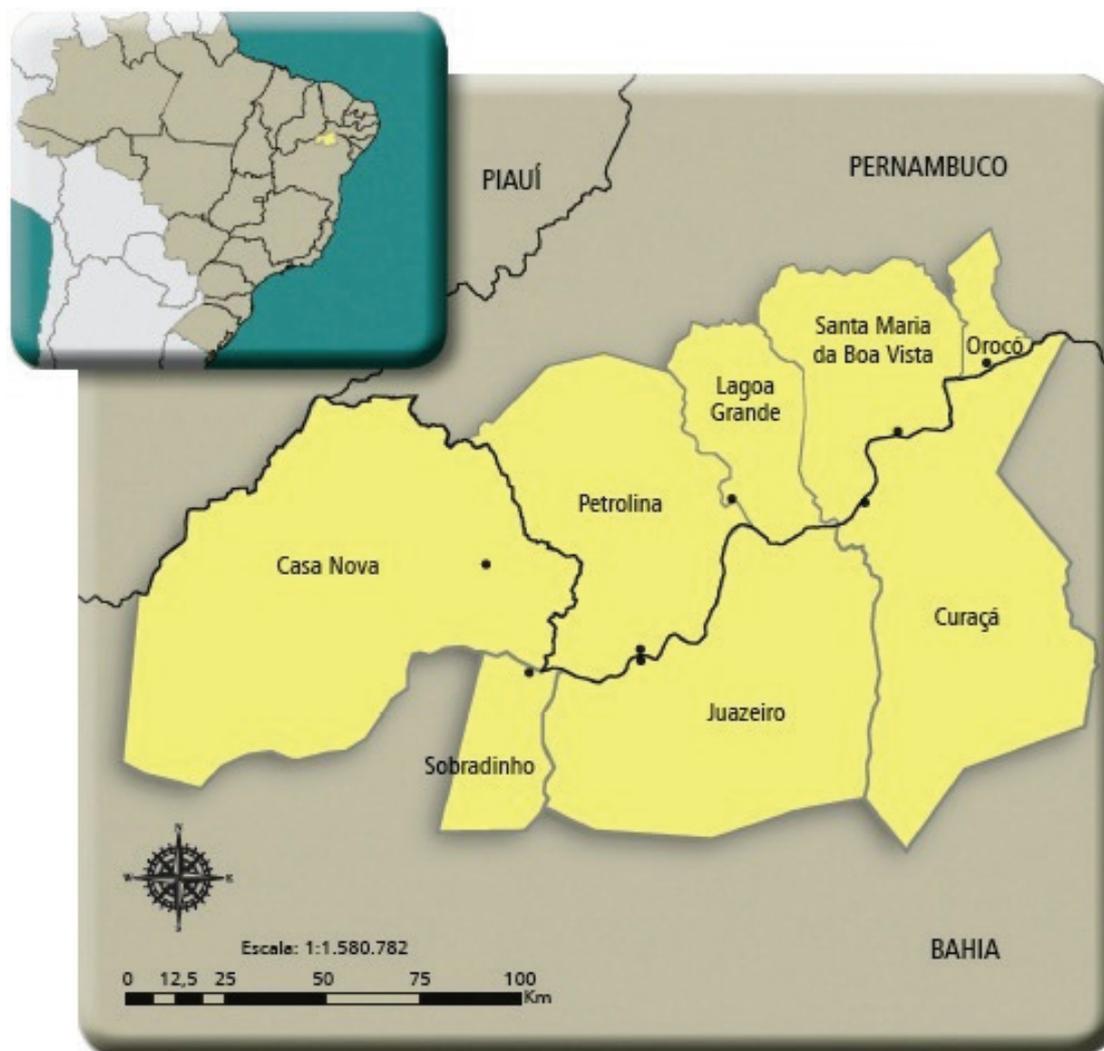
no Vale do São Francisco, observando alguns fatores práticos os quais demonstram o modo pelo qual alguns dos atores implicados com os processos dinâmicos da região vêm se organizando atualmente, principalmente no que diz respeito à atuação das cooperativas agrícolas da região para com seus mercados consumidores, identificando a perspectiva de polos de desenvolvimento como mais adequada à realidade do Vale do São Francisco.

A importância deste trabalho se circunscreve no aprofundamento das discussões teóricas sobre APLs, polos de desenvolvimento, desenvolvimento local e exclusão social, analisando as dinâmicas organizativas pertinentes ao funcionamento de uma complexa cadeia produtiva interligada, envolvendo a participação de múltiplos atores sociais que agem de acordo com seus próprios interesses de mercado.

1. O Vale do São Francisco: breve explicação histórica da região

O território do Vale do São Francisco é banhado pelo rio São Francisco, abrangendo os Estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais. No contexto da fruticultura, o polo Juazeiro-Petrolina, situado no Submédio do São Francisco (SMSF), configura-se como o maior produtor de uva e manga do país, sobressaindo-se também os municípios de Curaça, Sobradinho e Casa Nova (BA) e Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista (PE) (PIRES, 2016).

Figura 1 - Região do Vale do São Francisco



Fonte: Fabreau (2016).

A região do Vale do São Francisco recebeu importantes investimentos federais e estaduais para implantação de perímetros irrigados, instalação de hidrelétricas e construção de rodovias pavimentadas para o transporte entre a região e os principais mercados do Nordeste e Sudeste (SILVA, 2001). A partir de meados da década de 1950, o poder público tratou de disponibilizar áreas para plantio, eletrificação rural, construção de canais, dutos, bem como a criação de agrovilas com escolas, postos médicos e casas para produtores (SOUZA; SOUZA, 2013). A iniciativa privada também contribuiu com estímulos financeiros no setor

agropecuário entre as décadas de 1960 e 1980 (CAVALCANTI, 1995), principalmente para a instalação de indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos, assim como para empresas responsáveis pelo processamento e distribuição de produtos.

Em relação ao marco histórico que firmou o início das ações do Estado na região, acredita-se ser importante elencar alguns dos principais atores que participaram da construção do polo. Neste quesito, a criação da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e a constituição da CVSF (Comissão do Vale do São Francisco) foram imprescindíveis.

Até a década de 1950 o Submédio do Vale do São Francisco não apresentava condições infraestruturais em termos de energia, transporte e estudos técnico-econômicos que viabilizassem seu desenvolvimento. Foi apenas depois da instalação da Usina de Paulo Afonso, construída pela CHESF, que surgiram novas perspectivas para o aproveitamento agrícola da região, tendo em vista a generalização de eletrobombas, que tornaram possível a ampliação das áreas irrigadas.

Além disso, pode-se citar a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), no final da década de 1950, bem como a instituição do GISF (Grupo de Irrigação do São Francisco), iniciando os estudos sobre os recursos naturais da região, o que também tornou possível os projetos de desenvolvimento agrícola no Submédio (SILVA, 2001).

A instalação do CPATSA (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido), bem como a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), também foi importante para a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento na região, principalmente através da promoção de pesquisas de cunho agrônomo junto às culturas irrigadas, além dos trabalhos de assistência técnica, construção de barragens, instalação de escolas técnicas e universidades de ensino, promovendo a especialização da mão-de-obra local e a dinamização do setor privado (FILHO; COSTA; XAVIER, 2008). Ainda pode-se citar o desempenho do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas),

responsável pela disseminação da cultura cooperativista junto aos pequenos produtores, estimulando o trabalho em conjunto para a diminuição de custos na compra de insumo, no planejamento da produção e na comercialização das frutas (Idem).

Outro fator de igual importância foi a criação da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), no ano de 1974, bem como a elaboração do Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco, entre o período de 1975-79, dentro do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND), que visava investir de forma estratégica na região, tendo em vista a alta potencialidade de seus recursos naturais e sua situação geográfica (SILVA, 2001).

Segundo Moraes (2016), a partir dos anos 1980, o incremento dos sistemas de irrigação estimulou toda uma cadeia produtiva, tanto a montante, quanto a jusante, estimulando a presença de vários intermediários que passaram a abastecer o funcionamento da fruticultura. A partir disso, surgem inúmeras lojas especializadas no fornecimento de insumos tecnológicos, bombas e tubulações para irrigação pressurizada, adubos químicos e defensivos para o controle de pragas e doenças das lavouras, tendo como representação direta os grandes fabricantes nacionais e internacionais (MORAES, 2016).

Nesse contexto, “o setor urbano sofreu uma radical transformação, melhorando aspectos como meios de comunicação, rede de comercialização e creditícia, assim como a instalação de distritos industriais” (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 3), além do surgimento de novas agências bancárias, hotéis, restaurantes, bares, escolas, empresas de consultoria, venda e manutenção de equipamentos de irrigação, casas comerciais especializadas, dentre outras tantas (SOUZA; SOUZA, 2013). Foram esse os fatores que resultaram na consolidação de uma grande cadeia produtiva em torno da produção de frutas para os mercados nacionais e estrangeiros. Nessa perspectiva, compreende-se que “a visão e ação conjunta desses atores constituíram as bases para a transformação do aparelho produtivo

local e foi uma das forças de propulsão da fruticultura e da economia local” (SILVA, 2001, p. 80).

Tendo explanado o conjunto de forças que permitiram a consolidação do Vale enquanto um importante polo fruticultor de exportação, ainda convém frisar que tais estímulos e empreendimentos, assim como as mudanças nas relações com o mercado, são geralmente identificados como resultantes das ações públicas que tiveram uma presença mais intensa no passado. No caso específico da fruticultura do polo Juazeiro/Petrolina, Submédio do São Francisco, atenta-se para a capacidade de organização dos novos atores da região, tendo em vista o mantimento dos incentivos financeiros e fiscais oriundos da iniciativa pública.

2. Novos agentes empresariais da fruticultura e as novas configurações socioespaciais no Vale do São Francisco

A constituição de um imponente aglomerado de redes empresariais atuantes no ramo da fruticultura surge no final da década de 1980, em resposta ao arrefecimento das ações políticas do Estado, abrindo espaço para a criação de uma nova arena de regulação ocupada por grandes empresas, reunidas por meio da VALEEXPORT (Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco).

O modelo adotado pela VALEEXPORT, baseado no espírito cooperativo entre produtores e empresas associadas, destaca-se por seu sistema privado de ação, estabelecendo relações em rede entre as cadeias mundiais de frutas e aproximando os grandes produtores da região ao mercado externo (SILVA, 2001). A constituição da VALEEXPORT enquanto um conjunto de produtores associados faz-se pertinente à reflexão na medida em que apresenta os vínculos firmados entre pessoas que pertencem a diferentes blocos, mas que se mantêm interligados por equivalências e

semelhanças, incitando os processos de articulação, cada vez mais intensos, entre os âmbitos locais e globais.

O surgimento da VALEXPOR enquanto uma entidade local, representante dos interesses dos grandes produtores de frutas da região, sinalizou algumas modificações que resultaram na redefinição dos padrões de produção, logística e distribuição das cadeias agroalimentares no Vale do São Francisco. Tal realidade influenciou o surgimento de novas formas de coordenação e regulação entre as relações que envolvem os mais distintos atores da região e que, por sua vez, estabelece formas de inter-relação ainda mais amplas, aproximando os âmbitos locais e globais.

Para Galdino (2007), a criação da VALEXPOR foi motivada pela inexpressiva participação do Estado na formulação de políticas públicas para a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. A instituição da empresa estimulou o segmento empresarial a buscar diretrizes e estratégias para atender as demandas de um setor em plena expansão, assegurando, desta forma, a competitividade de empresários locais no mercado mundial de frutas. A atração de empresas estrangeiras interessadas em aplicar investimentos em regiões com potencial de produção para a comercialização global de frutas é uma das principais questões ligadas às alterações que provocaram a composição desse arranjo corporativo, além da desvalorização do câmbio nacional e a criação do Plano Real.

Entre o período de 1987 e 1994, o cenário econômico brasileiro sofria uma grande instabilidade decorrente da desvalorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano, acarretando o aumento inexorável da inflação. Tais fatores foram responsáveis pelo enfraquecimento da produção de frutas para o mercado interno, tornando o mercado externo cada vez mais atrativo. Essa situação só fora alterada após a adoção do Plano Real, quando houve uma estabilização da moeda nacional, tornando as exportações menos atrativas.

Para Galdino (2007), a criação do Plano Real estimulou o setor interno da economia a experimentar uma franca expansão, especialmente pela

compatibilização entre os preços do mercado interno e externo. Diante disto, uma nova classe produtora, composta por um seletivo grupo de empresários e produtores profissionalizados foi atraída para a região. Esses agentes corporativos, em sua maioria advindos de outras regiões do país e do mundo, acabaram por estimular a instalação das grandes empresas produtoras de frutas para exportação, adquirindo terras e recrutando mão-de-obra, além de promoverem melhorias significativas em termos de organização e direção da produção para o setor.

Essa rede de agentes corporativos é representada por diferentes atores sociais engajados no funcionamento de uma cadeia agroalimentar altamente diversificada, especialmente em termos de serviços, que se mantêm conectada desde a produção à distribuição de alimentos em escala internacional. Trata-se de agentes corporativos transnacionais atrelados a uma enorme organização interempresarial, dotada de uma grande capacidade de controle e dominação econômica sob o ramo no qual atua. É justamente essa rede de agentes, oriundos de vários países, especialmente aqueles situados no hemisfério Norte, que provoca uma intensa modificação das relações entre as esferas públicas e privadas, diminuindo em grande medida o poder regulatório dos Estados nacionais em detrimento de um comércio mundializado (SILVA, 2001).

Tais questões foram determinantes fundamentais para a formação de um mercado competitivo bem estruturado para a região do Vale do São Francisco, estimulando o redirecionamento da produção local para o mercado externo. Por outro lado, a baixa liquidez dos mercados nacionais, assim como a diminuição dos consumidores internos, também aparece como fator de influência à inserção das principais culturas locais entre as frutas mais exportadas do país. Como destaca Moraes (2016, p. 90), "com os altos custos de produção e oferta crescente, a fruticultura perene apareceu como uma contingência não exatamente prevista nos planos da CODEVASF, sua principal promotora, influenciando a busca dos produtores pela competitividade mínima para continuarem".

As relações econômicas, movidas em função da produtividade, competitividade e flexibilidade, são capazes de mover grandes corporações em busca de mercadorias e produtos especializados. Isto porque, as estratégias produtivas e comerciais de um dado local tendem a se adequar às demandas externas, chegando, inclusive a atraí-las, dada a logística criada para exportação. O Vale do São Francisco é ilustrativo nesse quesito, na medida em que foi capaz de atrair várias empresas estrangeiras interessadas em investir no ramo da fruticultura, expandindo seus negócios e ofertando uma maior variedade de produtos para exportação.

Diante disso, é preciso considerar que a configuração das redes que atuam no Vale do São Francisco, tendo em vista o modo isolado pelo qual atuam nos mercados, constitui uma ameaça ao poder de autoregulação local, pois a presença das transnacionais pode implicar num desarranjo das formas de governança pela sobreposição de dispositivos regulatórios globais (BELIK, 1998).

Embora tenha se comentado sobre as formas estratégicas de organização dos agentes que operam no mercado agroalimentar a partir da região do Vale do São Francisco, também é do interesse deste trabalho destacar os desníveis sociais, econômicos e culturais que resultaram da reestruturação produtiva dos espaços agrários, especialmente a partir do processo de modernização no campo brasileiro, mais conhecido como Revolução Verde, iniciada na década de 1950. Naquele momento, a maior necessidade da economia brasileira era investir na transformação do campo de base tradicional para uma agricultura formatada pela técnica dos aportes mecanizados.

Para todos os efeitos, a modernização da agricultura no Brasil não pode ser imaginada sem se levar em conta a forte presença do Estado, sobretudo no que tange a criação das condições propícias à internalização dos mecanismos de produção, dos instrumentos maquinários, dos insumos agrícolas e da viabilização financeira inerente ao processo modernizante (ALENTEJANO, 2012).

Segundo Alentejano (2012, p. 480), “este modelo agrícola produz uma radical inversão do princípio tradicional que regia a agricultura, isto é, sua adaptação à diversidade ambiental e sua vinculação a regimes alimentares diversificados”. Para este autor, os efeitos devastadores da modernização da agricultura só acentuaram a ampliação da concentração da propriedade, exploração da terra e distribuição regressiva da renda, acentuando a desigualdade no campo em detrimento do benefício aos grandes proprietários de terra. Tal realidade reflete-se sob o modo como foi concebido o modelo de desenvolvimento na região do Vale do São Francisco:

Aqueles que não têm acesso a informações como perfil do mercado, novas tecnologias, oferta de crédito e políticas específicas, por exemplo, estão mais vulneráveis às constantes oscilações da reestruturação produtiva neste território (SOUZA; SOUZA, 2013, p. 9).

A reestruturação produtiva experimentada no Vale do São Francisco contribuiu para subtrair as oportunidades de distribuição de terra e garantia de renda a um grande contingente de pequenos produtores, cada vez mais subordinados às orientações de uma seleta rede de agentes transnacionais. Os impactos dessas ações, assim como admite Pires (2016, p. 83), concorreram para “a exclusão de várias categorias de produtores, especialmente dos pequenos e menos capitalizados, incapazes, portanto, de acompanhar os patamares de qualidade requeridos pelos mercados agroalimentares.”

Ao corroborar com Scott (2013), Pires (2016) reconhece que a adoção de tecnologias sofisticadas tende a favorecer exclusivamente as empresas mais capitalizadas, fazendo com que os projetos de desenvolvimento da região do Vale do São Francisco estejam mais articulados aos interesses econômicos e políticos do que a medidas de inclusão social.

Tal constatação pode ser facilmente observada quando a existência de produtores funcionais de destaque e de visibilidade aparece em oposição a uma parcela produtores que convive no ocultamento dos planejamentos institucionais.

Não sem razão, portanto, a diferenciação social do Vale do São Francisco se faz nitidamente presente na forte divisão entre produtores bem-sucedidos e malsucedidos, incapazes, esses últimos, de se adequarem ao modelo imposto pelo sistema (FABREAU, 2016). Há, nesse sentido, uma violenta substituição das formas tradicionais de convívio com a terra em detrimento das formas de produção de grande valor comercial, modificando inteiramente inúmeras regiões rurais, como é o caso do Vale do São Francisco:

Área pioneira na implantação dos grandes projetos públicos e privados de irrigação, estas cidades sofreram uma profunda redefinição de seu espaço urbano e rural, com a constituição de uma poderosa infraestrutura de suporte ao processo modernizante. E, principalmente, através destes investimentos logrou fundar um novo padrão de acumulação que resultou da consolidação e expansão de uma atividade agrícola irrigada integrada à indústria, com repercussões sobre as relações de trabalho, o mercado de terras e a economia regional como um todo. (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 612).

As transformações das dinâmicas territoriais nos espaços rurais resultaram, em grande medida, das relações econômicas estabelecidas no âmbito da agricultura globalizada. Isso não significa, porém, que outras questões não tenham corroborado para essa modificação. Nesse quesito, no que se refere ao contexto das alterações dos padrões de produção agrícola no Nordeste, o modelo de industrialização baseado no discurso

do “desenvolvimento” e da “modernização agrícola”, acarretaram profundas mudanças no espaço rural.

Mesmo tendo sido o Estado, de fato, imprescindível para impulsionar ações e programas voltados para a elaboração de políticas públicas na região do Nordeste, tais políticas foram formuladas em detrimento do avanço da industrialização, substituindo a agricultura dita “arcaica” por formas de produção pautadas no modelo capitalista no campo, ou seja, pela utilização de equipamentos e insumos químicos destinados à produção em larga escala, voltadas, sobretudo, para o abastecimento do mercado externo. Nesse sentido, todos os progressos e avanços ocorridos no campo, especialmente na região do Nordeste, comprometeram, em grande medida, as formas tradicionais de produção de centenas de trabalhadores rurais, pois estes não dispunham dos recursos e estruturas de cultivo necessárias para se enquadrarem dentro da lógica imposta, sobrando-lhes apenas a força de trabalho como forma de sobrevivência.

Não se pode deixar de levar em consideração, porém, que a implementação das áreas irrigadas no Submédio do São Francisco tenha gerado melhores condições de emprego e renda para centenas de trabalhadores locais, até mesmo para aqueles advindos de outras regiões. Muitos desses trabalhadores conseguiram melhorar suas condições de vida e prosperar de forma digna. Mas, por outro lado, muitos problemas de ordem social ainda persistem de forma alarmante no Semiárido nordestino, sendo a questão da disparidade social um problema crônico.

3. Analisando o Vale do São Francisco: um APL ou um Polo de Desenvolvimento?

Na perspectiva de Verdi e Pires (2008, p. 45), os APLs devem ser concebidos enquanto aglomerações produtivas específicas, que concentram suas atividades em torno da produção de bens e serviços. Tendo como plano

de fundo as dimensões administrativas de ordem pública ou privada, instituições públicas, empresas e atores sociais mantêm-se articulados mediante a um interesse comum: construção de um “espaço inovativo sustentável”. Tal perspectiva, de acordo com a literatura especializada no tema, sugere o fortalecimento de vínculos sociais e institucionais, normalmente efetivados a partir da ação de associações e cooperativas articuladas por meio de redes e fóruns que visam nichos de mercado (LEÃO et al. 2014).

Nos últimos anos, o conceito de APLs tem assumido, no Brasil, um espaço de destaque nos debates sobre desenvolvimento. Para Fuini (2013), os trabalhos realizados pela Rede de Pesquisa sobre Sistemas locais de Inovação (Redesist), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constituem a principal referência dessa abordagem, ainda na década de 1990. Marini e Silva (2011), por sua vez, relacionam o termo arranjo produtivo local, assim como a sigla APL, às discussões iniciadas pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), também na década de 1990). De todo modo, admite-se que a década de 1990 constitui um marco nessa discussão.

O termo APLs foi oficializado pelo governo federal como uma política pública descentralizada de desenvolvimento econômico e estímulo à competitividade de micro e pequenas empresas, em 2004 (FUINI, 2013). Tratando sobre algumas especificidades em torno da criação dessa abordagem no Brasil, há quem considere que:

Tal ferramenta foi incorporada aos planos plurianuais do governo federal (2004-2007/2008-2011) e se encontra atualmente dependente de articulações subnacionais estaduais para sua efetivação, como é o caso do Estado de São Paulo, com a criação da Rede Paulista de Arranjos Produtivos Locais e o Programa Estadual de Fomento aos APLs, ambos em 2009 (FUINI, 2013, p. 58).

Para Erber (2008, p. 12), os arranjos produtivos locais possibilitam ganhos de “eficiência coletiva” dos quais os agentes relacionados à sua conduta jamais atingiriam individualmente. Como salienta o autor, uma das principais características que define a noção dos APLs é justamente a ação conjunta entre os atores sociais, que buscam, por meio de estratégias coletivas de desenvolvimento, a transformação dos recursos territoriais. Nesse aspecto, a promoção de rotinas pautadas em mecanismos institucionais de participação e cooperação permite uma eficiência conjunta que confere às aglomerações “vantagens competitivas específicas” para atuarem dentro dos mercados.

Ao situar a noção de APLs, compreende-se que a cooperação incide como um importante catalisador de experiências e condições de desenvolvimento em determinadas localidades, tendo como característica fundamental a articulação de pequenas e médias empresas às cadeias produtivas em diferentes escalas. Além disso, a abordagem dos APLs também se caracteriza por apresentar um significativo valor democrático, envolvendo os entes políticos com as necessidades econômicas e sociais de um dado território (SANTOS, et al. 2004). Nesse sentido, há quem identifique os APLs como “instrumentos potenciais de ação, capazes de promover um novo ciclo de desenvolvimento com ancoragem territorial local e regional” (VERDI; PIRES, 2008, p. 44).

De acordo com aquilo que foi proposto na introdução desse trabalho, acredita-se que a realidade vivenciada pelo Vale do São Francisco, especialmente após a expansão capitalista nos espaços agrários, contraria a ideia dos arranjos produtivos locais (APL), tendo em vista que a base desse conceito se sustenta a partir de características muito específicas, tais como: inclusão social, acesso indiscriminado às inovações tecnológicas e sustentabilidade econômica e ambiental. Ao analisar as práticas produtivas e comerciais na região do Vale do São Francisco não foi possível observar tal realidade visto que as empresas locais se isolam em torno de ações individualistas estritamente econômicas, mostrando-se

pouco interessadas para com as dimensões sociais e culturais, e, por conseguinte, com um planejamento de desenvolvimento local. Entretanto, não se pode desconsiderar a importância das empresas locais dentro da dinâmica econômica da região, especialmente no que diz respeito à manutenção da cadeia produtiva, estimulado novas relações entre trabalhadores, produtores, agentes de mercado e consumidores, além de muitas oportunidades de emprego e ocupação, seja para trabalhadores temporários ou especialistas qualificados.

Observou-se que o aparato disponível para as transações com o mercado internacional, no caso específico do Vale do São Francisco, alimenta ou estimula a criação de novas ações, bem como novos modos de fazer negócios. Segundo relatos colhidos em campo, as iniciativas que buscam manter as empresas no competitivo mercado global se dão em nível individual e isolado, desprovidas, portanto, de uma concepção de trabalho articulado entre os diferentes agentes. Deste modo, as formas de coordenação entre os atores da região, antes de serem realizadas por meio de conjunto de atores empenhados coletivamente, passam a se processar isoladamente, segundo estratégias cunhadas no interior de cada empresa, buscando tão-somente a permanência das mesmas no concorrido mercado global.

Essa concepção não resulta na construção de um “espaço inovativo sustentável”, como defendem alguns autores, mas em um arranjo estratégico pautado na garantia de um crescimento estritamente econômico, não garantindo que as consequências dessas ações sejam aplicadas em benefício de um desenvolvimento mais amplo para a região. Diante disso, acredita-se que a dinâmica produtiva e comercial do Vale se encontra mais identificada à noção dos polos de desenvolvimento. Nesse sentido, o destino daqueles que não se encontram incluídos nas redes de suprimento alimentar, e tampouco na agenda pública do governo, está, a toda a sorte, nas estratégias de superação por meio de iniciativas de participação e produção conjuntas, seja na criação de associações ou de

pequenas cooperativas, perseguindo de alguma maneira aquilo que é convencionalmente entendido por APL.

O conceito de polos de desenvolvimento identifica um determinado lugar como um sendo um centro dinâmico de uma região ou país cujo crescimento se dissemina para outras áreas ao seu redor, fazendo com que o desenvolvimento regional esteja sempre conectado ao seu polo propulsor (BENEVIDES, 2013). Na perspectiva de Júnior (2015), a teoria dos polos de desenvolvimento foi elaborada para servir como instrumento de planejamento para o desenvolvimento econômico e social, pautado em um modelo de economia desequilibrada, ou seja, quando os envolvidos nas relações econômicas de uma determinada localidade não participam de maneira igual em termos de competitividade no mercado.

Levando em consideração o histórico das desigualdades sociais no Vale do São Francisco, resultante, em grande medida, do modelo de desenvolvimento desenhado para a região, a condição de acesso ao mercado e às tecnologias de produção, como já mencionado, não constitui uma realidade. Diante disso, acredita-se que todo um sistema de poder político e econômico favorece apenas determinados grupos ou atores nele envolvidos, excluindo uma considerável parcela de outros atores sociais que não se encontram representados nem pelo Estado e nem pela sociedade. Assim, compartilhamos da ideia de que as redes de suprimento alimentar aparecem de forma seletiva e elitista, haja vista a falta de acesso a informações e contatos comerciais, o que, por sua vez, dificulta a inserção de pequenos e médios produtores no comércio internacional. Não há, neste sentido, nenhuma alusão à ideia de uma rede articulada de atores ou instituições que se relacionem em prol de uma causa conjunta ou em favor de um desenvolvimento local sustentável, pelo menos em termos práticos, como considera um dos pesquisadores da Embrapa:

Eu acho que esse tipo de coisa não tem um pensamento muito organizado, ele existe, mas não está em uma sequência lógica bem definida. Mas eu

acho que o APL de fruticultura existe em sua denominação, mas no real, quando você chega lá no campo, não é fácil, é totalmente abstrato. Agora, quando você vai mandar um projeto para a FACEPE, e ela pede para se falar em arranjo, você vai lá e diz 'o arranjo produtivo da fruticultura', mas, efetivamente, operacionalmente não existe. Eu não consigo ver nas pessoas que estão em volta da fruticultura algo que vem sendo trabalhado com todo mundo junto em prol do desenvolvimento (Pesquisador da Embrapa).

Tal constatação contrária, portanto, a perspectiva dos arranjos produtivos locais, na medida em que tais arranjos só existem quando o fortalecimento dos vínculos sociais e institucionais, construídos a partir da interação dos diferentes atores de uma região, converge para a viabilidade de um desenvolvimento mais amplo, como sustenta também um dirigente de uma das cooperativas locais:

Aqui a gente tem certa dificuldade de implementar um desenvolvimento da região como um todo. Nenhuma cooperativa aqui vai colaborar para desenvolver a região. Você tem vários entraves aqui no meio que não permitem que a região tenha um arranjo produtivo local ou qualquer coisa do tipo. E eu ainda lhe digo: nunca vai ter aqui. É difícil você falar nunca, mas eu tenho trinta anos já aqui e nunca vi um lugar tão individualista como esse aqui do ponto de vista dessa produção (Dirigente de uma cooperativa).

Desse modo, não há, dentro da cadeia produtiva de fruticultura no Vale do São Francisco, uma ação coordenada e articulada capaz de representar os interesses dos diversos segmentos ali presentes, à semelhança daquela que havia no passado, quando o polo fruticultor passou

a se conformar através do conjunto de investimentos promovidos pela iniciativa pública e privada. Ora, se o funcionamento de um APL exige a operação formal de um conjunto de atores locais articulados em prol da construção de um espaço coletivo de inovação e sustentabilidade, atendendo às necessidades locais ou regionais via estratégias políticas de desenvolvimento sustentável, não se pode inferir que haja na região em estudo algum tipo de arranjo como este.

Considerações finais

Tomando o Submédio do São Francisco como objeto de estudo, este trabalho buscou analisar as dinâmicas produtivas e comerciais da fruticultura local a partir das formas de organização entre atores sociais a região. Para tanto, lançou-se mão da perspectiva dos Arranjos Produtivos Locais – APLs e dos Polos de Desenvolvimento, como esteio de um problema de investigação.

Ao decorrer da discussão, observou-se que o Submédio do São Francisco, ao longo dos últimos anos, vem se conformando enquanto um complexo polo de produção de frutas frescas destinadas à exportação. O envolvimento do Estado e da iniciativa privada foi indispensável no curso deste processo. No entanto, tal evolução não seria possível se a região em questão não estivesse atrelada às tendências do sistema agroalimentar mundial. Nesse quesito, a presença de uma rede transnacional de suprimentos alimentícios acabou por estimular o desenvolvimento de uma complexa cadeia de produção e consumo, envolvendo, ao mesmo tempo, o âmbito nacional e internacional.

Nesses termos, constata-se todo um *know how* capaz de alicerçar a fruticultura no Submédio do São Francisco, na medida em que oferece um conjunto de empresas especializadas na produção de frutas e hortaliças, fornecedoras de maquinários e insumos, universidades, organizações

de apoio a pesquisa e a tecnologia, bem como os mais diversos serviços na área de resfriamento, transporte, embalagem, exportação, certificação, mão de obra especializada, entre outros, determinando um conjunto de oportunidades capazes de assegurar sua dinâmica produtiva. Todavia, reconhecer o Submédio do São Francisco enquanto um polo de desenvolvimento não nos autoriza a concebê-lo enquanto um arranjo produtivo local, embora a região apresente todas as condições estruturais necessárias à consolidação de um APL.

Levando em consideração que os conceitos de APL e de Polo de Desenvolvimento tenham em comum a valorização de elementos-chave, tais como: formas de gestão, inovação e produção de conhecimento; a noção de APLs confere particular importância à orquestração de atores, empresas e instituições dentro de um “planejamento coletivo sustentável”, realidade que não foi constatada na região estudada. Assim sendo, é mais adequado admitir que o Submédio do São Francisco traduza um modelo pautado numa ideia de “polo de desenvolvimento” ou “polo dinâmico produtivo” do que numa ideia de APLs.

Questões como o individualismo e o isolamento, assim como as disparidades de acesso aos recursos decorrentes de um modelo de desenvolvimento elitista, que subtraiu oportunidades de distribuição de terra e geração de renda a centenas de pequenos produtores, é mais do que suficiente para constatar que os projetos de irrigação para o Semiárido nordestino, estimulados pelo Governo Federal a partir década de 1950, não estiveram, de fato, voltados à mitigação dos problemas gerados pela seca e pelo êxodo.

Ainda que os planos governamentais tenham concorrido para a transformação econômica da região estudada, não foi capaz de conter a vitimização das populações locais. Nesse sentido, se são inegáveis as mudanças decorrentes de uma política de desenvolvimento calcada na implementação da agricultura irrigada no Submédio do São Francisco, são também inegáveis as diferenças de oportunidades e a exclusão

social geradas pela prosperidade econômica. Isto nos leva a concluir que as forças intervencionistas do Estado e da iniciativa privada foram pouco expressivas na valorização daqueles atores sociais que vivem em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, é possível afirmar que o modelo de desenvolvimento adotado no Vale do São Francisco, afastando-se dos seus propósitos iniciais de inclusão social, favoreceu as classes mais abastadas, as grandes empresas e os setores associados ao capital transnacional.

Finalmente, acredita-se que o que existe no Vale do São Francisco é a presença de uma série de empresas que representam os interesses privados da fruticultura, e não exatamente os interesses da região como um todo. Tais empresas encontram-se respaldadas na prestação de serviços de outras empresas locais, que atendem às suas necessidades, permitindo o funcionamento de uma complexa cadeia produtiva de fruticultura. De fato, trata-se de elementos que conferem à região os requisitos necessários para o enfrentamento da concorrência global e para uma inserção nos diversos mercados, conferindo-lhe, historicamente, o status de polo de desenvolvimento.

*Recebido em: 19 de março de 2018.
Aprovado em: 26 de março de 2018.*

Referências

ALENTEJANO, Paulo. **Modernização da agricultura. Dicionário de Educação no Campo.** Roseli Salete Caldart. et al. (Orgs.). São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BELIK, W. **Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.36, n1, p.9-33, 1998.

BENEVIDES, Gustavo. **Polo de desenvolvimento e a constituição do ambiente inovador: uma análise sobre a região de Sorocaba**. Tese de Doutorado. USCS. São Caetano do Sul, 2013.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas. Estudo de Sociologia, **Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, vol. 1 (2), p. 105-118, 1995.

CAVALCANTI, J.S.B. **Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil** / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife, 2014.

ERBER, Fábio S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Rev. Nova Economia**, nº 18, Vol. 1. Belo Horizonte, 2008.

FABREAU, Martín. **Entre o sakura e as uvas: transformações e continuidades familiares, organizacionais e identitárias entre os nikkeis do Vale do São Francisco – uma etnografia sobre trajetórias na agricultura irrigada**. Tese de Doutorado. UFPE, 2016.

FILHO, Silvio S. F. O.; COSTA, Ecio de F.; XAVIER, Leonardo F. Diversificação de produção e acesso a mercados: estudo de caso para fruticultura irrigada do polo Petrolina-Juazeiro. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural** – SOBER. Rio Branco, 2008.

FUINI, Lucas. L. **Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema**. GEOTEXTOS, vol. 9, n. 2. São Paulo, 2013.

GALDINO, Jurandi da. **A integração e coordenação dos agentes públicos e privados na fruticultura irrigada no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, visando o mercado global**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

JÚNIOR, Ricardo Correia Campos. **Teoria dos polos de desenvolvimento e geografia crítica**. Monografia. Instituto Latino-Americano de

Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2015.

LEÃO, Éder. L.L.; MOUTINHO, L.M.G. **Arranjo produtivo local da fruticultura irrigada do Vale do Submédio do São Francisco - Pernambuco/Bahia: fluxos comerciais e dinamismo local.** 2014. Disponível em: <http://www.coreconpe.org.br/iiienpecon/artigos/4enpecon2014.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

LIMA, João Policarpo, MIRANDA, Érico. A Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 611-632, novembro 2001.

MARINI, Marcos J.; SILVA, Christian L. da. Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivo Locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Paraná, 2011.

MORAES, Alberto Dias de. **Entre a incerteza e a confiança: mercados e relações sociais de troca comercial dos fruticultores no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA.** Tese de doutorado. UFPE, 2016.

PIRES, Maria Luiza e Silva. **Cooperativismo e globalização: artificialização da natureza e sofisticação dos alimentos.** Tese (Concurso de Professor Titular). UFRPE, 2016.

SANTOS, dos G.A.G.; DINIZ, E.J.; BARBOSA, E.K. Aglomerados, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. In: **Arranjos produtivos locais e Desenvolvimento. BNDS**, 2004. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=Arranjos+produtivos+locais+e+Desenvolvimento.&oq=Arranjos+produtivos+locais+e+Desenvolvimento.&aqs=chrome..69i57j0l5.571j0j4&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8. Acesso em: 21 set. 2015.

SILVA, Pedro Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizados de frutas frescas.** Tese de Doutorado da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

SOUZA, Ricardo Luciano Silva Pereira de; SOUZA, Laumar Neves de. Território de identidade do Sertão do São Francisco: ponto luminoso de desenvolvimento no Nordeste. **XII Semana de Economia UESB**. Salvador, 2013.

VERDI, A.R.; PIRES, E.L.S. As dinâmicas territoriais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos. **Geosul, Florianópolis**, v. 23, n. 46, jul./dez. 2008, p. 33-53. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view-File/2177-5230.2008v23n46p33/11724>. Acesso em: 17 mai. 2015. ◀

A COOPERATIVA AGRÍCOLA NA REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA CENTRAL DE COOPERATIVAS APÍCOLAS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Manuella Carolina Costa de Oliveira³⁰

RESUMO

Este trabalho analisa a estrutura organizacional da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – a Casa APIS – situada na cidade de Picos-PI, avaliando as estratégias comerciais adotadas, bem como as suas implicações socioeconômicas sobre a dinâmica local. Foi possível constatar, por meio de visitas e entrevistas semi-estruturadas, a importância do cooperativismo agrícola na revitalização dos espaços rurais, e para a organização dos pequenos agricultores em torno da produção do mel, e a inserção nos mercados globais.

Palavras-chave: Cooperativismo agrícola; Apicultura; Mercados; Arranjo produtivo local; Dinâmicas territoriais.

30 Bacharela em Ciências Sociais (2011), UFRPE. Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, POSMEX -UFRPE (2014), atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, PPGS – UFPE. Professora na Educação a Distância, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (EaD - UFRPE) e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Pernambuco (SESCOOP/PE). E-mail: manuella.sociais@gmail.com

THE AGRICULTURAL COOPERATIVE ON THE PRODUCTIVE REORGANIZATION OF THE TERRITORY: THE EXPERIENCE OF THE CENTRAL OF BRASILIAN SEMIARID APIARIAN COOPERATIVES

ABSTRACT

This work analyses the organizational structure of the Central of Brazilian Semiarid Apiarian Cooperatives – Casa APIS – located in the city of Picos-PI, evaluating the commercial strategies adopted, as well as its socioeconomic implications through local dynamics. It was verified with semi structured visits and interviews the importance of agricultural cooperativism on the rural spaces revitalization and also to small farmers' organization related to honey production and its insertion in global market.

Keywords: Agricultural cooperativism. Beekeeping. Market. Local productive arrangement. Territorial dynamic.

Introdução

Este estudo representa uma relevante contribuição na relação entre cooperativismo agrícola, agricultura familiar e desenvolvimento local, centrando sua atenção nas estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para a valorização dos seus produtos nos mercados alternativos. Reconhecendo a importância da compreensão do sistema cooperativo e sua estrutura, principalmente no contexto nordestino brasileiro, a Casa APIS, representa uma relevante discussão sobre a noção do rural, na modernidade, atrelada aos novos valores sociais e econômicos e novas funções ligadas à agricultura familiar e seu âmbito.

Neste aspecto, com a dimensão planetária dos negócios, do comércio e do fluxo de informações, vivida a partir dos anos 1990, e dentro do que se discute como processo de globalização da economia, é posto em cena um processo “localizador” e de fixação no espaço, permitindo que os efeitos da globalização nos tornem, amplamente globais, assim como locais. De acordo com Herrera et al. (2006), a relação entre o local e o global é definida pela disputa do território, permitindo uma perspectiva de uma rede de relações de composição e alianças entre diversos atores e atrizes sociais. A organização dessas alianças é materializada na vida associativa e no sentimento de pertencimento a uma comunidade, permitindo várias dinâmicas específicas entre os atores locais (HERRERA et al, 2006). Ainda no âmbito do debate em torno da globalização e localidade, é de interesse situar a organização cooperativa como uma atividade econômica e espaço de sociabilidade de produtores locais, em torno de objetivos comuns.

O caso da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – a Casa APIS, uma cooperativa de segundo grau, é emblemática nesse sentido, pelo fato de ter sua fundação apoiada numa tradição local, em torno da produção do mel, produto este que, junto com a castanha de caju, se constitui como atividade principal da região de Picos. A Casa APIS define-se como central ou cooperativa de segundo grau, por ter o seu quadro social formado por cooperativas singulares, ou seja, de 1º grau, integrando-se horizontalmente, no qual produtores rurais, cooperativas singulares e central de cooperativas fazem parte de um único sistema, mediante o qual a produção dos associados (oferta) sofre processos de agregação de valor que lhes permitem atender à demanda e obter maiores benefícios econômicos. Trata-se, assim, de sistemas de coordenação entre dois ou mais estágios sucessivos de produção, tecnologicamente separáveis (MACEDO et al, 2013).

A Casa APIS está situada na cidade de Picos, precisamente na região Semiárida do Centro/Sul do Estado do Piauí. Esta cidade abrange uma

área aproximada de 803 km e uma população de 71.020 habitantes, e está cercada por montes e picos, fato, aliás, que motivou a definição do seu nome, e dista 320 km da capital Teresina³¹. A Casa APIS, fundada em 2005, possui um corpo social formado por oito cooperativas singulares, atuando em 52 municípios dos estados do Piauí e do Ceará, abrangendo 960 apicultores dentro da cadeia produtiva do mel. Tendo como foco organizar os produtores de mel na cidade de Picos, a central torna-se um instrumento importante de organização econômica, fomentando projetos de reorganização produtiva, assim como estabelecendo parcerias comerciais no âmbito nacional e internacional.

A década de 1990 constitui um marco importante em relação aos investimentos na apicultura na região de Picos. Por meio de uma iniciativa do Banco do Nordeste, e através de implementação de projetos, foi possível o estímulo à criação e consolidação de associações e cooperativas apícolas na região, contribuindo, assim, para a formação da cadeia produtiva do mel existente na atualidade. Vale registrar que, já desde o ano de 1986, existia a Cooperativa Apícola da Microrregião de Picos – CAMPIL, especializada na comercialização de mel. Os estímulos financeiros sob a responsabilidade do Banco do Nordeste permitiram que, em meados de 1993, algumas lideranças locais passassem a refletir sobre a criação de uma cooperativa de segundo grau, isto é, uma central de mel, como uma forma de ampliar o volume de mel da região, assegurando, assim, uma comercialização mais efetiva desse produto nos diversos mercados. Neste período, a Fundação do Banco do Brasil (FBB), juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) e o programa UniSol (Universidade Solidária), articulados com algumas Instituições de Ensino Superior (IES), organizações públicas e privadas, concedeu o projeto de criação da Central. Surgia, então, a Central

31 Conforme informação disponível na página eletrônica do IBGE. Disponível em <http://www.picos.pi.gov.br/conhecapicos.asp#mapa> . Acessado em 20 julho de 2011.

Casa APIS como uma estratégia para solucionar as dificuldades da comercialização do mel, garantindo, ao mesmo tempo, a sua valorização nos mercados. A sua criação representava, assim, a possibilidade de fomentar o arranjo produtivo do mel na região de Picos, sedimentando uma vocação local.

É, portanto, dentro desse cenário que emergem as questões: A central, enquanto organização de segundo grau, tem se constituído como um canal importante de organização das cooperativas especializadas em mel da região? A cooperativa agrícola vem atendendo as atuais exigências da globalização de mercados? Quais os impactos econômicos da Casa APIS para o território no qual está inserida? Assim, a partir destes questionamentos, constitui como objetivo geral desse trabalho: analisar a estrutura organizacional da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – a Casa APIS – situada na cidade de Picos-PI, avaliando as estratégias comerciais adotadas, bem como as suas implicações socioeconômicas sobre a dinâmica local.

1. O caminho para chegar lá!

Nesta investigação, privilegiou-se uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2012), compreende e responde a questões muito particulares, especialmente nas Ciências Sociais, por se ocupar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Neste sentido, este estudo de caso ganha particular relevância por permitir o aprofundamento de aspectos particulares de um dado fenômeno. Desta maneira, esta investigação direciona seus esforços a buscar compreender a experiência da Casa APIS.

Neste contexto, o levantamento de dados realizado permitiu o reconhecimento do território de Picos na sua relação com o associativismo no âmbito da produção do mel e do caju. Para isso, procurou-se conhecer

as centrais de cooperativas e algumas das cooperativas singulares vinculadas a essas Centrais, além de uma cooperativa singular não vinculada às Centrais, mas de reconhecida importância no local e de instituições governamentais e não governamentais presentes em Picos. Procurou-se também, por meio de observação, de entrevistas, compreender a efervescência do cooperativismo agrícola naquela região. Este reconhecimento inicial nos permitiu uma maior compreensão da cadeia produtiva do mel e do caju, trazendo elementos importantes para subsidiar um estudo mais detalhado sobre a Central de Cooperativas, a Casa APIS. Naquele momento interessava, mais particularmente, em verificar as estratégias de produção e comerciais na cadeia produtiva do mel na região e, principalmente, os arranjos organizacionais que ligavam a Central às cooperativas singulares.

Neste contexto, o levantamento de dados compreende informações de três visitas ao município de Picos, totalizando 12 entrevistas. Na Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa APIS) por meio das entrevistas semiestruturadas, amparadas por um roteiro, buscou-se verificar como se configurava a estrutura organizacional da Central, dentro do modelo sistêmico do cooperativismo, assim como sua dinâmica de integração mercantil nos mercados nacional e internacional, o desempenho produtivo e investimentos tecnológicos e sua relação com as cooperativas singulares filiadas. Foi possível também, realizar uma análise para o estudo da Central com base nos seguintes itens: seu histórico, modelo de gestão da cooperativa, por meio da estrutura organizacional, das inovações tecnológicas, parcerias, capacitações, inserção nos mercados nacionais e internacionais, volume de vendas, flexibilidade e sua relação com as cooperativas filiadas.

A escolha desta central de cooperativas tem particular relevância na compreensão em torno da contribuição das organizações de segundo grau para o fortalecimento das cooperativas singulares e sedimentação do modelo cooperativo no espaço rural.

2. Cooperativismo agrícola e território: a sedimentação de uma vocação econômica da região

(...) a interação entre cooperativismo e revitalização de territórios vem sendo reconhecida por diversos organismos internacionais, de onde se destaca a participação das cooperativas, sobretudo em áreas mais débeis, para a geração e manutenção do emprego, de infraestruturas socioeconômicas diversas e de atividades enquadradas no setor secundário e terciário, permitindo a reestruturação das áreas afetadas (PIRES, 2006:3).

Em meio à realidade cada vez mais globalizada, o movimento cooperativo, vem demonstrando uma importância no que se refere à produção, organização e comercialização da produção na agricultura familiar, além de ter como componente a produção de alimentos para garantir a segurança alimentar. A este respeito, Pires et.al (2004), afirmam que o cooperativismo está em evidência num momento em que a globalização da economia impõe desafios, que exige atividades empresariais dinâmicas, capazes de concorrer em um ambiente de forte competitividade, tornando-se também no âmbito social, uma atividade que inclui os atores sociais em torno dos seus interesses comuns, apresentando-se como uma estratégia de geração de trabalho e renda, em um modelo econômico de natureza excludente.

Concebidas como organizações de natureza econômica, as cooperativas agrícolas são também identificadas como espaço de participação democrática, capazes de estimular a criação de mercados e o desenvolvimento territorial (PIRES et. al, 2004). Neste sentido, a compreensão em torno da relação entre cooperativismo agrícola e desenvolvimento territorial, está centrando sua atenção nas estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para a valorização dos seus produtos nos mercados.

Outra importância pauta-se na possibilidade de visualizar, através do caso observado, as estratégias utilizadas pelos produtores de mel para uma melhor valorização e crescimento do produto local, contribuindo para o dinamismo da região estudada.

Neste sentido, nos últimos anos, houve um crescimento do debate sobre o papel da territorialidade e do desenvolvimento territorial, como um espaço de criação de novas dinâmicas sociais e econômicas (FLORES, 2002). O território é considerado um espaço no qual se desenvolve uma complexidade de relações sociais, tanto no campo das sociabilidades como no campo da produção. Nesses espaços, acaba por existir estratégias de apropriação e uso dos recursos naturais e sociais, condicionando redes sociais que envolvem uma combinação de ação local e ação à distância, e que se inserem em uma economia regional, segundo especificidades e contextos globais (CAVALCANTI, 2004). A dimensão territorial, de acordo com Abramovay (2009), vem alimentando o interesse de cientistas sociais, com a ideia de que o território é mais do que um espaço físico para as relações entre indivíduos e empresas, possui um “tecido social, uma organização complexa feita por laços [...], representa uma trama de vínculos com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desempenho econômico” (ABRAMOVAY, 2009:47). Igualmente, recupera-se a noção de território, que deixa de ser apenas um produto reflexo da sociedade e passa a ser o local onde acontece a reprodução social, que constitui a realidade social e a dimensão material e imaterial das relações sociais (MORAES & SCHNEIDER, 2010). As discussões em torno do território se associam à ideia de desenvolvimento local, esta abordando como um processo de crescimento durável das condições sociais, políticas, econômicas e educacionais de um dado território, fundamentando-se em sistema de valores comuns, implicando em formas produtivas ou não, visando à melhoria de qualidade de vida.

Finalmente, reconhece-se também, dentro da perspectiva de desenvolvimento local, um processo que envolve não somente as atividades econômicas e os atores locais de um território, mas que, de igual modo, está ligado, as tradições locais, culinária, artesanato, construindo, dessa forma, uma marca identitária (OLIVEIRA, 2006; VEIGA, 2002; PIRES, 2005).

2.1. O Histórico da produção de mel em Picos – PI

O município de Picos encontra-se na Mesorregião Sudeste do Estado do Piauí, num ponto estratégico, situado entre picos montanhosos e no entreposto de várias rodovias do Nordeste, cortado pelo trecho inicial da Transamazônica, ligando o Estado ao Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Para Mello (2010), Picos tem se notabilizado pelo crescimento, tanto na produção quanto na qualidade, do mel de abelha, assumindo uma posição privilegiada em todo o Nordeste. Segundo este autor, amparada por duas estruturas tecnológicas, um Centro Tecnológico da Apicultura do Piauí – CENTAPI e a uma cooperativa de segundo grau, a Casa APIS, a cidade de Picos tem demonstrado vitalidade econômica no campo da apicultura (MELLO, 2010).

Mais recentemente algumas novas atividades agrícolas estão sendo desenvolvidas no município de Picos: a castanha de caju e o mel. Atualmente, estes produtos, em grande maioria, são dirigidos para nichos de mercados, nacional e internacional, de produtos com alto valor agregado, definindo uma nova cadeia produtiva na região. Estas novas atividades se deram principalmente pela crise ocorrida com a produção do algodão - tendo em vista a proibição do seu cultivo nos anos seguintes (1985-1990), em que os produtores buscaram a reconversão produtiva das suas atividades (VILELA, 2000). De acordo com este autor, a “saída” por meio da conversão é um processo complicado por ter que “começar do zero”. No caso de Picos não houve grandes dificuldades, porque as

características particulares dos recursos naturais do Piauí possibilitaram uma gama de opções de reconversão, além da demanda e viabilidade comercial por produtos “limpos”, “verdes” e “naturais” (VILELA, 2000).

Os investimentos realizados na gestão cooperada e na modernização do processo produtivo do mel têm provocado impactos positivos no mercado apícola da macrorregião de Picos chegando a transformar o Estado do Piauí no maior produtor de mel do Nordeste e o segundo do País, com um volume de 4,5 mil toneladas em 2005, e do 27º para o 4º produtor de mel do mundo (MDIC, 2007).

No caso de Picos, é possível constatar que existe uma rede de instituições governamentais (programas governamentais) e não governamentais voltados para a implementação de projetos produtivos que imprimiram aquela região uma nova dinâmica, estimulando a organização dos agricultores e das agricultoras, em associações e cooperativas. Estas organizações tendem a transformar a participação individual em participação grupal, constituindo um impulso, um instrumento que potencializa a capacidade produtiva e comercial de todos os associados, viabilizando suas atividades, além de oportunizar a melhor qualidade de vida e atividade social (LEGLER, 2007).

A constituição de cooperativas de agricultores e agricultoras passou a ser bastante defendida e estimulada como alternativa para os problemas comuns, nas quais cooperam uns com os outros, conseguindo atuar de forma localizada, possuindo uma estrutura, permitindo maior facilidade de gestão associativa (LEGLER, 2007). Deste modo, vistas como alicerce da apicultura, as estruturas cooperativas de 2º grau vem possibilitando a inserção deste produto nos mercados, assim como estimulando o desenvolvimento territorial. E foi com este intuito que a Casa APIS nasce mediante a ação coletiva, com a participação de vários parceiros, a exemplo da Fundação Banco do Brasil (FBB), do SEBRAE e UniSol etc. Tendo como objetivo central organizar de forma qualitativa os produtores de mel no município de Picos, além de certificar o produto, agregar valor ao

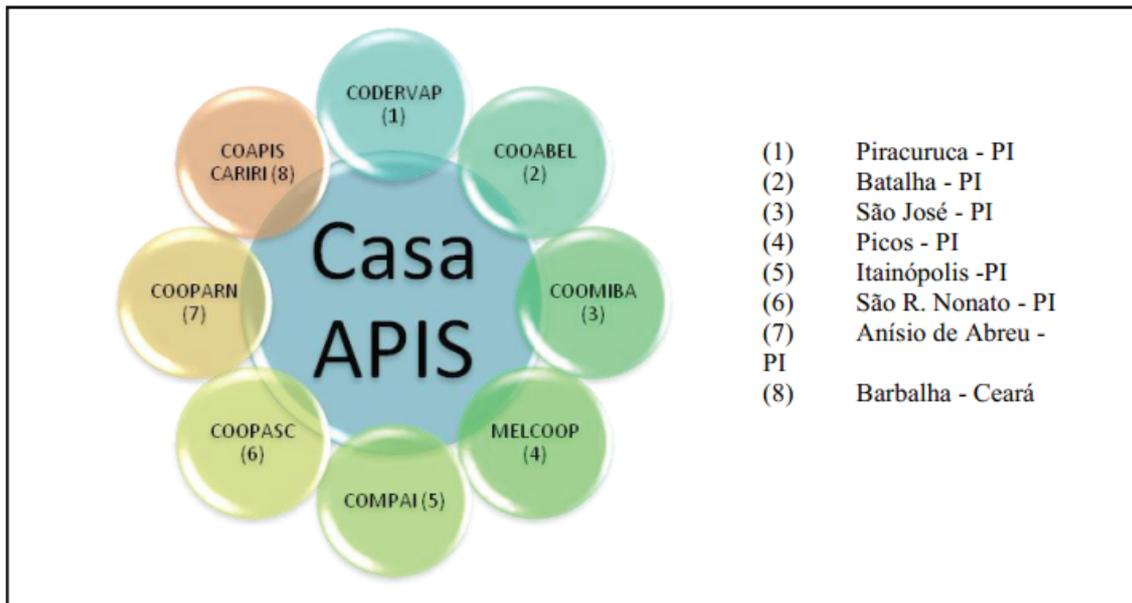
mel e beneficiá-lo, dando qualidade, para que se possa competir com os mercados mais exigentes e fortalecendo a economia local, a Casa APIS promove também a organização e integração dos apicultores à apicultura, a cultura da cooperação, a capacitação, com o objetivo de garantir uma um retorno econômico para as bases produtivas na região do semi-árido nordestino (MDIC, 2007).

Neste sentido, para uma melhor compreensão acerca do cooperativismo apícola, torna-se interessante apresentar neste artigo, como o mel representa hoje a principal fonte de renda e emprego do produtor local, aprovando o desempenho que as cooperativas representam, assim como, um instrumento de organização econômica e de organização dos produtores, contribuindo para o êxito dos projetos de desenvolvimento local e reorganização produtiva.

3. A Central de Cooperativa e o mercado de qualidade

Apoiada num quadro social composto por 960 apicultores/cooperados e com uma área de atuação entre os estados do Piauí e Ceará, a Casa Apis opera em 231 localidades de 58 municípios. Atualmente, estão a ela filiadas oito cooperativas em que sete estão no estado do Piauí e uma no estado do Ceará, assim distribuídas: No Piauí, CODEVARP, COOABEL, COMPAI, MELCOOP (primeiro pólo de produção de mel do Estado, representando metade da Casa APIS, em torno de 450 sócios), COOMIBA (segundo pólo de produção de mel), a Cooperativa dos Apicultores de São Raimundo Nonato – COOPARN, a Cooperativa dos Agricultores e Apicultores da Serra da Capivara – COOPASC (terceiro pólo de produção de mel) e a localizada no Ceará, a COAPIS CARIRI. Como parceira futura, a COOPIX, uma cooperativa formada por 25 apicultores, está em fase de filiação a Casa APIS, por meio do projeto ADRS - Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Figura 1 - Sistema Cooperativo da Casa APIS



Fonte: Casa APIS 2012; Adaptação: o autor, 2014.

Para os gestores, os apicultores da região enxergam na Casa APIS um canal efetivo e seguro de comercialização, que lhes permite a valorização do seu produto, excluindo, assim, a possibilidade de depreciação do preço. Com efeito, a importância da Central na regulação e estabilização dos preços no mercado se dá também pela característica orgânica do mel de Picos. Nesse sentido, a venda do mel orgânico acarreta a inserção da Casa APIS nos Mercados Orgânico e Comércio Justo. Este tipo de comércio, além de facilitar a comercialização, diversifica os mercados e garante preço ao produtor e qualidade para o consumidor, conferindo valor aos produtos, buscando uma melhor renda dos apicultores pagando-lhes o preço justo. Contudo, para atuarem nesses mercados, algumas certificações para o controle de qualidade são exigidos. Desse modo, a inserção dos produtos nos mercados está cada vez mais dependente das certificações.

No caso da Casa APIS, as seguintes certificações para o mercado interno são asseguradas: o S.I.F. do Ministério da Agricultura do Brasil garante que os produtos relacionados com a alimentação animal podem

ser comercializados sem risco para a saúde dos animais e a humana; O Programa Alimento Seguro, o PAS/MEL (Análise de Perigos (Riscos) e Pontos Críticos de Controle – APPCC, e Boas Práticas de Fabricação – (BPF), visa atender às exigências técnicas de mercado quanto à segurança e à qualidade do mel, padronizando-o de acordo com o que é indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelos países exportadores; a Certificação orgânica (IBD) é a maior certificadora da América Latina e a única certificadora brasileira de produtos orgânicos. Atende a todas as certificações orgânicas feitas pelo IBD (Certificações no mercado interno) e é usado em conjunto com o selo de produtos orgânicos do Brasil. E, para o mercado externo, o Comércio Justo, a *FairTrade Labelling Organizations International (FLO)*, o *FairTrade Mark*, certifica que as normas internacionais de Comércio Justo foram cumpridas e são projetados para combater a pobreza e capacitar produtores dos países mais pobres do mundo. As normas aplicam-se a produtores e comerciantes. Diante do exposto, a certificação passa a ser um instrumento para implantação do sistema de qualidade, de classificação e embalagem, colocando na necessidade de atendimento uma série de exigências dos mercados, abrangendo todas as etapas do processo produtivo em todos os níveis considerando a qualidade, com respeito ao meio ambiente e produtores.

Ao disponibilizar seus principais produtos, um dos grandes desafios para a Central de Cooperativas é sedimentar sua marca nos mercados nacional e internacional. Para isso, o gerente comercial admite que mesmo com a concorrência das grandes marcas sente-se otimista quanto à disseminação da marca Casa APIS, “pois quando esta se faz presente na prateleira, o consumidor se familiariza com um produto orgânico, com o mel do apicultor/associado de Picos”. Para além da sedimentação da marca “Casa APIS”, a gestão reconhece que o êxito na comercialização deve-se, também, em grande medida, às parcerias institucionais já mencionadas, que tendem a garantir condições de lucratividade tanto para

as cooperativas singulares como para a Central. No que se referem ao mercado interno, os principais canais de comercialização da Central são voltados para as redes varejistas (supermercados), farmácias, padarias e lojas de produtos naturais.

Nesta perspectiva, Cavalcanti (1996:115) afirma que “perseguir um padrão de qualidade significa coordenar e organizar eficientemente o tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos”. Concluí que “os produtores devem estar preparados para as novas práticas de gestão e outros trabalhos especializados requeridos e as unidades de produção devem ser ágeis no treinamento e atualização dos conhecimentos dos seus trabalhadores” (CAVALCANTI, 1996:115).

Considerações finais

A experiência do município de Picos, a Casa APIS, uma cooperativa de segundo grau, vem contribuindo para a sedimentação do Arranjo Produtivo Local (APL), em torno da produção e comercialização do mel. Tal arranjo contempla a participação das cooperativas singulares, de órgãos públicos e de entidades privadas permitindo uma dinâmica particular no território.

A Casa APIS foi criada com o objetivo de aumentar a produtividade de mel e para diversificar a produção por meio de subprodutos, como pólen e própolis, por exemplo, intensificando, por meio de adoção de um aparato tecnológico, os processos de produção, beneficiamento e comercialização do mel da região de Picos.

A Casa APIS se insere numa estrutura de cooperativismo de segundo grau, estabelecendo um papel de gestora junto às cooperativas de primeiro grau a ela filiadas. Sua estrutura organizacional vem integrando e fortalecendo a economia local, sedimentando o arranjo produtivo local do mel, por meio da associação de produtores e de suas cooperativas.

Verificou-se, neste sentido, a criação de um sistema no qual integram cooperativas singulares e centrais, buscando impulsionando o fomento e a busca de novos mercados com algumas parcerias, razão que contribui para uma (re)configuração no cenário econômico de Picos. Esta forma de estruturação entre Central, e cooperativas singulares vem fortalecendo o movimento cooperativo em Picos, na medida em que retira do cenário a presença do intermediário e permite a valorização do mel nos mercados regionais, nacionais e globais. Tal perspectiva reafirma a ideia de Barquero (2001) quando afirma que as organizações coletivas de uma mesma localidade estão condicionadas a cooperar entre si por meio da especialização adotada pelo sistema produtivo local, atingindo as economias para manter sua competitividade nos mercados.

Com efeito, os nove anos de atuação da Casa APIS revelam, segundo os discursos, uma preocupação permanente em torno da adoção de novas tecnologias, melhoria da qualidade do mel e da infraestrutura e da busca de novos mercados. Ainda dentre os fatores que contribuem para a logística de produção e de mercado, a Casa APIS monta uma estrutura que contempla desde a produção de mel dos apicultores nas cooperativas singulares até a sua inserção nos mercados regionais, nacionais e internacionais, cumprindo, assim, com o seu propósito de gerenciar as três fases do processo produtivo do mel da Casa APIS: a produção, o beneficiamento e a comercialização.

O dinamismo comercial da Casa APIS foi favorecido pela inserção do mel na União Europeia e nos Estados Unidos, por meio do mercado justo, via certificação *FairTrade*. A conquista deste novo mercado requer da Central, em função de seu alto nível de exigência, uma permanente vigilância em relação à qualidade. Por meio da certificação *FairTrade*, a Casa APIS vincula uma imagem social da empresa, da qual se depreende uma ideia de qualidade de vida e de uma melhoria de renda de seus associados. No que tange ao mercado interno, a Casa APIS com a parceria instituída com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) fomentou uma importante parceria para a sedimentação do mercado local.

As parcerias e projetos elencados pela Central sinalizam a possibilidade de uma produção calcada em novas tecnologias, garantindo-lhe maiores níveis de qualidade com custos reduzidos.

Enquanto cooperativa de segundo grau, a Casa APIS não se limita apenas à comercialização dos produtos, mas também tem a finalidade de administrar as oito cooperativas a ela filiadas, desenvolvendo atividades de serviços comuns às necessidades das filiadas, ao capacitar os seus gestores, fornecer assistência técnica e estimular a participação dos diversos atores aí envolvidos. Nesse contexto, ressalta-se o papel dos agentes do desenvolvimento rural sustentável como um dos principais articuladores desse processo.

Conforme já analisado no decorrer dessa pesquisa, a estratégia de gestão desenvolvida pela Central se baseia num processo de capacitação permanente dos agricultores, no qual o *savoir faire* dos produtores passa a ser acrescido de capacitação e estímulo à inovação tecnológica. Para isso, como já visto nesse estudo, o aparato tecnológico e industrial da Casa APIS reflete um ambiente pautado na inovação, corroborando as análises de Azevedo (2012), que identifica em situações semelhantes um sistema local inovador. No caso em questão, a relação da Central com as cooperativas singulares tende a favorecer a retroalimentação de saberes relacionados a processos produtivos de mel, dentro de uma *expertise* já comum aquela região. Neste estudo, foi também possível notar, com base no estatuto social da Central e a partir dos diversos discursos, que a gestão organizacional da Casa APIS está sedimentada numa estrutura que favorece as necessidades e demandas das cooperativas filiadas.

Finalmente, foi possível constatar, que a organização dos pequenos agricultores em torno da produção do mel, a estabilidade do preço do produto no âmbito local, a ampliação do volume de produção para o mercado local e nacional, a conquista do selo verde e do *Fair Trade* para

a inserção nos mercados globais sinalizam a contribuição da Casa APIS para a sedimentação do Arranjo Produtivo Local (APL) em torno do mel, reafirmando a importância do cooperativismo agrícola na revitalização dos espaços rurais. O estudo evidenciou ainda a importância da Casa APIS na organização dos apicultores, na estabilidade do preço do mel no mercado local, na ampliação do volume de produção e na ampliação dos mercados de comercialização do mel, trazendo impactos sobre a criação de empregos e a ampliação de renda, contribuindo para o dinamismo e a economia local.

Recebido em: 03 de março de 2017.

Aprovado em: 13 de março de 2018.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

AZEVEDO, Beatriz. Território e Desenvolvimento Econômico na América Latina e no Brasil: *Clusters* e Arranjos Produtivos Locais. [Org] SAMPAIO, Yony; FILHO, Rodolfo Moraes de Araujo; VITAL, Tales. In: **Território e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Arranjos Produtivos Locais em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária, 2012.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Ruralidade. In: Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (org). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

CAVALCANTI, J. S. B. **“Globalização, urbanização, constituição e produção da força de trabalho: políticas, energéticas e irrigação no Vale do São Francisco”**. In: MAGALHÃES, S.B., BRITTO R.C., CASTRO, E.R.(Org).Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.1, 1996.

FLORES, Murilo. Assistência Técnica e Agricultura Familiar. In. LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e Wilkinson, John [org.]. **Inovações nas Tradições da Agricultura Familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002.

HERRERA, Juan José Rojas; GONZÁLEZ, Beatriz Díaz; PIRES, Maria Luisa. Alianzas y estrategias de las cooperativas para su acceso y sostenibilidad em los mercados internacionales. **Unircoop Americas**. vol. 4, nº 1, oct., 2006.

LEGLER, Letícia; LAGO, Adriano; CORONEL, Daniel Arruda. **A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 9, n.2, 2007.

MACEDO, Alex dos Santos; SOUSA, Diego Neves; AMODEO, Nora Beatriz Presno. O papel da comunicação na articulação dos diferentes níveis de organização no modelo central-singular de cooperativas. In: **Bahia: análise & dados**. Salvador, vol. 23, n:1, jan-mar., 2013.

MELLO, Claiton José. **O “Oitavo Cipó” e o Desafio da Ação Cooperativas de Agricultores Familiares: um estudo de caso sobre empreendimentos e solidários das cadeias produtivas do mel e do caju, no Território do Vale do Guaribas, PI**. Brasília, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC). **Importação Brasileira, Picos – PI**, 2007. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: Setembro de 2011.

MORAES, Jorge Amaral de.; SCHNEIDER, Sérgio. **Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural**. G&DR, nº 2, São Paulo: Taubaté, mai-ago, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Associativismo e Cooperativismo no desenvolvimento local**. In. SANTOS, Maria Salett Tauk, CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Associativismo e Desenvolvimento Local. Recife: Bagaço, 2006. 256p. il. p.153 a 184.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O Cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e Leste (Quebec do Canadá)**. Recife: Massangana, 2004.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. SILVA, Emanuel Sampaio (et al). **Cenário, tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004. 100p.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re) significação de extensão rural a partir da ótica da Inclusão: a via cooperativa em debate. In J. R. Tavares (org). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife. Bagaço, 2005. 2º Edição.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. La Intercooperación Del Concepto a la Práctica: Cooperativas y Desarrollo Rural; Cooperativas e dinâmicas territoriais em “regiões desfavorecidas”. In: **X Seminário Internacional de la Red Universitária de las Americas em Estudios Cooperativos y Asociativismo**”. Honduras, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **A importância das novas atividades agrícolas ante a globalização: a apicultura no Estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. ◀

RESENHA

CARNEIRO, MARCELO SAMPAIO. TERRA, TRABALHO E PODER: CONFLITOS E LUTAS SOCIAIS NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO. SÃO PAULO: ANNABLUME. 2013. 180 p.

*Leonardo Oliveira da Silva Coelho*³²

Processos sociais marcados pelos chamados grandes projetos de desenvolvimento, por disputas pela terra, e mobilização por condições dignas de trabalho, no Maranhão, são tomados como objeto de análise neste estudo. O livro de Marcelo Carneiro se debruça sobre as transformações econômicas no espaço agrário maranhense. De maneira contextualizada, destaca que isto ocorre consoante atuação de distintos agentes econômicos, na expansão do capital, havendo, concomitantemente, uma transformação na organização social e econômica camponesa, ao se defrontar com distintas formas de expropriação. Assim, é possível identificar nesta obra, além da sua abordagem regional, o levantamento de questões relativas às transformações mais amplas do espaço agrário brasileiro, ao remeter à corrida de âmbito nacional pela produção de *commodities*, para fins de exportação, não sem deflagrar quadros cada vez mais frequentes de expropriação camponesa no Brasil, seguidos de conflitos e lutas sociais pela terra, e noutros casos por melhores condições de trabalho.

32 Mestre em Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão.

Na primeira parte, o autor analisa o avanço do capitalismo no campo maranhense, paralelamente à resistência de movimentos sociais. Constatase que a natureza do crescimento econômico impulsionado no Maranhão, está diretamente relacionada à intervenção do governo federal, através de políticas públicas de incentivo à entrada de grupos empresariais no estado. Isto foi alimentado pela ideologia do atraso econômico e do questionamento da racionalidade produtiva dos diversos grupos camponeses. Devido à prevalência desta perspectiva econômica, a estrutura agrária do estado foi nas últimas quatro décadas, marcada por altos índices de concentração fundiária, a maior do Nordeste e do país. Consequentemente, os últimos recenseamentos agropecuários indicam maus resultados quanto à geração e manutenção de postos de trabalho no campo maranhense, pois as dificuldades de reprodução da agricultura familiar foram acentuadas pela inexistência de políticas de efetivo alcance destes grupos sociais, e pelo enfraquecimento do seu sistema de plantio de corte e queima. São situações relativamente recentes, impulsionadas pela aplicação da Lei Sarney de Terras de 1969.

Por outro lado, o autor salienta que, paralelamente, e confrontando o processo de expropriação e violência, os trabalhadores rurais mobilizaram-se contra a expansão da grande propriedade nos anos 70 e 80 do século passado. Neste período, o Maranhão registrou mais de 20% de conflitos por terra no país. Assim, entre os anos 80 e 90, cresce a relação entre dinâmicas de ocupações camponesas e a criação de assentamentos de reforma agrária, porém, logo após este período, as desapropriações para fins de reforma agrária passam por considerável queda. Além disso, é flagrante, de acordo com dados registrados pela PNAD (2009) e Censo Agropecuário (2006), a redução do número de trabalhadores permanentes na lavoura e na pecuária. Ao lado destas informações, acrescenta-se que o emprego quando gerado para os trabalhadores assalariados agrícolas, é temporário, as condições de trabalho são precárias, insalubres, informais, culminando em situações de trabalho escravo – o que só na

primeira década do século XXI (2001-2009) ganha ampla repercussão pública, devido ao aumento do número de denúncias.

O livro traz instigante análise a respeito da transformação econômica do Maranhão nas últimas décadas: trata-se da experiência do Programa Grande Carajás. Fomentada pela intervenção direta do Estado Brasileiro, a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) não só coordenou tal programa, como foi capaz de criar, articuladamente, ramificações com empreendimentos econômicos de outra natureza. Tais empreendimentos tornaram-se dependentes da infraestrutura e logística controladas pela CVRD, que, não por acaso, incentivou a formação daqueles ao seu redor. O Projeto Ferro Carajás se constituiu, portanto, num grande empreendimento mina-ferrovia-porto, com todas as condições institucionais necessárias sob o controle da Vale, tornando-se assim uma grande exportadora de minério de ferro no mundo.

O autor, portanto, levanta a tese de que a Vale é a principal protagonista em termos da mobilização econômica do Estado, pois em torno dela ascenderam as produções de ferro-gusa, sojícola e de eucalipto (carvão vegetal). São estratégias econômicas da Vale que concorreram para a formação de uma ampla área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), pois sendo a produção de *commodity* para a exportação a principal característica do conjunto destes empreendimentos, é o controle das minas, da estrada de ferro e dos portos, que assegura à Vale o monopólio necessário para que toda a produção seja extraída e escoada, alcançando o mercado internacional, o que explica a condição de dependência de tais empreendimentos. Foi assim que a empresa criou clientelas subordinadas ao chamado Corredor de Exportação Norte, e dos diversos tipos de minério extraído pela companhia.

Marcelo Carneiro, portanto, mais do que se deter às implicações sociais, econômicas e ambientais da presença de grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia Oriental Maranhense, desenha uma espécie de mapeamento geográfico dos empreendimentos econômicos,

e dos conflitos envolvendo segmentos camponeses afetados pelo projeto Carajás.

A obra também elucida características concernentes à luta pela reforma agrária e às relações de patronagem no Maranhão. Discute que em áreas de ocupação antiga, embora a propriedade da terra tenha passado pelo domínio de distintos proprietários, a estrutura da relação entre estes e os camponeses, que permaneceram na terra, não foi substancialmente afetada, quer dizer, a patronagem ainda aparece caracterizando as relações sociais. Isto foi demonstrado na identificação de um conflito deflagrado entre patrão e cliente culminando, neste caso, num resultado favorável aos camponeses, que passaram a disputar a posse da terra, a partir do momento em que foram impedidos de continuarem a cultivá-la.

Há, então, neste estudo de caso, uma refinada sociologia do processo de esgotamento das relações patrão-cliente, revelando como este rompimento se dá entre ambas as partes (e não unilateralmente), e que fatores concorreram para a transformação das terras de propriedade privada em área de assentamento de reforma agrária. Para tanto, argumenta-se que do ponto de vista dos trabalhadores, o principal agente na disputa pela permanência na terra, não era “qualquer agregado”, pois na rede de relação patrão-cliente, o agente em questão ocupava uma posição privilegiada, bem mais próxima do patrão em relação aos demais. Havia estreitos laços de confiança mútua, tanto que ele chegou até a encarregar-se de cobrar foro, pelo uso da terra, dos outros agregados.

Além disso, ele detinha recursos financeiros, os quais foram mobilizados para arcar com os custos dos serviços de um advogado nessa situação de disputa. Mobilizava, ainda, outras redes de alianças fundamentais para conquista da terra pelo grupo, a saber: Sindicato de Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, INCRA, Igreja Católica, demais trabalhadores agregados – também afetados –, e políticos locais, inimigos daqueles aliados

à família dos proprietários. Soma-se a isto, o enquadramento dessa situação singular à conjuntura econômica deste período, pois se nos anos 50 e 60 a economia baseada na produção açucareira e de aguardente no engenho da família de proprietários estava em alta, isto tudo se modificou nos anos 80, quando da eminência do conflito. Neste período, os proprietários já não eram apenas aqueles da primeira geração, mas também os da segunda. Coube aos últimos, efetuarem a divisão da propriedade, ou seja, pretendiam vender suas terras, que estavam sob a posse dos camponeses, pois a contrapartida financeira já não era a mesma, além de estarem politicamente vulneráveis com a derrota nas últimas eleições dos seus aliados de então. Seriam todos estes os condicionantes que teriam determinado a conquista da terra pelos camponeses, marcada por uma mudança de configuração social, antes situada na relação com a terra mediada pelo vínculo patrão-cliente, e depois por arranjos sociais no assentamento de reforma agrária.

Outras situações, demonstrativas da mobilização camponesa pela terra, são destacadas neste estudo. Trata-se do movimento de ocupações camponesas em latifúndios improdutivos de propriedade de grupos empresariais. Estes mantêm o domínio da terra para fins de especulação fundiária, e à espera de incentivos fiscais do Estado. São áreas localizadas no Vale do Pindaré, na Amazônia Oriental maranhense. Antes de tornarem-se propriedade de tais grupos nos anos 70, já estavam ocupadas por camponeses ainda nos anos 60, portanto, antes da vigência da Lei Sarney de Terras de 1969. Com a chegada da Estrada de Ferro Carajás, as empresas estavam empenhadas em valorizar estas áreas, sem torná-las produtivas. Isto não fez o menor sentido para lógica camponesa, marcada pela relação de trabalho com a terra. Foi assim, por uma justificação moral, que ali se formou uma frente camponesa de ocupação das margens do rio Pindaré, onde houve processos de expropriação anteriores. Esse movimento de ocupação, também atraído pela Estrada de Ferro Carajás, deu-se na segunda metade dos anos 80, em que a conjuntura histórica

e política brasileira – com a Nova República –, oferecia condições mais favoráveis para legitimação das ocupações camponesas.

Segundo o autor, tal ocupação ocorreu sem regularização fundiária definida. Os camponeses tiveram que criar mecanismos de legitimidade para direção do processo de ocupação, e para sua organização nas áreas ocupadas. Isto ocorreu não sem obstáculos, pois sem a intervenção efetiva do Estado, não houve total controle na gestão dos loteamentos de terra pelas lideranças locais, havendo, inevitavelmente, casos em que a divisão e a apropriação dos lotes foram desiguais, deixando lacunas para ação de grileiros. De todo modo, algumas estratégias foram adotadas pelos trabalhadores, como construir o povoamento às margens da EFC, e não no interior da mata, uma forma de promover a visibilidade da ocupação. Outra ação coletiva de fortalecimento da mobilização do grupo consistiu em atrair outros trabalhadores para ali se instalarem. Contudo, perdeu-se o controle da situação, superlotando estas áreas devido a grande quantidade de pessoas, ultrapassando a capacidade do povoado, alimentando disputas e conflitos internos, e gerando, conseqüentemente, o avanço de trabalhadores para outras áreas (fazendas) vizinhas. Ou seja, os líderes que estiveram à frente do povoamento não conseguiram garantir legitimidade como gestores das áreas ocupadas, que poderia ser assegurada, mesmo com a inoperância do Estado, neste processo de construção de um novo lugar de vida e trabalho. Evidencia-se o quanto este processo de ocupação é complexo ao demandar áreas de assentamento não sem formas eficientes de gestão e controle, numa constante mobilização dos trabalhadores, quer dizer, o acesso a terra implica em outros tipos de disputa entre os próprios ocupantes, não sendo por isto uma solução suficiente para garantir a permanência dos camponeses.

Marcelo Carneiro encerra o livro, congregando análises sobre estratégias de trabalhadores rurais face à expansão do capital no campo maranhense, fator limitante da economia camponesa, que periodicamente é afetada devido ao aumento da concentração fundiária no estado.

Entender de que modo isto pode impulsionar o trabalho assalariado, torna-se fundamental para que as análises sobre o trabalho nas carvoarias e nos canaviais paulistas (duas situações emblemáticas na parte final do livro), não se reduzam a denunciar as precárias condições sob as quais os trabalhadores são submetidos. Apoiado em trabalho de campo, o autor esclarece que mais do que vítimas de aliciadores e da exploração do trabalho infantil, os camponeses se organizam com vistas à ocupação destas atividades, mobilizando familiares que fazem a mediação de outros trabalhadores, portanto, há uma rede onde eles acionam entradas e saídas nas carvoarias ou nos canaviais.

É também a família que controla a inserção dos seus filhos nestes locais de trabalho, por meio de atividades adaptadas às suas capacidades físicas, portanto, este processo ocorre paulatinamente sob a supervisão dos familiares. De forma alguma, pretende-se ignorar a existência de exploração nestas condições de trabalho, porém, há aqui um zelo pela interpretação destas práticas, levando-se em conta o ponto de vista destes trabalhadores, com os quais se fez a pesquisa, dando relevo para uma análise mais relacional, atenta às configurações sociais em questão, quer dizer: ao mesmo tempo em que há exploração, não se pode ignorar algumas particularidades, pois estes agentes têm interesses, planejam-se com relativa autonomia, organizam-se sob bases familiares, vislumbrando possibilidades de reunir recursos, buscar melhores condições de vida. Mantêm redes familiares entre suas casas e as carvoarias do Maranhão, e até mesmo em canaviais fora dos seus lugares de origem. Isto pode ser entendido como estratégias camponesas para garantia da sua reprodução social e material frente à expropriação pujante, que reduz a cada dia sua capacidade de subsistência, impossibilitando o crescimento do patrimônio familiar.

Por fim, o livro é claramente uma referência para aqueles interessados na análise das dinâmicas de configurações sociais no mundo rural brasileiro, no tocante à expansão do capital. Problematiza o modelo

desenvolvimentista adotado no Maranhão, com produção voltada inteiramente para o mercado externo, acompanhada de impactos devastadores no âmbito social, ambiental e para as economias locais. Há uma reflexão crítica sobre as precárias condições de trabalho assalariado em carvoarias, e sobre a migração de trabalhadores para os canaviais de São Paulo, mostrando como a concentração fundiária reforça estas dinâmicas camponesas. Chama atenção para as lutas sociais de camponeses em processos de ocupação, tanto em áreas antigas quanto de fronteira, dando relevo aos conflitos que se desenrolam na gestão dos assentamentos de reforma agrária. Destaca, enfim, a ausência do estado no ordenamento fundiário do país, com referência à política de reforma agrária, considerada incipiente pelo autor.

Recebido em: 05 de dezembro de 2017.

Aprovado em: 28 de março de 2018. ◀

ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em **nenhuma fase do processo de avaliação** e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo

sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Os artigos poderão ser escritos por até 3 autores e conter no mínimo 15 páginas e no máximo de 20 páginas, sem as referências.

Somente serão aceitas submissões de trabalhos em que o primeiro autor possua titulação mínima de mestre.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a) título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b) resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com até 6 linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c) palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme **Norma 6028** da ABNT;
- d) *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa);
- e) *keywords*;
- f) introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g) referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente pelo sistema:
<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais>

Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.
Editor - Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva
Editora - Professora Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar

E-mail: revistacadernosociencias@ufrpe.br ◀